

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RIO GRANDE DO SUL 2018-2019



CÂMARA INTERSECRETARIAS DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO RIO GRANDE DO SUL 2018-2019

INTEGRANTES DA CAISAN-RS

Órgão	Pleno Executivo	Pleno Secretarial
Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos	Treici Pedrotti – Secretária-Executiva	Maria Helena Sartori
Casa Civil	Leandro Sonne	Cleber Benvegnú
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Wagner Eltz Seeling	Susana Kakuta
Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão	Luciana Dal Forno Gianluppi	Josué Barbosa
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação		Odacir Klein
Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo	Patrícia Fogaça Fernandes	Tarcisio Minetto
Secretaria da Educação	Luana Petrini de Almeida	Ronald Krummenauer
Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação	Mauricio Castro Pinzkoski	Rogério Araújo de Salazar
Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Arno Kayser	Ana Pellini
Secretaria de Transportes	Carla Danieli Giacomelli de Oliveira	Humberto Brandão Canuso
Secretaria da Saúde	Maísa Beltrame Pedroso	Francisco Paz

COLABORADORES

Angela Duarte Testa – Secretária do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos
 Fernanda Paixão Vaz – Casa Civil
 Deise Valerio Vetrinilla – Secretária da Saúde
 Maria Alice Vieira Lantmann – Secretária da Saúde
 Aida Dresseno da Silveira – Secretária do Planejamento, Governança e Gestão
 Irma Karina Brum Malcomes

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO RS/CONSEA

Presidente

Henrique Arlindo Franzmann Schuster

Vice-Presidente

Vladimir Duarte

I – CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) Gabinete do Governador

Fernanda Paixão Vaz, Titular
 Fernanda Gomes de Andrade, Suplente

2) Secretaria da Fazenda

Salete Maristela Heck, Titular
 Fábio Born Vieira, Suplente

3) Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão

9) Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Eliane Maria Manara Rossoni, Titular
 Jonathan Vaz Martins Silva, Suplente

10) Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

João Pedro de Moura Jardim, Titular
 Ana Carolina Freitag, Suplente

Aida Dresseno da Silveira, Titular

Ana Maria de Aveline Bertê, Suplente

4) Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação

Fernanda Roberta Pereira Tatsch, Titular

Fabrcio da Silva Nunes, Suplente

5) Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos

Ângela Duarte Testa, Titular

Treici Maiara Pedrotti Homem, Suplente

6) Secretaria da Educação

Luana Petrini de Almeida

Fernanda Maria da Silva, Suplente

7) Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação

Claudine Bulet Bernardes, Titular

Paulo Rogério dos Santos Fagundes, Suplente

8) Secretaria da Saúde

Josete Baialardi Silveira, Titular

Deise Valerio Vetromilla, Suplente

11) Secretaria dos Transportes

Carla Danieli Giacomelli de Oliveira, Titular

Danielli Milczarek, Suplente

12) Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo

Agda Regina Yatsuda Ikuta, Titular

Patrícia Fogaça Fernandes, Suplente

13) UERGS

Fernanda Magalhães Stalliviere, Titular

Elaine Biondo, Suplente

14) Federação das Associações de

Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS

Elisete Ribeiro Lopes, Titular

Ana Amélia Schreinert, Suplente

15) Associação Gaúcha de Municípios

Ana Marise Frantz Pereira, Titular

Elvira Helena da Rosa Couto, Suplente

16) Secretaria de Desenvolvimento e

Promoção do Investimento

Sérgio Luis Feltraco, Titular

Ângelo Guido Menegat, Suplente

II – CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titulares

Vladimir Duarte

Reinaldo Luiz dos Santos

Brizabel Muller da Rocha

Henrique Arlindo Franzmann Schuster

Jacira Conceição dos Santos

Mare Ecilda Homem dos Santos

João Gabriel R. dos Santos

Paulo Juarez Madeiro dos Santos

Selvino Heck

Ivanir Argenta dos Santos

Mario Luvielmo

Leonardo Melgarejo

Fernanda Fiorenza

Melissa Bargmann

Tatiana Moura Nogueira

Edegi Maria Gomes

Yolanda Teresinha Luciano de Antoni

Maister Freitas da Silva

Jaqueline Brandt da Rosa Mallon

Aline Pizoni

João Augusto Telles

Alexandre Bem Rodrigues

Amarildo Pedro Cenci

Lérida Pivoto Pavanelo

Rui Valença

Silvia Maria da Silva Duarte

José Máximo Daronco

Sidnei Aragon dos Santos

Ivone Aretz

Suplentes

Fernanda Costa da Silva

Almecei Luzia Ferraz

Edni Oscar Schroeder

Miguel Medeiros Montaña

Maria Inês Loreni Vian

Maria Noelci Homero

Carmen Silvia Fontoura

Lívia Beatriz Siqueira Rosa Bento

Francisco Milanez

Iya Vera Soares

Lisete Griebler Souza

Maria Alice Vieira Lantmann

Rosani F. da Silva

Maria Senilda de Oliveira

Ana Maria Correa Aquino

Olmir Sgarbossa

Luiz Alberto Pitta Pinheiro

Roberta de Almeida

Adilso Luis Baroni

Paula Rosana Fortunato

Andréia Schurer

Laura Elisa Machado

Valeska Takahashi Ilha

Veli Mendes Miguel

Filaman Marley dos Santos

EQUIPE DE CONSULTORIA AO PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA BERHTHIER

Irio Luiz Conti
Telma Castello Branco
Letícia Cazarotto Troian
Angélica Cristina Siqueira
Darlan Paulo Lorenzetti
Diego Vitor Dalmagro
Diego Ecker
Moacir Filipin
Revisão Geral: Irio Luiz Conti e Telma Castello Branco

CIP – Catalogação na Publicação

P712 Plano estadual de segurança alimentar e nutricional do Rio Grande do Sul 2018-2019 / CAISANRS; revisão geral de Irio Luiz Conti, Telma Castello Branco – Passo Fundo: IFIBE, 2018.
148 p.; PDF.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento alimentar – Plano Estadual. 2. Segurança nutricional – Rio Grande do Sul. 3. Nutrição – Responsabilidade estadual. I. Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul. II. Conti, Irio Luiz, revisor. III. Castello Branco, Telma, revisora.

CDU: 613.24

Catalogação: Bibliotecária Angela Saadi Machado - CRB 10/1857

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
LISTA DE SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO	14
1. METODOLOGIA	17
2. DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	19
2.1 DIMENSÃO 1 - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	19
2.1.1. Produção agrícola	20
2.1.2. Área ocupada na produção agrícola	24
2.1.3. Trabalhadores empregados na produção	26
2.1.4. Sustentabilidade das práticas utilizadas na produção.....	28
2.1.5. Principais situações-problema - Dimensão 1	30
2.2. DIMENSÃO 2 - DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS	31
2.2.1. Potencial de abastecimento do mercado interno	32
2.2.2. Armazenamento e comercialização da produção	33
2.2.3. Itens de exportação.....	34
2.2.4. Principais situações-problema - Dimensão 2	36
2.3 DIMENSÃO 3 - RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA.....	37
2.3.1. Condições de vida.....	37
2.3.2. Renda.....	39
2.3.3. Emprego.....	41
2.3.4. Principais situações-problema - Dimensão 3	42
2.4. DIMENSÃO 4 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, INCLUINDO ÁGUA.....	43
2.4.1. Vulnerabilidade à INSAN.....	43
2.4.2. Acesso à alimentação	45
2.4.3. Disponibilidade e acesso à água.....	49
2.4.4. Principais situações-problema - Dimensão 4	50
2.5. DIMENSÃO 5 - SAÚDE, NUTRIÇÃO E SERVIÇOS RELACIONADOS	51

2.5.1. Saúde e nutrição	52
2.5.2. Acesso e qualidade dos serviços de saúde	53
2.5.3. Mortalidade por grupos de causas principais	54
2.5.4. Situação de saúde de grupos populacionais específicos	57
2.6. DIMENSÃO 6 - EDUCAÇÃO	58
2.6.1. Acesso educacional	58
2.6.2. Alimentação e Nutrição nas escolas	60
2.6.3. Principais situações-problema - Dimensão 6	61
2.7. DIMENSÃO 7 - PROGRAMAS E AÇÕES RELACIONADOS À SAN	61
2.7.1. Implantação do SISAN no Rio Grande do Sul.....	62
2.7.2. Principais situações-problema – Dimensão 7	66
2.7.3. Políticas de promoção do acesso universal à alimentação	66
2.7.3. Políticas de incentivo à comercialização da agricultura familiar	70
2.7.4. Políticas de SAN voltadas para povos e comunidades tradicionais	76
2.7.5. Políticas de educação alimentar e nutricional	80
2.7.6. Políticas de promoção do acesso à água.....	80
3. DESAFIOS.....	83
4. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DEMANDAS DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAN COM O PLANO PLURIANUAL DO RIO GRANDE DO SUL 2016-2019 ...	87
4.1. SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS DA VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL E DE SUA CARTA POLÍTICA	87
4.2. MAPA ESTRATÉGICO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM A SAN.....	90
5. AÇÕES PARA O PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2018-2019	92
6. O PLANO ESTADUAL DE SAN E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	104

7. PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RS 2018-2019.....	1
7.1. MODELO DE MONITORAMENTO	106
7.2. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	107
7.2.1. Matriz de indicadores de processo.....	107
7.2.2. Matriz de indicadores de avaliação de contexto e resultado de SAN.....	114
7.2.3. Matriz de indicadores de Avaliação de Atendimento de metas	123
8. PROPOSTA DE CARTEIRA DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE SAN E DO PLANO PLURIANUAL DO ESTADO 2020-2023.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul entende que a fome e a miséria são inaceitáveis e incompatíveis com um projeto de democracia. Neste sentido, vem trabalhando incansavelmente no avanço e consolidação institucional do Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar, através da proposição e implementação de políticas públicas de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável. O direito à alimentação é um direito de cada cidadão e cidadã, e a Segurança Alimentar e Nutricional para todos é um dever da sociedade e do Estado.

Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar respeitando as características culturais de cada povo. É responsabilidade dos Estados assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, é um instrumento que visa promover a Segurança Alimentar e Nutricional, bem como assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em todo o território nacional.

O problema da fome no contexto de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SAN implica o reconhecimento do seu caráter multidimensional e Intersetorial envolvendo necessariamente intensa articulação e ação simultânea nos diferentes campos de intervenção do Estado, níveis governamentais, bem como a sociedade.

A Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos Estado RS atua de forma a garantir estas articulações intersetoriais para fortalecer a política de SAN. Preside a Câmara Inter-Secretarias de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável (CAISAN/RS), assim como apoia o Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA/RS).

Como parte da construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/RS, composta por onze secretarias (instituída pelo Decreto nº 52.110, de 1º de dezembro de 2014), elaborou o seu 2º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2018-2019, mantendo o compromisso firmado entre o Governo do Estado e a sociedade gaúcha. Cabe ressaltar a importância da Secretaria Estadual do Planejamento, Governança e Gestão neste processo de elaboração do 2º Plano estadual.

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/RS instituído pela lei nº 11.914 de 20 de março de 2003, com o objetivo de garantir a participação popular junto às esferas governamentais. Tem como atribuição propor

políticas, programas e ações voltadas ao direito à alimentação e nutrição, especialmente da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades alimentares básicas. É composto por 48 membros titulares e respectivos suplentes, representantes da Administração Pública e da Sociedade Civil organizada.

Este Conselho teve participação importante na construção do plano estadual, apresentando entre outros elementos, sugestões de ações para o próximo quadriênio 2020-2023.

Esse Plano objetiva a ampliação e o fortalecimento de um modelo sustentável, capaz de articular as dimensões econômica, social, ambiental e cultural, respeitando as diversidades territoriais, de gênero e a participação popular. Trata-se, portanto, de exercitar a capacidade de trabalho intersetorial, de diálogo entre os atores sociais e de ações transversais entre os órgãos públicos e as esferas de governo.

Desta forma, esperamos que este instrumento seja o marco que servirá de modelo para os gestores estaduais, bem como para os municípios gaúchos elaborarem seus planos municipais de SAN, consolidando os programas e ações relacionados às diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A elaboração de planos municipais evidencia a responsabilidade dos órgãos governamentais e da sociedade civil no cumprimento das metas, cujos resultados deverão ser monitorados e avaliados para que a Política de SAN garanta a eficácia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Maria Helena Sartori
Presidente da CAISAN-RS

LISTA DE SIGLAS

AB	Atenção Básica
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AF	Agricultura Familiar
ANAMA	Associação Ação Nascente Maquiné
ANF	Agricultura Não Familiar
AAS	Alimentação Adequada e Saudável
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAISAN Nacional	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN RS	Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional do RS
CAISAN Municipal	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAOMA	Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente
CC	Casa Civil
CEASA-RS	Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNPCT	Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do RS
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA-RS	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
CPOrg-RS	Comissão Estadual de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DCNTs	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DESANS	Departamento Estadual de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAN	Educação Alimentar e Nutricional

EMATER-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FCP	Fundo de Combate à Pobreza do RS
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FESANS	Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPTEs	Grupos Populacionais Tradicionais Específicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS
IFIBE	Instituto Superior de Filosofia Berthier
IMC	Índice de massa corporal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
ISAFA	Instituto Sagrada Família
LACENS	Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPASAN	Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio ambiente
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
OBSSAN/RS	Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais

PAM	Produção Agrícola Municipal
PBF	Programa Bolsa Família
PEAS-RS	Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul
PES	Plano Estadual de Saúde
PESAN	Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLEAPO	Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDSTJDH	Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça E Direitos Humanos
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAPI	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEPLAN/RS	Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão
SEDACTEL	Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
SEMA	Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SES	Secretaria da Saúde
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEVS	Centro Estadual de Vigilância em Saúde
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAGUA	Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
SISPLAG	Sistema de Informações do Planejamento e Gestão
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SOP	Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
SPGG	Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VISA	Vigilância Sanitária

INTRODUÇÃO

Propor-se a fazer e implementar um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional significa romper com concepções setorializadas e assumir a disposição de organizar a gestão das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional com base no princípio da intersectorialidade e em objetivos que levem ao alcance de resultados efetivos e eficazes na realização do direito humano à alimentação adequada no Estado.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006 (LOSAN), com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada (DHAA), por meio da formulação e implementação de políticas e planos de segurança alimentar e nutricional (SAN), com estímulo à integração de esforços entre governo e sociedade civil; e pela promoção, acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações de segurança alimentar e nutricional no território nacional.

Sua regulamentação ocorreu por meio do Decreto nº 7.272/2010, que institucionalizou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e definiu suas diretrizes que orientam as ações para a implementação do SISAN. O Sistema, a Política e o Plano de SAN são como peças de uma mesma engrenagem, que funcionam de modo integrado e sincronizado para concretizar os princípios constitucionais, que visam garantir a realização do direito humano à alimentação adequada de toda população brasileira e do Rio Grande do Sul.

A legislação vigente realça a participação social e a intersectorialidade no processo de construção e implementação das estruturas operacionais do SISAN nas esferas nacional, estaduais e municipais. Em convergência com essa abordagem, os planos de segurança alimentar e nutricional são instrumentos eficientes e eficazes para o Estado responder às demandas sociais por meio da organização de suas ações em planos estratégicos.

O Brasil possui larga experiência na implementação de planos de ação em políticas públicas sociais, dentre elas as de SAN. O atual Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN) foi elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) para o período de 2016-2019, tendo sido revisado em 2018. Na esfera estadual 13 estados já possuem seus planos estaduais de SAN em vigor e outros se encontram em diferentes estágios de elaboração, além de vários municípios que já possuem seus planos.

No Rio Grande do Sul, o SISAN foi instituído por meio da Lei Estadual nº 12.861, de 18 de dezembro de 2007. Esta lei prevê em seu inciso III, art. 11, como uma das atribuições da CAISAN, a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das diretrizes emanadas das Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional sistematizadas pelo CONSEA-RS e da Política Nacional de SAN. Em 2011 o Estado formalizou sua adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e se comprometeu com a elaboração de um Plano

Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Complementarmente, o Decreto nº 52.110/2014, de criação da CAISAN, prevê, no seu art. 1º, que é de sua competência a elaboração da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Plano Estadual de SAN define como as diretrizes previstas na Política de SAN se concretizam nas realidades específicas do Estado e dos municípios. Ele se constitui em ferramenta fundamental aos atores governamentais na organização e implementação de uma agenda de programas e ações de SAN no Estado. Desse modo, possui um sentido estratégico, pois supõe e requer a formulação de objetivos, metas e ações que visem à superação de dificuldades apontadas no diagnóstico da situação de SAN e, ao mesmo tempo, apresentem condições de viabilidade de execução no período de sua vigência.

A formulação e execução de um Plano de SAN resulta de um diálogo entre as dimensões política e técnica em todas as fases de sua elaboração e implementação. Matus (1996) acentua que os planos devem ser assumidos como ferramentas de mediação entre o conhecimento e a ação, pois referem-se ao cálculo que precede e preside a ação. Neste sentido, este Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional é um instrumento de gestão governamental que articula um conjunto de ações intersetoriais que visam a promoção da SAN e a realização do direito humano à alimentação adequada. A responsabilidade por sua elaboração foi do governo, por meio da ação coordenada pela CAISAN-RS, que envolveu as secretarias que a integram. No entanto, o processo de sua elaboração, implantação e monitoramento requer a participação ativa da sociedade civil articulada no CONSEA-RS.

Com vistas a facilitar a harmonização entre o Plano Plurianual (PPA) do Estado do Rio Grande do Sul e o Plano Estadual de SAN, a CAISAN-RS encaminhou a elaboração do Plano de Ação em SAN para o período 2018-2019, convergindo com o período de vigência do PPA Estadual 2016-2019, na perspectiva de desenvolver, em 2019, um processo convergente e interativo na elaboração do PPA e do Plano Estadual de SAN 2020-2023.

O conteúdo deste Plano para 2018-2019 e as orientações para o novo Plano Estadual de SAN 2020-2023 estão estruturados a partir de um conjunto de informações e análises baseadas em dados secundários oriundos de diferentes fontes estatísticas e bibliográficas sobre a situação da SAN no país e no Estado; no Relatório da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2015 e em sua Carta Política; nas recomendações do CONSEA-RS, sistematizadas a partir da referida Conferência de SAN e em recomendações oriundas de secretarias que integram a CAISAN-RS e de especialistas em segurança alimentar e nutricional.

De um modo mais amplo, o Plano também contempla a identificação e análise das ações de SAN incorporadas ao Plano Plurianual do Estado 2016-2019; o Relatório e a Carta Política da V Conferência Nacional de SAN; o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019; os relatórios dos cursos de formação e seminários municipais e regionais sobre SAN, realizados pela UFRGS e pela UFSC em 2017 e 2018, bem como as contribuições do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em vigor.

Este Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional está assim estruturado: introdução, diagnóstico da situação de SAN, plano de ação para 2018-2019, propostas para o PPA e o Plano Estadual de SAN 2020-2023 e um plano de monitoramento e avaliação para 2018-2019.

1. METODOLOGIA

O diagnóstico de dados secundários sobre a situação de segurança alimentar e nutricional no Rio Grande do Sul foi baseado em dados abertos disponibilizados por instituições de pesquisa e estatística nacionais e estaduais que abordam o tema, quais sejam: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Departamento de Informática do SUS (DATASUS), Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN-RS), além de fontes bibliográficas e pesquisas de menor escala que apresentaram dados relevantes.

A estruturação do diagnóstico foi organizada segundo as sete dimensões propostas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para avaliação e monitoramento da SAN, contemplando os diferentes aspectos que tangenciam o tema, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.272/2010. A matriz de indicadores utilizada é referenciada nos Planos Nacionais de SAN 2012/2015 e 2016/2019, além de publicações institucionais e científicas sobre medidas da SAN em agregações territoriais em municípios, regiões e unidades da federação. As análises contemplam recortes de gênero, etnia, situação dos domicílios (rural e urbano), com avaliações temporais e territoriais – segundo as Regiões Funcionais do Estado – sempre que os dados disponíveis possibilitaram tais visões, observando-se questões significativas e a viabilidade de tempo para a realização das análises no prazo em que o diagnóstico foi elaborado.

Ressalta-se que os dados apresentados provenientes do Censo Agropecuário de 2017, disponibilizados pelo IBGE, tratam dos resultados preliminares do tema em questão, tendo em vista que a divulgação dos dados finais está prevista para julho de 2019 (IBGE, 2018b). Deste modo, os números apresentados ainda estão sujeitos a alterações e, por essa razão, não podem ser tomados como definitivos. Além disso, a classificação das informações em relação à agricultura familiar e comunidades tradicionais – públicos estes de reconhecida relevância nas políticas de SAN – não está disponível nos resultados preliminares do novo censo, e, portanto, as análises ainda requerem ser complementadas no que se refere a essas categorias.

A análise das ações planejadas e executadas do Plano Plurianual 2016-2019 foi realizada a partir das demandas oriundas da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, sistematizadas pelo CONSEA-RS em todas as dimensões da Política Nacional de SAN. Com base nessas sistematizações realizou-se uma leitura do PPA, sob a ótica da segurança alimentar e nutricional, identificando-se programas, ações e produtos que respondessem às demandas do CONSEA-RS. A análise dos resultados foi efetuada utilizando um roteiro de questões respondidas por órgãos governamentais e relatórios de execução do PPA de 2016 e 2017. As informações obtidas sobre o que foi planejado e realizado nesses dois anos foram sistematizadas por dimensão até dezembro de 2017, observando-se as situações-problema relacionadas a cada dimensão.

Essas situações-problema embasaram a emergência de desafios e objetivos para o enfrentamento dessas situações, de modo a se avançar na realização do direito humano à alimentação adequada no Estado. Na medida do possível e, quando houve especificidades significativas, observou-se as necessidades das regiões funcionais e das populações específicas do Rio Grande do Sul, considerando-se as perspectivas e potencialidades econômicas e financeiras do Estado do Rio Grande do Sul.

Após a definição dos desafios revisitou-se o PPA 2016-2019 e a Agenda de SAN 2016, formulada pelo Governo do Estado, para identificar as ações previstas nestes instrumentos de gestão que ainda requerem ser concretizadas no período de sua vigência. As mesmas foram agrupadas por proximidade temática com os desafios que, por sua vez, traduzem-se em objetivos e ações a serem concretizados no Plano de Ação 2018-2019.

A metodologia que foi utilizada para a definição da proposta de Carteira de Programas e Projetos para o Plano Estadual de SAN e para o PPA para o período de 2020-2023 tem estreita relação com aquela empregada na elaboração dos programas e projetos para o Plano de SAN 2018-2019. Esta similaridade deve-se ao fato de se entender que esses desafios para 2018-2019 são amplos e não se esgotam no horizonte deste plano e, por isso, seguem como desafios estratégicos para o novo PPA e o novo Plano Estadual de SAN. Desta forma, a proposta de Carteira de Programas e Projetos possui um horizonte temporal de quatro anos e considera-se de fundamental importância garantir um processo de convergência na elaboração e na execução do PPA Estadual e do Plano Estadual de SAN para o período de 2020-2023.

O plano de monitoramento e avaliação para 2018-2019 será implementado mediante o acompanhamento de indicadores. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação. Assim, levando-se em consideração as ações, produtos e objetivos do Plano Estadual de SAN para este período, foram estabelecidos indicadores que atendam às propriedades da relevância e da validade na temática da SAN, bem como da apurabilidade e da periodicidade em que os dados podem ser aferidos, em consonância com o período de execução deste Plano de SAN.

Finalmente, cabe destacar que houve o cuidado para verificar se este Plano de SAN tem viabilidade de execução, mediante o estabelecimento da relação entre os recursos necessários e os recursos efetivamente disponíveis na dotação orçamentária. Pois, não adianta um plano bem elaborado se o Governo não tiver os recursos para pô-lo em prática. Assim, este Plano pode não ser um Plano ideal, mas é um Plano possível de ser executado no período de sua vigência, com recursos humanos e financeiros correspondentes. Ao mesmo tempo, já antecipa a apresentação de uma proposta de programas e projetos a serem levados em consideração por ocasião da elaboração do PPA e do Plano Estadual de SAN para o período de 2020-2023.

2. DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

O diagnóstico de segurança alimentar e nutricional aqui apresentado consiste em um conjunto de informações e análises baseadas em dados secundários oriundos de diferentes fontes estatísticas e bibliográficas sobre a situação da SAN no país e no Estado. Com base no Relatório da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2015 e nas recomendações do CONSEA-RS, sistematizadas a partir da referida Conferência de SAN, contém a identificação das ações de SAN incorporadas ao Plano Plurianual (PPA) do Estado 2016-2019. E segue com uma análise das respectivas ações planejadas e executadas no PPA nos anos de 2016 e 2017, apontando questões que precisam ser enfrentadas para se avançar na promoção da SAN no Estado.

O diagnóstico, de modo mais amplo, ainda leva em conta a Carta Política da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o Relatório e a Carta Política da V Conferência Nacional de SAN, o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019, os relatórios de plenárias do CONSEA-RS e dos cursos de formação e seminários municipais e regionais sobre SAN, realizados pela UFRGS e pela UFSC em 2017 e no primeiro semestre de 2018, bem como o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em vigor.

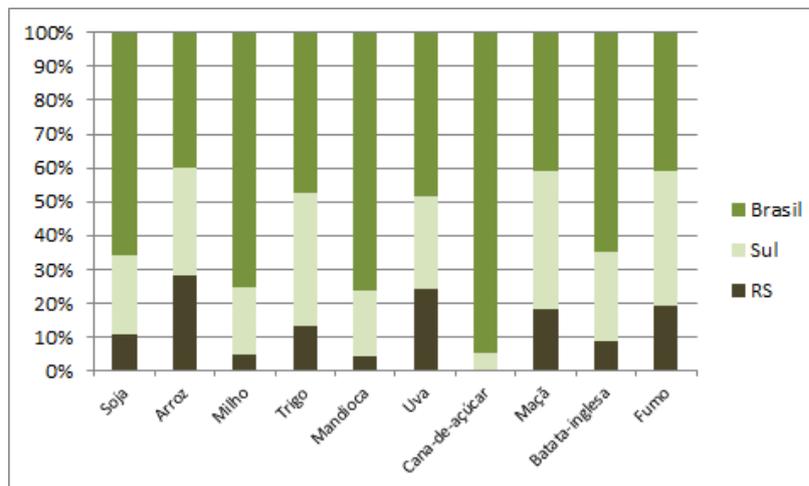
2.1 DIMENSÃO 1 - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

As condições em que os alimentos serão ofertados, em quantidade e qualidade, bem como as condições de vida da população envolvida na produção, podem ser afetadas de acordo com o processo produtivo (CONSEA, 2014). Portanto, propõe-se neste diagnóstico avaliar a SAN a partir da Produção de Alimentos, visualizando a distribuição do potencial produtivo local em termos de quantidade e diversidade da produção, ocupação do espaço agrário, sustentabilidade das práticas e inclusão de trabalhadores.

2.1.1. Produção agrícola

Em termos quantitativos, segundo dados do IBGE, os 10 principais produtos da agricultura do Rio Grande do Sul no ano de 2017 nas lavouras temporárias e permanentes foram soja, arroz, milho, trigo, mandioca, uva, cana-de-açúcar, maçã, batata-inglesa e fumo (item não alimentar), somando mais de 38.959 milhões de toneladas, o que representa 93% da produção das lavouras. No cenário nacional, o Rio Grande do Sul se destaca como o maior produtor de arroz, uva e fumo, o 2º lugar na produção de maçã, o 3º na produção de trigo e 4º maior produtor de soja do país (IBGE, 2008-2017).

Gráfico 1 - Contribuição da produção agrícola do RS na região Sul e Brasil



Fonte: IBGE, 2008-2017.

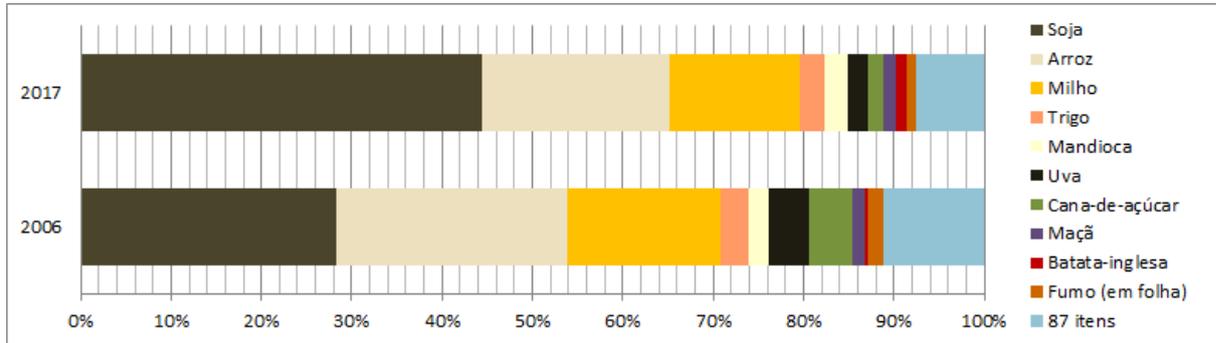
Apesar de não despontar como o produto de maior contribuição no cenário nacional, a soja lidera o *ranking* estadual com larga vantagem, tendo alcançado a marca de mais de 18 milhões de toneladas no último ano (45% das lavouras), seguida pelo arroz - com 8 milhões (21%). Tais dados chamam a atenção para se olhar para além das toneladas, transcendendo a visão quantitativa da produção agrícola para tocar nos aspectos que fundamentam a questão qualitativa e a diversidade para a segurança alimentar e nutricional (IBGE, 2008-2017).

<p>Sob a ótica da Soberania e da SAN, olhar para a diversidade da produção agrícola torna-se mais relevante do que observar as quantidades em si.</p>	<p>Nesse sentido, vale também observar a produção de gêneros que compõem a mesa da população residente, de modo que os dados possam subsidiar a reflexão sobre o potencial de oferta local de alimentos. Mais da metade dos produtos das lavouras permanentes e temporárias sofreram redução no período 2008 - 2017, incluindo o feijão (-3%), a mandioca (-20%), o trigo (-46%), mamão, abacate, melancia, goiaba, abacaxi, bergamota, limão e melão, que juntas somam um percentual de queda de 165% em suas produções (IBGE, 2008-2017).</p>
--	---

Por outro lado, a produção de nozes dobrou, acompanhada pela aveia que atualmente ocupa o 11º lugar no *ranking* de alimentos mais produzidos nas lavouras do Rio Grande do Sul. Outros itens que merecem destaque são a cebola, a uva, a batata-inglesa, a cevada, o pêssego, a manga e a pera, com taxas de crescimento entre 21% e 45% (IBGE, 2008-2017).

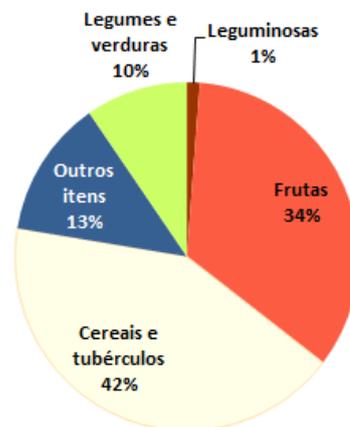
Os resultados preliminares do novo Censo Agropecuário 2017 demonstram que a horticultura gaúcha vem crescendo consideravelmente ao longo dos anos, tendo alcançado uma ampliação de 70% em relação a 2006. Os alimentos mais produzidos atualmente são brócolis (29%), repolho (12%), batata-doce (10%) e alface (9%), compondo 60% dessa produção. O brócolis também foi o item que observou maior crescimento no período, seguido novamente pela batata-doce, repolho e alface (IBGE, 2006; 2017a).

Agregando os dados em uma análise de diversidade, através do gráfico abaixo percebe-se que o cenário da agricultura gaúcha vem apontando questões que merecem atenção sob a ótica da SAN. Apesar da ampliação observada na quantidade da produção de alguns alimentos, significativa parte das toneladas colhidas estão concentradas em poucos itens, quadro que tem se intensificado nos últimos anos. A diversidade produtiva reduziu consideravelmente no período 2006 - 2017, reflexo do aumento da lavoura de soja no Estado, inclusive em regiões de solos menos propícios, em paralelo à redução de outros cultivos diversificados. Dados mostram que em 2017, 87 variedades de alimentos (hortaliças, frutas, legumes e alguns cereais de menor expressão) representam apenas 7,6% da produção agrícola, enquanto 92,4% da produção correspondem a apenas 10 itens cultivados (IBGE, 2006; 2017a).

Gráfico 2 - Diversidade produtiva no RS

Fonte: IBGE, 2006; 2017a.

Apesar do papel das *commodities* na balança comercial do Estado, as ações voltadas ao desenvolvimento econômico não podem deixar de lado o desenvolvimento social e humano. No que toca à produção agrícola é preciso estar atentos ao objetivo de produzir alimentos para a população (BRASIL, 2008). Excluindo-se o fumo (item não alimentar) e os três itens mais produzidos no Estado - soja, arroz e milho - da análise e agregando-se os alimentos de origem vegetal por grupos alimentares, observa-se expressiva concentração da produção em cereais, tubérculos e frutas.

Gráfico 3 - Produção de alimentos de origem vegetal no RS

Fonte: IBGE, 2008-2017; 2017a.

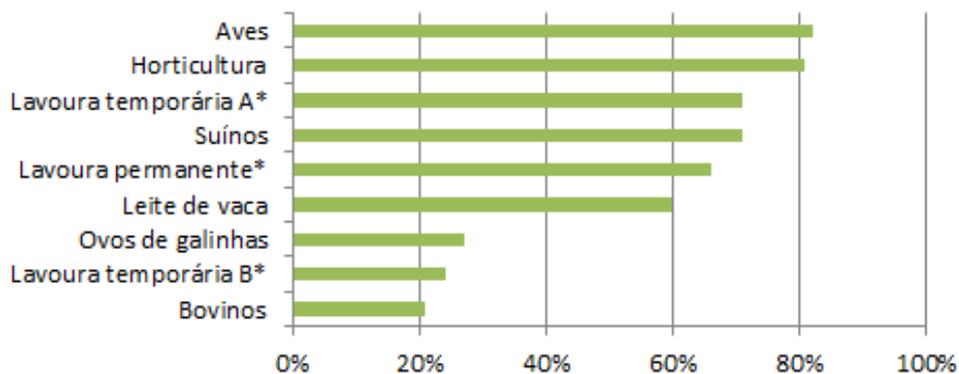
Ressalta-se que a soma desses alimentos corresponde a apenas 19% da produção vegetal do Estado (IBGE, 2008-2017; 2017a), reforçando sua característica de agricultura voltada ao mercado externo.

A produção de alimentos de origem animal requer uma análise à parte, devido a diferença nas unidades de medida aferidas. Da pecuária destacam-se os galináceos, com 85% das cabeças de animais criados no Rio Grande do Sul em 2016, seguidos pelos bovinos (8%), suínos (4%) e ovinos (2%). Ainda foram produzidos mais de 4 bilhões de litros de leite e 326 milhões de dúzias de ovos de galinha no mesmo

ano. A pecuária nos últimos 10 anos tem se mantido estável, com crescimento de 3% no período, correspondendo a reduções nos rebanhos de caprinos, ovinos e bubalinos, e ampliação especialmente das cabeças de codornas, que dobraram no período, assim como os ovos dessas aves. A pecuária gaúcha se destaca no Sul do país, liderando os rebanhos de ovinos, bubalinos, equinos e bovinos da região. Ainda, cabe apontar a queda de 15% na produção de mel de abelha desde 2007, que todavia se mantém em 1º lugar na região Sul, atendendo 16% da produção do país (IBGE, 2007-2016).

Por fim, cabe avaliar ainda o tipo de produção empregada no cultivo dos alimentos no Estado. Os dados mais atualizados disponíveis para avaliação por segmento da agricultura, classificados nos modelos de agricultura familiar (AF) e agricultura não familiar (ANF) são de 2006, tendo em vista que na data de acesso aos resultados preliminares do último Censo Agropecuário essas categorias ainda não estavam disponíveis. No período, observou-se larga participação da agricultura familiar na produção de alimentos, destacando-se também maior diversidade nos itens produzidos. Desagregando-se os dados da lavoura temporária em dois subgrupos, percebe-se no gráfico abaixo que a agricultura familiar também contribui para a produção de itens comumente voltados ao mercado externo, porém, sua maior expressão se dá no cultivo de alimentos consumidos pelos gaúchos (IBGE, 2006).

Gráfico 4 - Participação da AF na produção de alimentos no RS



***Lavoura temporária A:** abacaxi, abóbora moranga, alho, amendoim, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, gergelim, mandioca, melancia, melão, milho, tomate; ***Lavoura permanente:** frutas, erva-mate, café e temperos; ***Lavoura temporária B:** arroz, aveia, centeio, cevada, colza, girassol, soja, sorgo, trigo, triticale.

Fonte: IBGE, 2006.

Mesmo carecendo de atualização, esses dados reafirmam que a opção pela agricultura familiar indica as condições e os meios necessários para alcançar a soberania alimentar e a SAN. Apesar de não ser possível aferir o quanto esses alimentos efetivamente são consumidos pela população, os itens de maior participação da agricultura familiar em 2006 correspondem a gêneros que fazem parte da cultura alimentar local. Burity e colaboradores indicam que uma produção majoritariamente voltada para atender à demanda interna contribui para garantir a

autossuficiência de alimentos básicos, e sendo este cultivo em pequena escala, com a utilização de mão de obra familiar e um leque amplo de produtos, favorece a sustentabilidade do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural (BURITY *et al*, 2010). Nesse sentido, ressalta-se que os itens produzidos pela agricultura familiar em 2006 correspondem aos gêneros que, segundo a análise realizada sobre os dados de 2017, contribuem para a diversidade na produção de alimentos, apresentando potencial para favorecer a alimentação adequada e saudável da população e, portanto, indicando um tema que demanda atenção na agenda da SAN.

2.1.2. Área ocupada na produção agrícola

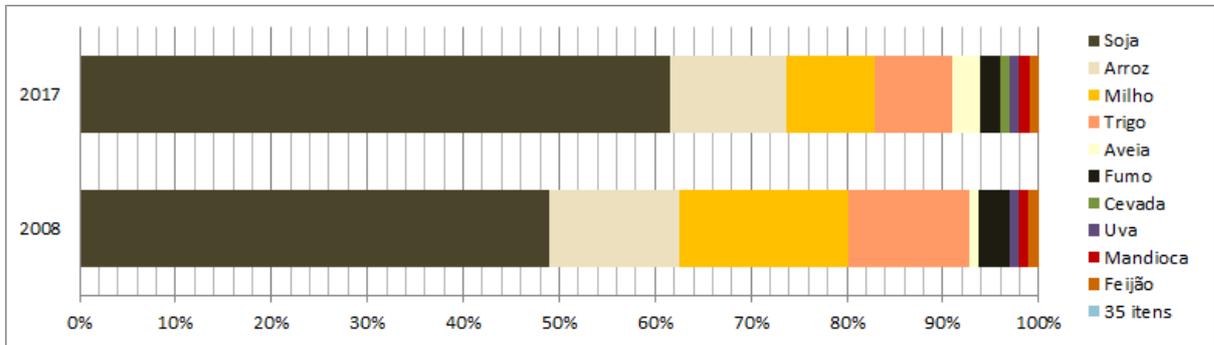
Na análise do espaço ocupado pela produção, apenas as lavouras permanentes e temporárias apresentam dados de área em pesquisas recentes. Segundo o IBGE (2017a), os 10 produtos que ocuparam as maiores áreas no RS em 2017 foram soja, arroz, milho, trigo, aveia, fumo, feijão, cevada, mandioca e uva, totalizando pouco mais de 8.854 milhões de hectares, o que representa 98% do espaço ocupado pelas lavouras. Comparando-se esses dados ao ranqueamento de quantidades produzidas, a mandioca e a uva que representam a 5ª e a 6ª maiores produções, respectivamente, estão na 9ª e 10ª posições em amplitude de área, indicando potencial de produtividade/área desses alimentos de relevância na cultura alimentar. Inversamente, observa-se que o fumo, o feijão e a cevada, que apresentam produções não tão expressivas, ocupam áreas significativas no Estado, cabendo atenção a esse cenário.

Nos últimos 10 anos as áreas voltadas à produção de soja, aveia, arroz e cevada apresentaram o maior crescimento absoluto, somando mais de 1.990 (um milhão novecentos e noventa mil) hectares aos espaços que eram ocupados em 2006, com um percentual de 25% de ampliação da área produtiva das lavouras. Por outro lado, os dados demonstram que o crescimento total das lavouras foi de apenas 12%, devido ao encolhimento das áreas dedicadas ao cultivo de outros gêneros. De fato, além dos três itens já citados, apenas as lavouras de uva, noz, azeitona e batata-doce experimentaram crescimento. As reduções mais significativas estão nas lavouras de milho e trigo, que apesar de seguirem ocupando grandes áreas do Estado, subtraíram 69% das áreas anteriormente ocupadas (IBGE, 2006; 2017a).

Na análise de diversidade produtiva na ocupação do espaço agrário, ressalta-se a relação da variedade de cultivos com a sustentabilidade e garantia de espaços dedicados à produção de gêneros que compõem a mesa da população residente, viabilizando a oferta local de alimentos frescos, de qualidade e afinados à cultura alimentar da região (LE BIHAN, 2003; MÜHLBACH, 2009). O gráfico abaixo apresenta

uma redução da diversidade de espécies na área ocupada, expressando um cenário que demanda atenção na agenda da SAN.

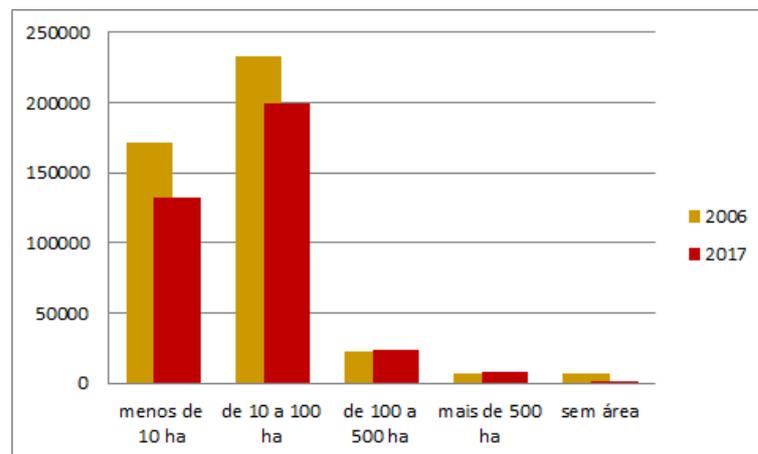
Gráfico 5 - Diversidade na ocupação da área produtiva no RS



Fonte: IBGE, 2008-2017.

O acesso à terra e ao território reflete na análise da SAN pela ótica da equidade e inclusão social, visto que situações de pobreza extrema e insegurança alimentar e nutricional estão relacionadas à impossibilidade deste acesso por parte da população de forma plena (CARVALHO FILHO, 1995). Segundo o Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos maiores de 500 hectares representavam menos de 2% dos estabelecimentos, ocupando 42% da área total. Por outro lado, dos 441.472 estabelecimentos agropecuários, 86% correspondiam à agricultura familiar, ocupando apenas 41% da área, distribuída majoritariamente em estabelecimentos de menos de 10 hectares e de 10 a 100 hectares (IBGE, 2006).

Gráfico 6 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no RS, conforme o Censo Agropecuário 2006 e 2017



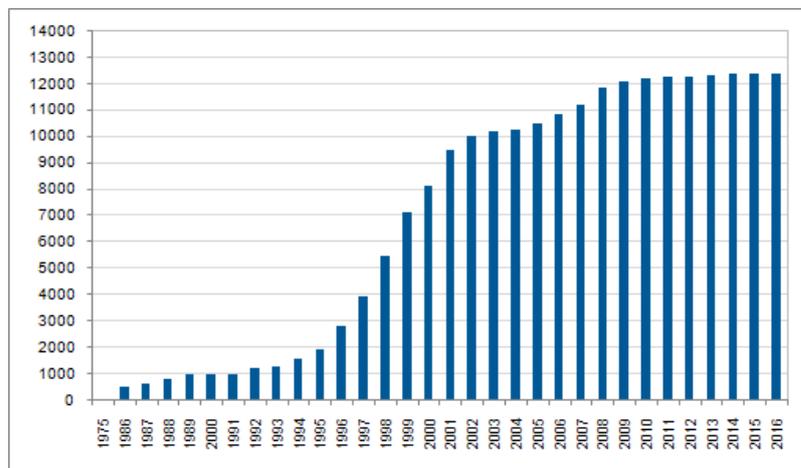
Fonte: IBGE 2006; 2017a.

No Censo de 2017 observa-se a redução de 21% do número total de estabelecimentos no Estado, liderando a queda nacional nesse indicador. Apesar da

média brasileira ter apresentado 2% de redução no número de estabelecimentos, apenas 10 estados puxaram essa diminuição, enquanto os demais observaram crescimento. Ainda, percebeu-se, no Rio Grande do Sul, o acréscimo de 988 estabelecimentos com área maior de 500 ha, os quais ocupam 49% da área, demonstrando uma expressiva e crescente concentração das propriedades (IBGE, 2017a). Apesar da não desagregação dos dados em agricultura familiar (AF) e agricultura não familiar (ANF) no novo Censo, fazendo-se a relação com os dados de 2006, reitera-se a relevância da agricultura familiar para a garantia da SAN, expressa pela distribuição da ocupação do espaço agrário e no acesso à terra para a produção de alimentos para a população.

Ainda com relação ao acesso à terra, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Rio Grande do Sul foram assentados no período 1975-2016 o total de 12.413 famílias, número que não observou alterações significativas nos últimos quinze anos, como demonstra o gráfico abaixo (INCRA, 2018).

Gráfico 7 - Evolução do número de famílias assentadas no RS no período 1975-2016



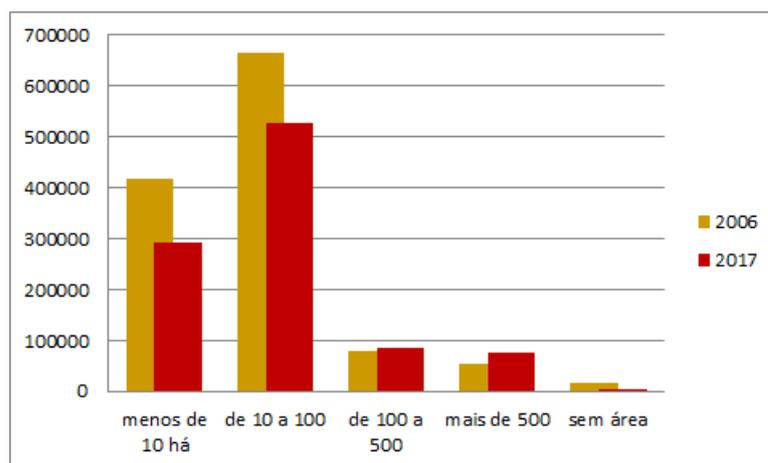
Fonte: INCRA, 2018.

2.1.3. Trabalhadores empregados na produção

O direito humano à alimentação adequada abrange tanto os segmentos sociais que irão consumir os alimentos como os agricultores familiares responsáveis pela produção. Este segmento é formado por um contingente significativo de trabalhadores, portadores de direitos, que asseguram sua reprodução social e econômica através da agricultura.

Estima-se que 81% dos trabalhadores ocupados em estabelecimentos agropecuários estavam vinculados à agricultura familiar em 2006 (IBGE, 2006). O contingente de 1.231.825 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários estava distribuído no período em sua maioria nos pequenos estabelecimentos (34% nos estabelecimentos de até 10 hectares e 54% em estabelecimentos de 10 a 100 ha). Além de reiterar este modelo produtivo como a forma mais adequada de ocupação social do espaço agrário, a integração de mais agricultores ao sistema produtivo pode contribuir para a SAN daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, excluídos do acesso à terra e à renda. O fortalecimento da agricultura familiar torna-se uma estratégia estrutural para transcender a função primária de fornecimento de alimentos para contemplar os direitos à terra, ao território, à água e de decisão sobre o que produzir, como produzir e como ocupar o espaço rural.

Gráfico 8 - Evolução do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no RS



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017a.

Os resultados preliminares do Censo de 2017, todavia, estimam uma redução de 20% dos trabalhadores dos estabelecimentos agropecuários, atualmente estimados em 983.751, acompanhando os dados de queda no número total de estabelecimentos (IBGE, 2017a). O quadro observado, especialmente nos pequenos estabelecimentos, traz uma questão que demanda atenção, tendo em vista que esse setor correspondia majoritariamente à agricultura familiar em 2006 e contemplava a maior parte dos trabalhadores ocupados.

Nesse sentido, o papel do cooperativismo no RS em 2006 era maior do que no restante do país, de modo que 301.426 estabelecimentos rurais contavam com produtores associados às cooperativas e/ou entidades de classe, correspondendo a 14% do total do Brasil. Os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017, porém, demonstram queda no indicador agregado, constando atualmente 217.730 estabelecimentos com produtores associados, caindo para o 3º lugar no *ranking*

nacional, com 11% dos estabelecimentos com produtores associados do país, atrás dos estados da Bahia e de Minas Gerais. Cabe ressaltar que nos estabelecimentos com produtores associados a cooperativas, apesar da queda, o Estado ainda lidera no Brasil, pois o crescimento do indicador na Bahia e Minas Gerais se deu, principalmente, nas demais categorias de entidades e associações avaliadas (IBGE, 2006; 2017a).

Cabe, ainda, considerar que as mulheres apresentam maior vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, com maior probabilidade de serem pobres no meio rural. Apesar de estarem diretamente envolvidas com a produção, em algumas situações permanece sua dificuldade no acesso às políticas públicas voltadas para agricultura familiar, cabendo atenção para garantir que elas saiam da situação de invisibilidade (SILIPRANDI, 2011). No Rio Grande do Sul, 37% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários eram mulheres em 2006. Além de 87% das 460.910 agricultoras estarem empregadas na agricultura familiar, as mulheres correspondiam a 40% do pessoal ocupado na agricultura familiar, distribuídas especialmente em estabelecimentos de até 100 hectares (93% das agricultoras), demonstrando sua expressividade na produção de alimentos para a soberania e SAN (IBGE, 2006).

Em 2017, os resultados preliminares do Censo Agropecuário classificaram por sexo apenas os dados de trabalhadores com laço de parentesco com o produtor, limitando comparações no período. O recorte populacional avaliado em 2017 corresponde a 81% do contingente de trabalhadores analisado (795.807 pessoas), enquanto em 2006 foi estimado em 87% do pessoal ocupado (1.076.604 pessoas). Neste grupo, observa-se uma redução de 31% no número de agricultoras (133.793 mulheres), correspondendo atualmente a 38% do pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor, majoritariamente nos estabelecimentos de até 100 hectares (IBGE, 2017a). Estes dados demonstram que esta população carece de maior atenção por parte de políticas públicas específicas.

2.1.4. Sustentabilidade das práticas utilizadas na produção

O modelo produtivo impacta na sustentabilidade das práticas e, por consequência, na qualidade dos alimentos produzidos. Priorizar a alta produtividade sobre os parâmetros nutricionais e de saúde permite, por exemplo, o uso excessivo de agrotóxicos e o alongamento das cadeias produtivas, resultando em alimentos contaminados, altamente processados e com teor de nutrientes reduzido em relação aos produtos frescos e *in natura* (LE BIHAN, 2003).

Segundo dados do PLEAPO, o RS foi o 6º estado do país que mais consumiu agrotóxicos em 2012, totalizando 98.870 toneladas naquele ano (GOVERNO RS,

2016). Em 2014, o IBGE aferiu, através dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), que a comercialização anual de agrotóxicos e afins, por área plantada, alcançou 6,4 kg/hectare de ingrediente ativo no RS (IBGE, 2014). O Censo Agropecuário, por sua vez, demonstra que 62% dos estabelecimentos gaúchos utilizaram agrotóxicos em 2006, percentual que cresceu para 70% em 2017 (IBGE, 2006; 2017a).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2011 a produção orgânica no Estado ultrapassava 10 mil hectares de área e abrangia 134 municípios (27% do RS), com mais de 1.200 famílias. A pesquisa estimou que mais de 220 espécies vegetais eram cultivadas em sistemas de produção orgânicos, o que contribui para a conservação da agrobiodiversidade e do ambiente. Entre as 10 espécies mais cultivadas destacam-se cebola, uva, tomate, cenoura, beterraba, feijão, banana, batata doce, milho e laranja (GOVERNO RS, 2016).

Os resultados preliminares do Censo 2017 observam uma queda de 52% no número de estabelecimentos com práticas de agricultura ou pecuária orgânicas desde 2006, passando de uma representação de 1,7% (8.532 estabelecimentos) para 1,1% (4.140 estabelecimentos). Cabe ressaltar que a metodologia de classificação da produção orgânica pelo Censo de 2017 foi alterada, tornando a comparação destes resultados objeto de discussão por pesquisadores da área. Os dados de 2006 demonstravam que apenas 662 dos produtores orgânicos do Estado eram certificados (questão não disponível nos resultados preliminares do Censo 2017 na data de acesso) (IBGE 2006; 2017a). Até agosto de 2017, o número de produtores orgânicos certificados (acumulado) aferidos pelo MAPA alcançou 1.952 agricultores (GOVERNO RS, 2016).

Pela pesquisa MapaSAN do MDS, em 2015, 72 municípios (54% dos participantes da pesquisa) informaram haver produção de base agroecológica (BRASIL, 2015). Dados da Emater/RS informam que dos 493 municípios atendidos pela instituição, 445 já vêm desenvolvendo atividades de base ecológica. Nesse sentido, a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS) indica que em 2015 existiam 4,2 mil hectares de arroz orgânico distribuídos em 16 assentamentos, compreendendo 460 unidades de produção. A organização conta ainda com sete unidades de beneficiamento certificadas, compreendendo estruturas de secagem e armazenagem e uma unidade de beneficiamento de sementes certificadas (GOVERNO RS, 2016).

Atualmente, 434 famílias trabalham com o cultivo orgânico de parreiras no RS em 672 hectares. Destes, 458 hectares são certificados, 123 hectares estão em processo de conversão e 91 hectares em implantação. A produção anual oscila entre 7 milhões e 8 milhões de quilos, sendo que 99% são destinados para a produção de suco (GOVERNO RS, 2016).

Os principais canais de comercialização do arroz e das hortícolas orgânicas são: 90% via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e 10% por venda direta. No caso do arroz, existem

iniciativas pontuais na tentativa de exportação, que não chegam a 1% da produção. O cultivo do arroz orgânico nos assentamentos da reforma agrária no RS, mais especificamente no município de Eldorado do Sul, tem recebido destaque também em nível nacional (GOVERNO RS, 2016).

O PLEAPO também destaca o tema da agrobiodiversidade, definida como o conjunto de espécies da biodiversidade utilizada pelas comunidades locais, povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares. Diferentes comunidades conservam, manejam e utilizam os componentes da agrobiodiversidade no RS, sendo as sementes crioulas ferramentas importantes para o fortalecimento da agricultura familiar e o alcance da sustentabilidade e estratégias de soberania, segurança alimentar e nutricional dos povos. No Rio Grande do Sul, até 2012 foram identificados mais de 140 guardiões da agrobiodiversidade, individualmente ou associados, agricultores familiares, quilombolas ou de comunidades indígenas, em 29 municípios (GOVERNO RS, 2016).

A Embrapa tem apoiado várias feiras de sementes em todo o Rio Grande do Sul, como forma de atingir, além dos agricultores familiares, o público urbano que consumidor de alimentos, reconhecendo as características nutricionais das cultivares crioulas. Os bancos de sementes locais e microrregionais têm sido a principal ferramenta para dar escala à produção de sementes em caráter comercial, e o número deles no Rio Grande do Sul já é significativo (GOVERNO RS, 2016).

A produção agroecológica apresenta-se como um caminho para a produção e oferta de alimentação saudável. Estudos têm evidenciado que a insegurança alimentar e nutricional não se refere apenas à dificuldade em adquirir alimentos adequados, mas também ao crescente acesso a alimentos de baixa qualidade nutricional (CONSEA, 2010). Aliada ao aumento dos alimentos contaminados com agrotóxicos, a diminuição da diversidade da produção agrícola também afeta a variedade de micronutrientes disponíveis, questões essas que podem ser alteradas por meio da produção local agroecológica, valorizando culturas regionais e ampliando o acesso a alimentos de alto valor nutricional em uma diversidade de gêneros livres de contaminantes químicos (MÜLBACH, 2009). Apesar de ainda incipiente no Estado, o fomento dessas formas de cultivo apresenta elevado potencial de produção e consumo no Eestado.

2.1.5. Principais situações-problema - Dimensão 1

- A diminuição do cultivo de variedades de espécies agrícolas traz preocupações para a garantia da oferta e do consumo de alimentos diversificados e saudáveis, requerendo medidas de estímulo à diversificação da produção e oferta de alimentos saudáveis.

- A produção agroecológica cresceu pouco em volume de produção e de estabelecimentos para ampliar a oferta dessa produção, de modo que a transição para agricultura agroecológica requer maior estímulo nos próximos anos.
- É preocupante a diminuição de estabelecimentos da agricultura familiar nos últimos anos e o crescimento da produção concentrada em poucos itens, requerendo a adoção de medidas de fortalecimento da produção diversificada da agricultura familiar para a SAN.
- O modelo de produção baseado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos incorre em vários problemas ambientais e sociais que impactam diretamente na saúde e na SAN da população, requerendo ações de regulação e controle dos agrotóxicos e o estímulo à produção agroecológica.
- A Assistência Técnica Rural para a produção diversificada de alimentos saudáveis para a SAN tem sido insuficiente e requer seu fortalecimento.
- A redução da mão de obra geral, de jovens e de mulheres é uma realidade marcante na agricultura familiar e seus efeitos podem ser mitigados mediante a adoção de políticas específicas de estímulo às mulheres e jovens na agricultura familiar.
- A falta de acesso à terra e ao território, especialmente aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, está na origem da pobreza rural e da insegurança alimentar e nutricional de expressivos grupos populacionais, requerendo ser enfrentada com determinação por meio de diversas políticas que garantam o acesso à terra e ao território às populações demandantes.

2.2. DIMENSÃO 2 - DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

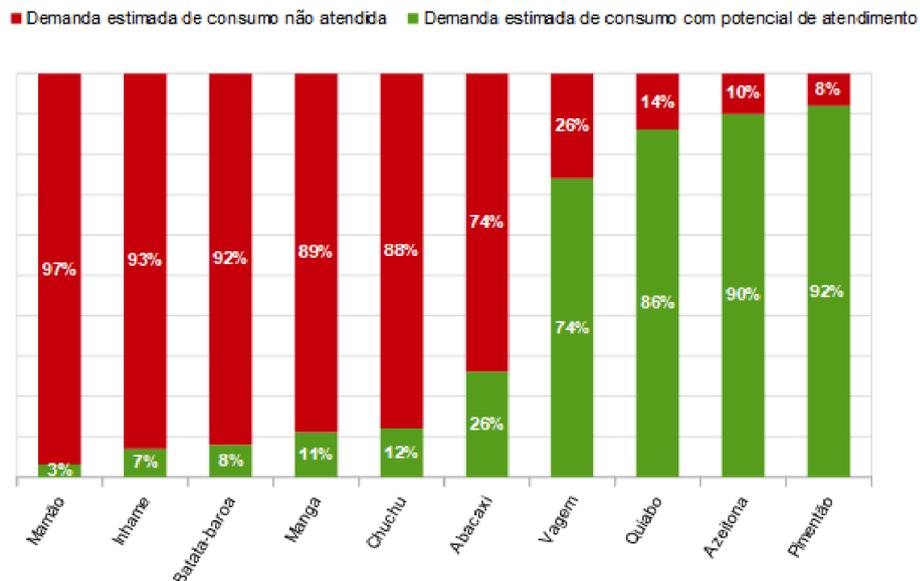
A disponibilidade de alimentos não pode ser entendida apenas como uma questão de mercado e refém da estabilidade da balança comercial. A qualidade e quantidade dos alimentos que serão disponibilizados para a população, bem como os preços dos produtos e os mecanismos de regulação e incentivo à comercialização observam relação importante com a soberania e segurança alimentar e nutricional. A estrutura de produção, abastecimento e políticas de comercialização devem garantir o acesso à alimentação adequada à população. Isso está relacionado à forma como os alimentos são produzidos, a composição e qualidade dos bens que são disponibilizados para o consumo, além da formação dos preços, do fluxo de bens e suas influências nos hábitos alimentares. Além disso, estruturas comerciais e industriais podem impor padrões produtivos não adequados cultural e ambientalmente, favorecendo a exclusão ou a não inclusão de pequenos e médios produtores (PIRES, [s.d]).

Segundo o CONSEA (2004; 2005; 2018), o abastecimento alimentar diz respeito às condições em que se dará o acesso aos alimentos pelos diversos segmentos da população, e deve ser capaz de promover a produção e a distribuição de alimentos sob formas ambientalmente sustentáveis, culturalmente adaptadas e socialmente equitativas, proporcionando alimentos em quantidade e qualidade. Ou seja, é necessário ver o abastecimento alimentar não apenas como uma questão de disponibilidade física de alimentos, mas como estratégia de SAN.

2.2.1. Potencial de abastecimento do mercado interno

Cabe observar o cenário atual da produção dos gêneros alimentícios com demanda de consumo pelo mercado interno. Cruzando os dados da produção atual fornecidos pelo IBGE (2016; 2017a) com as estimativas de consumo da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (IBGE, 2008), observam-se 48 alimentos passíveis de análise, dos quais 10 não atingem a produção necessária para atender a demanda estimada.

Gráfico 9 - Alimentos produzidos em quantidade insuficiente para atendimento da demanda estimada de consumo do RS



Fonte: IBGE, 2008; 2008-2017; 2017a.

A disponibilidade de alimentos para consumo não se limita aos itens produzidos no Estado, bem como a oferta é determinada em boa parte pela importação de gêneros de outras localidades. Todavia, pela ótica da soberania e SAN, cabe observar com atenção o potencial de atendimento da demanda interna pela

própria produção do Estado, fornecendo uma visão sobre pontos críticos na esfera da autossuficiência e das condições de fornecimento de alimentos frescos por meio da produção local (LUIZ, [s.d]).

2.2.2. Armazenamento e comercialização da produção

Atualmente, a rede armazenadora própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é composta por 167 armazéns, agrupados em 92 unidades armazenadoras distribuídas em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, sendo uma situada no RS, na cidade de Canoas, com capacidade para 16.630 toneladas. Ainda constam no Estado 4.781 unidades cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, com capacidade de 29.387.605 toneladas, das quais apenas 0,2% estão atualmente credenciadas sem impedimentos (capacidade de 154.286 t) (CONAB, 2018).

Os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 demonstram no Estado 15.532 silos (capacidade de 6.306.705 t), 27.214 armazéns convencionais e estruturais (1.599.117 t), 1.684 armazéns graneleiros (608.297 t) e 604 unidades infláveis (26.940 t), totalizando o maior número de unidades armazenadoras e capacidade de armazenagem da Região Sul e correspondendo a 11% das Unidades Armazenadoras do país, com 9% da capacidade nacional (IBGE, 2017a).

Segundo o relatório anual das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS), entraram para comercialização no ano de 2016 cerca de 584.864.086 kg de alimentos, equivalentes a um movimento comercial de R\$ 1.459.049.970,15, volume 2,98% maior que em 2015, correspondendo a um valor de comercialização 17,4% mais alto (CEASA, 2017).

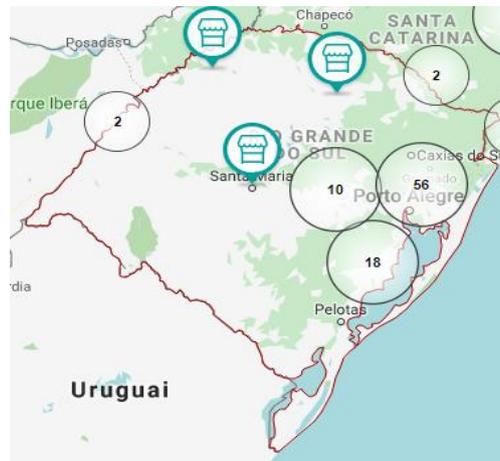
Em 2014 a Comissão Estadual de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul (CPOrg-RS) coordenou um levantamento das feiras que comercializam produtos ecológicos no Estado. Foram mapeadas 42 feiras ecológicas (exclusiva de produtos orgânicos) distribuídas em 30 municípios e 47 feiras mistas (orgânicos e convencionais), distribuídas em 43 municípios. De forma geral, as feiras mistas ocorrem em locais com melhor infraestrutura que as feiras ecológicas, sendo que das 47 mistas, 30 ocorrem em pavilhões cobertos (64%), e das 42 feiras ecológicas, apenas 15 ocorrem em locais com este tipo de estrutura (36% do total). Nas feiras ecológicas, as entidades associativas vinculadas às feiras têm maior percentual de formalização (63,6% são formalizadas ou estão em processo de formalização), sendo que das entidades que participam das feiras mistas, 41,5% são formalizadas ou estão em processo de formalização (GOVERNO RS, 2016).

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), feiras são os espaços mais antigos de comercialização e que ainda resistem em alguns municípios.

São uma ótima alternativa da compra direta dos produtores ao diminuírem intermediários no processo (e, conseqüentemente, o preço), ao mesmo tempo em que estimulam a autonomia dos produtores e valorizam a produção local de alimentos (IDEC, 2018).

O Mapa de Feiras Orgânicas do IDEC apresenta 92 iniciativas orgânicas e agroecológicas no Estado, maior número da Região Sul (IDEC, 2018). As Feiras estão concentradas nas Regiões Funcionais 1, 2 e 5.

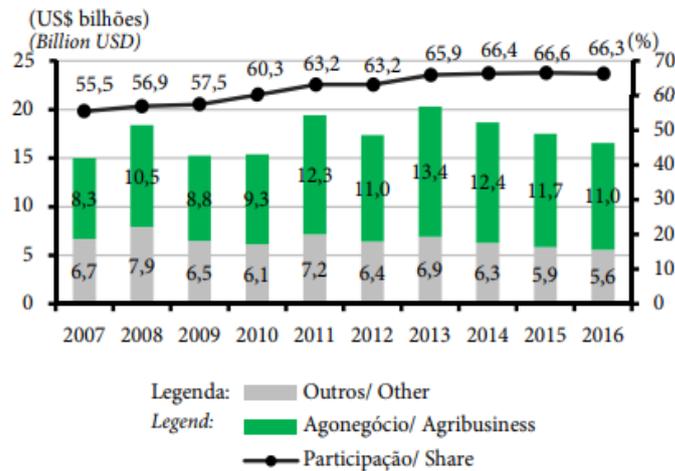
Cartograma 1 - Distribuição das Feiras Orgânicas



Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas, IDEC, 2017).

2.2.3. Itens de exportação

Segundo o Atlas socioeconômico, a economia do Estado possui estreita relação com os mercados nacional e internacional, sofrendo influência da dinâmica das exportações. E, embora a estrutura setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Rio Grande do Sul confirme a forte participação do Setor de Serviços, o setor Agropecuário apresentou, em 2015, uma participação de 9,4% da estrutura do VAB, ocupando o primeiro lugar entre os estados brasileiros na contribuição para o VAB nacional (12,1%). Em uma análise regional, observa-se que o VAB agropecuário concentra-se, principalmente, nas Regiões Funcionais 9 (21%), 7 (15%) e 8 (15%). Conforme o Ministério da Agricultura, na composição do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Rio Grande do Sul em 2015, a agricultura respondeu por 68% e a pecuária por 32% (GOVERNO RS, 2018).

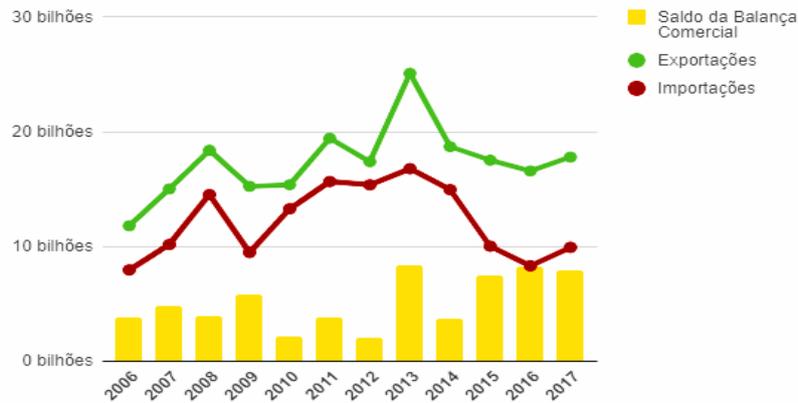
Gráfico 10 - Evolução das exportações, totais e do agronegócio, do RS

Fonte: Dados MDIC, elaboração FEE, 2017.

Em 2016 o Rio Grande do Sul foi o quarto maior estado exportador e o quinto maior importador do Brasil. Contudo, o perfil de suas transações externas diferiu bastante. Enquanto, nas exportações, os produtos básicos apresentaram preponderância (51,6%) em relação aos produtos industrializados (47,7%); na importação essa relevância inverteu-se, já que o Estado importou 80,9% de produtos industrializados e 19,1% de produtos básicos. Em meio à crise econômica foi registrado o terceiro ano consecutivo de queda nas receitas exportadoras, atingindo o menor patamar desde 2010. No entanto, os preços médios voltaram a crescer após dois anos, e foi registrado o segundo maior volume embarcado da história (21,7 milhões de toneladas) (FEE, 2017).

Estudos da FEE indicam que em 2016 as exportações totalizaram aproximadamente US\$ 11,0 bilhões, com destaque para os setores de soja, carnes, fumo, produtos florestais e couro. Em 2017, o Atlas Socioeconômico indica que a soja foi responsável por 26% das exportações, somando US\$ 4,3 bilhões, seguidas pelo fumo, carne de aves e de suínos congelada, bagaço e outros resíduos da extração de óleo de soja (FEE, 2017).

No período de 2006 a 2017 o RS aumentou sua participação nas exportações e atualmente responde por 8,2% das exportações do país. No entanto, permanece o desafio do Estado diversificar seu portfólio de produtos exportáveis (AGENDA 2020).

Gráfico 11 - Balança comercial do RS no período 2006-2017

Fonte: Dados MDIC, Agenda 2020, SEBRAE, 2018.

2.2.4. Principais situações-problema - Dimensão 2

- O Estado possui ampla estrutura com vários estabelecimentos de abastecimento de grãos e a CEASA para o abastecimento alimentar, mas carece de descentralização de estruturas similares às da CEASA nas principais regiões consumidoras do Estado para facilitar a oferta de alimentos saudáveis próximos da população e diminuir custos de transporte e perdas e desperdício de alimentos.
- Após vários anos de estímulo aos mercados institucionais de alimentos, no atual momento este mercado sofre arrefecimento com o desestímulo e corte drástico no orçamento, cabendo ao Estado exercer um papel mais proativo no fortalecimento dos mercados institucionais.
- Muitos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais têm dificuldade de acesso aos mercados institucionais devido às dificuldades enfrentadas em relação à legislação tributária e sanitária, requerendo um conjunto de políticas de estímulo à organização da produção e sua comercialização.
- Apesar de haver feiras agroecológicas e da agricultura familiar em uma grande quantidade de municípios do Estado, ainda falta uma política de estímulo à organização e comercialização da produção por meio dessas feiras.

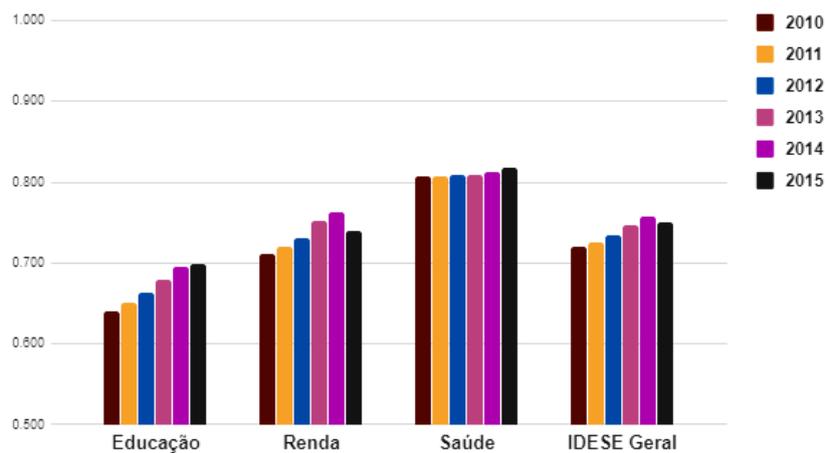
2.3 DIMENSÃO 3 - RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

Os indicadores relacionados à renda têm importante relação com a SAN, pois no Brasil, assim como em muitos países, a ausência de renda é o principal fator que impede as pessoas de terem acesso regular e permanente aos alimentos. Em grande parte das situações há alimentos suficientes à disposição, mas a falta de renda e sua injusta distribuição impossibilita este acesso por parte de certos segmentos da população (BELIK, 2003).

2.3.1. Condições de vida

As condições de vida da população podem ser aferidas por alguns índices sintéticos. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE) efetua a análise em três blocos (educação, renda e saúde). Segundo o IDESE, em 2015 o Estado encontrava-se no patamar de médio desenvolvimento, com índice de 0,751, com ligeira queda em relação ao ano anterior, cujo índice foi 0,757, sendo o Bloco Renda responsável pela queda no índice agregado (SEBRAE, 2018).

Gráfico 12 - Evolução do IDESE no RS

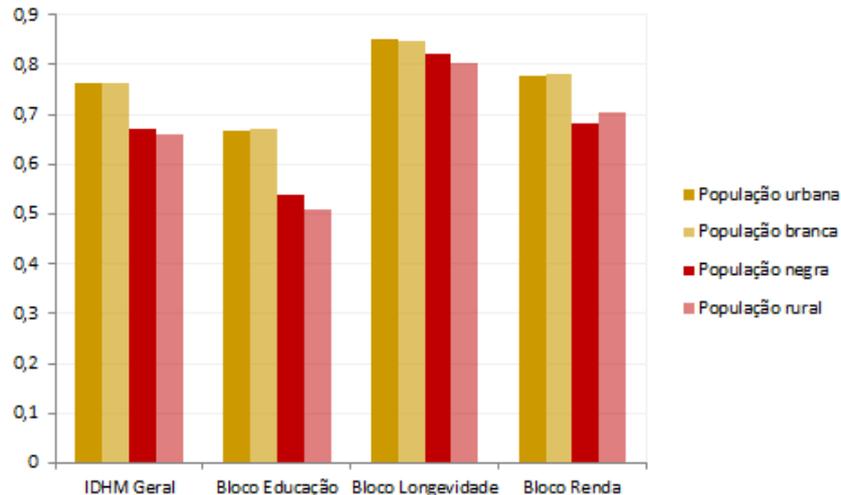


Fonte: SEBRAE, 2018.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Rio Grande do Sul observou melhora constante dos valores no período analisado, evoluindo de 0,542 (baixo desenvolvimento) em 1991 para 0,664 (médio desenvolvimento) em 2000, chegando a 0,746 (alto desenvolvimento) em 2010. A dimensão que mais contribui para o IDHM do RS é Longevidade, com índice de 0,840,

seguida de Renda, com índice de 0,769, e de Educação, com índice de 0,642 (SEBRAE, 2018). Porém, em uma análise étnica e da situação dos domicílios, observam-se disparidades que demandam atenção.

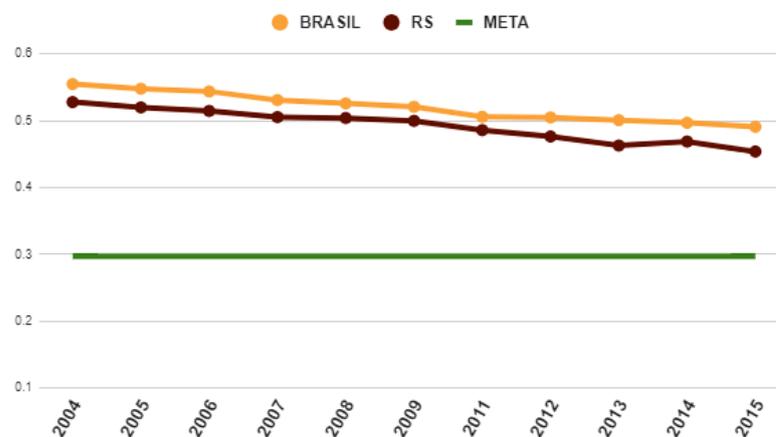
Gráfico 13 - Comparação do IDHM do RS por etnia e origem rural/urbana



Fonte: IPEA e FJP, 2010; PNUD, 2013.

O índice de gini, por sua vez, traduz o grau de concentração de renda, indicando o peso da desigualdade socioeconômica na população. O indicador estava reduzindo na última década, mas dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua demonstram que o indicador voltou a piorar após 2015, indo de 0,45 para 0,48 em 2016 e 0,49 em 2017, refletindo o peso da desigualdade de renda no Estado (IBGE, 2013-2017).

Gráfico 14 - Evolução do Índice de Gini no RS



Fonte: IBGE, Agenda 2020, 2017.

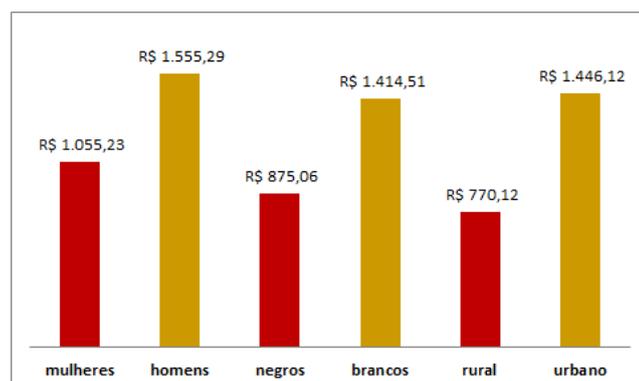
Esses dados ressaltam a importância de se observar com atenção as famílias com rendimentos menores, tendo em vista seus riscos de sofrerem insegurança alimentar e nutricional.

2.3.2. Renda

O Rio Grande do Sul é atualmente a quarta economia do Brasil, representando 6,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Seu PIB em 2015 foi de R\$ 381,9 bilhões, acompanhando o crescimento nacional. Já, o PIB per capita passou de R\$ 22.556,00 em 2010 para R\$ 33.960,36 em 2015, aumentando cerca de 50,5% no período, sendo o 5º maior entre os 27 estados brasileiros. O Rio Grande do Sul se destacou como o 3º estado com maior rendimento nominal mensal domiciliar per capita em 2017, com um valor de R\$ 1.635,00 (GOVERNO RS, 2018). Em relação à remuneração média do trabalhador com Carteira de Trabalho assinada em dezembro de 2015, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Estado assumiu a 6ª posição entre as unidades da federação, com um valor de R\$ 2.479,21 (IBGE, 2010-2015). Em 2017, a PNAD Contínua observou o rendimento aproximado das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais no valor de R\$ 2.427,00 no RS (IBGE, 2013-2017).

Segundo o Censo Demográfico, a razão dos rendimentos médios da população observa um cenário que demanda atenção pelos recortes étnico, de gênero e situação dos domicílios, o que pode dificultar o potencial de acesso às condições necessárias para a garantia da SAN de mulheres, pessoas negras e residentes do meio rural (IBGE, 2010a).

Gráfico 15 - Comparação dos rendimentos médios dos ocupados com 18 anos ou mais no RS



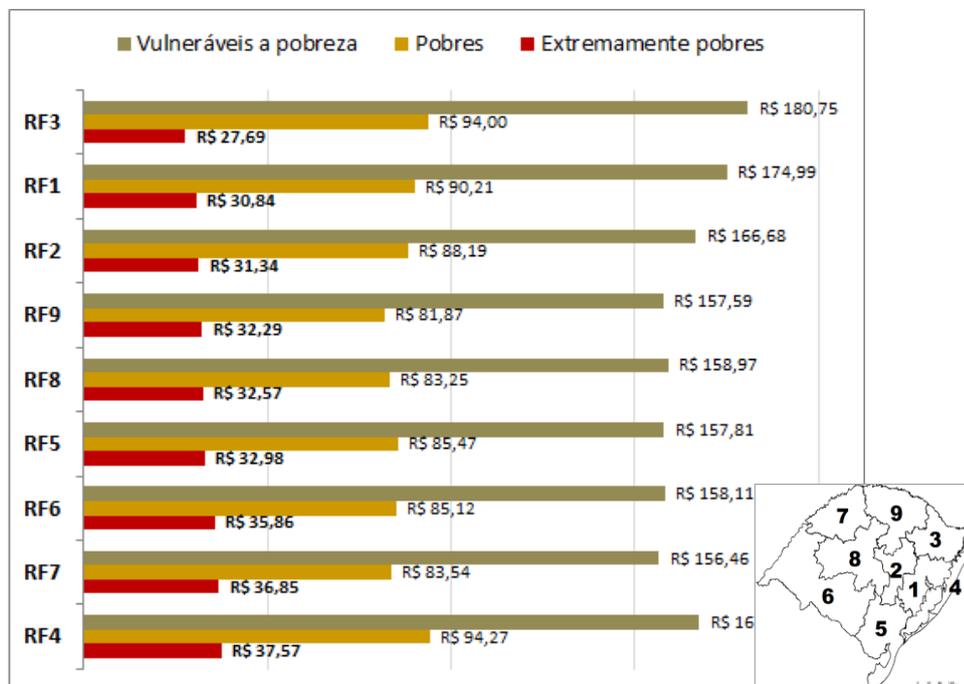
Fonte: IPEA e FJP, 2010; PNUD, 2013.

Os indicadores que sobre a pobreza da população mostram um forte preditor de vulnerabilidade à InSAN, sendo fundamental a identificação da população que enfrenta essa realidade, suas causas, bem como o planejamento de ações prioritárias para auxiliá-las na superação dessa condição.

Segundo o Censo Demográfico, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010) passou de 26,84%, em 1991, para 15,56%, em 2000 e para 6,37%, em 2010 (PNUD, 2013). Os dados da PNAD demonstram que o indicador vem apresentando melhora nos últimos anos, caindo de 5,2% em 2011 para 2,8% em 2015 (IBGE, 2015a). A população em extrema pobreza estimada pelo Censo Demográfico em 2010 era de 15.002.707 pessoas, sendo que a taxa de extrema pobreza também seguiu a tendência de queda, segundo a PNAD, reduzindo de 1,8% em 2011 para 1,2% em 2015 (IBGE, 2013-2017). Entretanto, dados parciais demonstram que a pobreza e a extrema pobreza vem crescendo rapidamente a partir de 2015, retornando ao patamar dos índices de 2012.

Dentre as Regiões Funcionais do Estado pode-se observar diferenças na média de renda da população que se encontra em situação de maior vulnerabilidade.

Gráfico 16 - Renda domiciliar per capita média da população em situação de vulnerabilidade nas Regiões Funcionais do RS



Fonte: IBGE, 2010a.

Segundo a FEE (2013), embora a pobreza em números absolutos encontre maior expressão nos grandes centros urbanos do RS, em termos proporcionais ela se manifesta com mais força no meio rural.

Dos 10 municípios com maior número de extremamente pobres, seis estão entre os 10 mais populosos do RS, com alta concentração de população extremamente pobre na região metropolitana, no Sul e Sudeste do Estado, locais onde a população é, em média, maior. Todavia, as condições dos domicílios mostram que os municípios com maior proporção de extrema pobreza apresentam maiores taxas de domicílios com condições inadequadas de saneamento, e piores situações em termos de renda, educação e saneamento (FEE, 2013).

O estudo da FEE também analisa um cenário de pobreza extrema com maior proporção em municípios da região Norte e Noroeste do Estado, de base agrícola em sua economia, relacionado às flutuações dos preços de bens agrícolas no mercado interno e externo. Outra questão destacada é o percentual de indígenas na composição de sua população total. Enquanto a proporção da população indígena do Estado é 0,31%, a média nos 10 municípios com maior proporção de extremamente pobres é de 17,7%. Dentre eles destacam-se os municípios de Redentora, Benjamin Constant do Sul e São Valério do Sul, com cerca de 40% de indígenas na composição étnica de sua população (FEE, 2013).

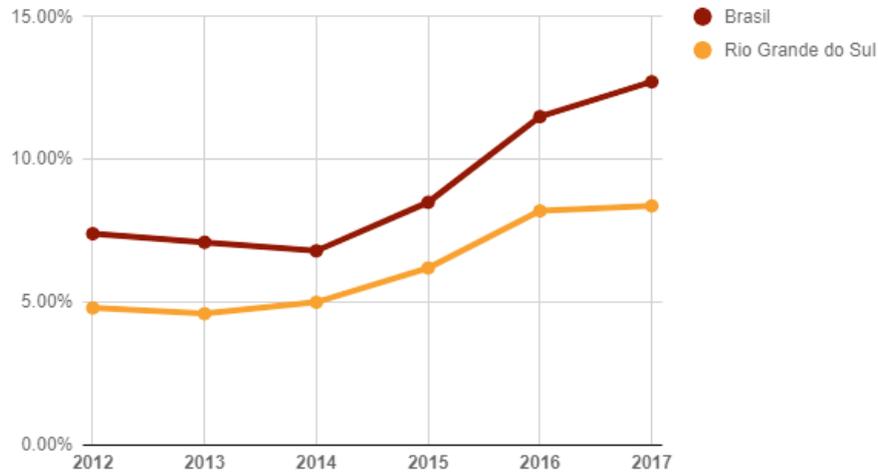
2.3.3. Emprego

Em relação à renda e condições de vida é importante atentar para as condições relacionadas ao trabalho no Estado, tendo em vista que o desemprego e as altas taxas de trabalhos informais representam fatores que potencializam a vulnerabilidade à InSAN, além de indicar a necessidade de ações que visem à melhoria da situação socioeconômica e das condições de vida da população.

De 2010 a 2015 o Rio Grande do Sul apresentou uma taxa de variação de emprego de 7% (IBGE, 2010-2015), sendo que a participação do pessoal empregado no total nacional variou de 5,6 a 6,3%. Em 2015, segundo a PNAD Contínua, 67,8% da população economicamente ativa estava ocupada (IBGE, 2015a). E a proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, segundo a PNAD Contínua, foi de 67,6% em 2016 e 70,9% em 2017 (IBGE, 2013-2017).

A taxa de desocupação reflete a parcela da população que gostaria de estar trabalhando, porém não encontra vaga no mercado de trabalho.

Gráfico 17 - Evolução da taxa de desocupação média da população acima de 14 anos no RS
(média dos 4 trimestres de cada ano da PNAD Contínua)



Fonte: SEBRAE, 2018.

No gráfico verifica-se um aumento expressivo na taxa de desocupação nos últimos anos, com uma desaceleração ao final do período, correspondente, segundo a Agenda 2020, principalmente à criação de vagas no mercado de trabalho informal, caracterizado por postos de menor qualidade (SEBRAE, 2018).

2.3.4. Principais situações-problema - Dimensão 3

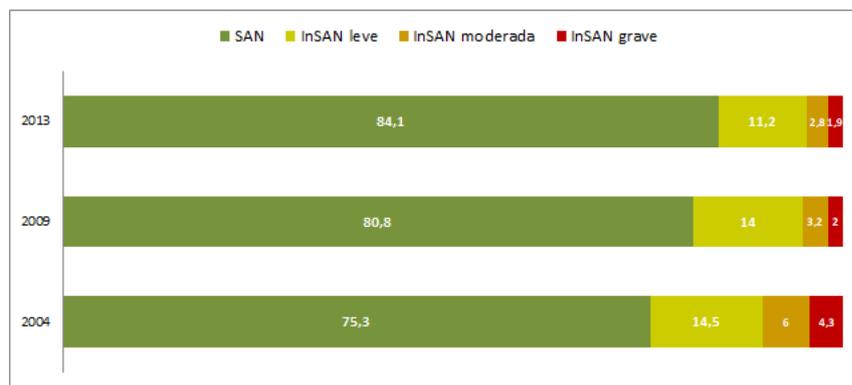
- Desigualdade de renda no Estado e, especialmente, a falta de renda para populações indígenas, negros, quilombolas e mulheres se constitui em um desafio a ser enfrentado por diversas políticas de emprego e renda para incidir na melhoria dos indicadores gerais de desenvolvimento e de SAN dessas populações.
- A alta taxa de desemprego afeta as condições de vida da população em geral e impacta diretamente na segurança alimentar e nutricional, podendo ser enfrentada com políticas associadas de estímulo à geração de renda.

2.4. DIMENSÃO 4 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, INCLUINDO ÁGUA

2.4.1. Vulnerabilidade à INSAN

Nesta dimensão, uma primeira análise deve ser sobre a atual situação de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) no Estado, na medida em que a principal causa da InSAN é a falta de capacidade de acesso aos alimentos pelos grupos sociais em situação mais vulnerável.

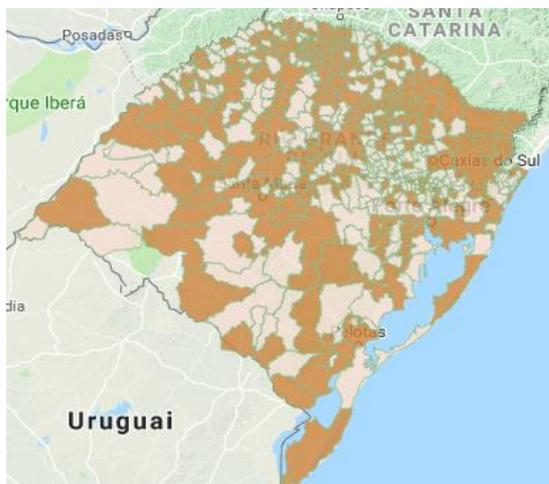
Gráfico 18 - Evolução dos percentuais de insegurança alimentar e nutricional nos domicílios do RS



Fonte: Suplemento SAN, PNAD 2004-2013, IBGE, 2013a.

Observou-se uma ampliação dos domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional no período avaliado, todavia chama a atenção a estagnação do percentual de domicílios em situação de InSAN grave, que de 2009 a 2013, caiu apenas 0,1% no Estado (de 2 para 1,9%) (IBGE, 2013a).

Cartograma 3 - Municípios em situação de vulnerabilidade – MAPAINSAN 2014



Fonte: OBSSAN-RS, 2018.

Cabe avaliar com maior profundidade a localização das famílias que persistem em situação de vulnerabilidade. O MapaINSAN é um mapeamento das famílias incluídas no Cadastro Único nas quais ainda persiste a inSAN, considerando o índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família e indicadores socioeconômicos. De acordo com o MapaINSAN, cujo ano de referência é 2014, 221 municípios do Estado apresentaram vulnerabilidade, sendo 76% classificados em média, 19% alta e 5% muito alta vulnerabilidade à inSAN (OBSSAN-RS, 2018).

A estimativa de famílias em situação de vulnerabilidade chegou a 26.760, sendo o maior número de municípios em vulnerabilidade observados na Região Funcional 9, com 74 municípios (33% das cidades em vulnerabilidade do Estado), dos quais 66% estão classificados em média vulnerabilidade. A Região Funcional 3 apresenta a maior concentração de municípios classificados em muito alta vulnerabilidade (5 municípios, correspondendo a 50% dessa classificação no Estado) (OBSSAN-RS, 2018).

É importante destacar que os cortes para classificação dos níveis de vulnerabilidade para os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTEs)¹ são outros. Restringindo a análise às 1.658 famílias em situação de vulnerabilidade pertencentes a estes grupos, observa-se que a Região Funcional 9 permanece com a maior proporção de municípios em vulnerabilidade (70 municípios, correspondente a 33%), além de liderar também o número de municípios em alta vulnerabilidade (21 municípios) (OBSSAN-RS, 2018).

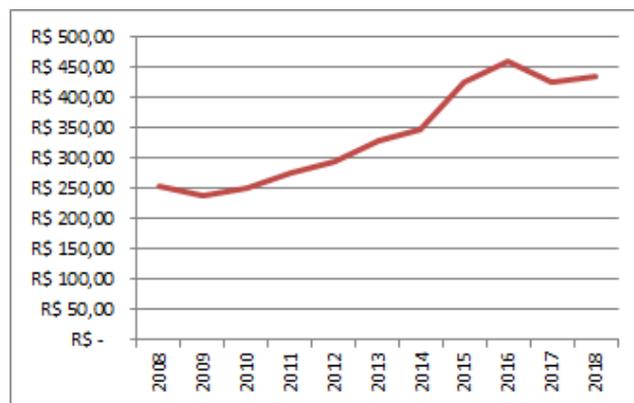
¹ Os grupos classificados no Estudo Técnico do Mapa INSAN foram definidos em conjunto com a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), movimentos sociais representativos e órgãos federais que atuam junto a esses segmentos. São eles: quilombolas, indígenas, agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, extrativistas, acampados rurais, ciganos, pertencentes às comunidades de terreiro, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, presos do sistema carcerário, catadores de material reciclável e pessoas em situação de rua (CAISAN, 2014).

2.4.2. Acesso à alimentação

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 apontam que as despesas com alimentação representam 16% das despesas de consumo das famílias gaúchas, taxa menor que a observada em 2002 (20,8%). O gasto com alimentação fora do domicílio, por outro lado, observou aumento, partindo de 21,5% em 2002 para 27,6% em 2008 (IBGE, 2008).

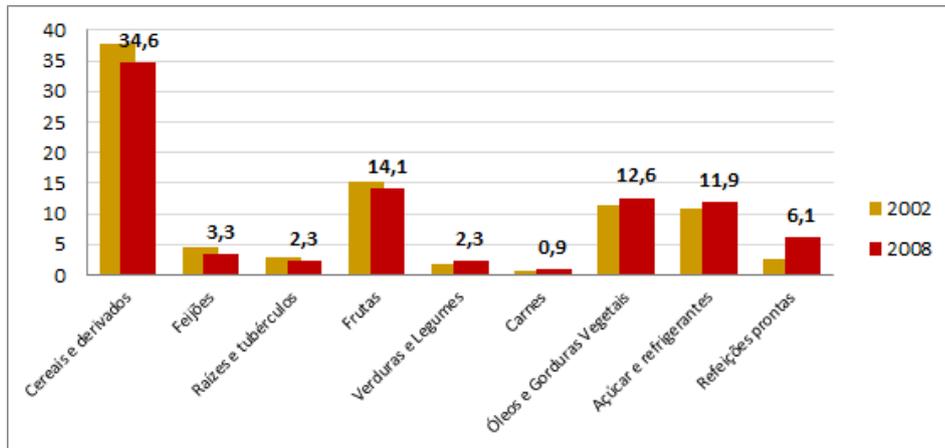
Com relação aos preços da cesta básica observa-se um crescimento significativo dos valores ao longo da última década, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Na última análise dos valores de cestas básicas nas capitais, publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Porto Alegre apareceu em 3º lugar no *ranking* do país dos maiores preços, com o valor de R\$ 419,81 em agosto de 2018, equivalente a 48% do salário mínimo líquido (DIEESE, 2018).

Gráfico 19 - Evolução dos valores da cesta básica em Porto Alegre no período de 2008 a 2018



Fonte: DIEESE, 2018.

Em uma avaliação de nutrientes, dados da POF indicam que em 2008 o percentual calórico do consumo alimentar domiciliar da população do RS era distribuído em 57,4% de carboidratos (sendo 24% provenientes de açúcares - mais que o dobro da recomendação de <10%), 15% de proteínas e 28% de lipídios. Com relação aos alimentos consumidos, a pesquisa observa um aumento significativo no consumo de refeições prontas; moderado em açúcar e refrigerantes, óleos e gorduras vegetais; e pequeno em carnes, verduras e legumes. Já, os demais itens apresentaram redução no período, ressaltando-se o grupo dos cereais e derivados (IBGE, 2008).

Gráfico 20 - Evolução do consumo alimentar da população do RS (percentuais)

Fonte: IBGE, 2008.

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde corroboram com esse cenário, demonstrando que em 2013, das pessoas com 18 anos ou mais de idade 25,4% relataram consumo de alimentos doces e 21,2% consomem refrigerantes açucarados, regularmente. Por outro lado, o consumo regular de feijão foi relatado por 52,4% das pessoas e 34,5% referiram consumir a quantidade recomendada de hortaliças e frutas (IBGE, 2013b).

O aumento observado no consumo de açúcares e refrigerantes, bem como de refeições prontas, associado à redução na participação das frutas, feijões, raízes e tubérculos é um ponto que demanda atenção, visto que esta tendência é favorável ao risco de maior incidência de doenças crônicas na população (IBGE, 2013b).

INDICADORES INDIRETOS DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NO RS (análise OBSSAN-RS, 2018)

- 14% das crianças nasceram com menos de 2500g (2015)
- 30% das crianças não receberam aleitamento materno exclusivo até os 4 meses de idade (2015)
- 12% dos domicílios apresentavam responsáveis com rendimentos limitados ou insuficientes (2010)
- 39% de cobertura do PBF em relação ao Cadastro Único (2017)
- 13% dos domicílios apresentaram densidade alta de moradores nos domicílios (2010)
- 50% dos responsáveis pelos domicílios do RS apresentavam baixo nível de escolarização (2010)

Atualmente conta-se com dois indicadores que demonstram a situação do acesso à Alimentação Adequada e Saudável (AAS) nas primeiras etapas da vida. Por um lado, a avaliação da adequação do peso ao nascer permite compreender o estado nutricional materno durante a gestação, que interfere diretamente no estado de saúde e sobrevivência da criança; e, por outro, a análise sobre o aleitamento materno exclusivo

até os 4 meses proporciona o entendimento sobre o acesso da criança a nutrientes adequados qualitativamente e quantitativamente para o seu crescimento e desenvolvimento.

No Estado, das 18.179 crianças avaliadas, 14% nasceram com menos de 2.500g, sendo os maiores percentuais de inadequação do indicador observados nas Regiões Funcionais 9 e 2, apresentando percentuais entre 80 e 98% de baixo peso ao nascer em 6 e 5 municípios, respectivamente. Com relação ao recebimento de aleitamento materno, das 70.699 crianças acompanhadas, 30% não receberam aleitamento materno exclusivo até os 4 meses de idade, sendo os maiores percentuais observados nos municípios da Região Funcional 9 (BRASIL, 2015; OBSSAN-RS, 2018).

Para a população geral vale ainda analisar essa dimensão através de dados relacionados a aspectos que exercem influência nas condições de consumo e aproveitamento dos alimentos, fornecendo visão indireta sobre a situação do acesso à alimentação adequada e saudável. O acesso a fatores sociais, econômicos e culturais afeta as condições das famílias consumirem alimentos. No RS, segundo o IBGE, em 2010, 12% dos domicílios apresentavam responsáveis com rendimentos limitados ou insuficientes (até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo), afetando a possibilidade de aquisição de alimentos pelas famílias. Os maiores percentuais do indicador foram observados nas Regiões Funcionais 9, 7 e 8, concentrando 82% dos municípios com taxas acima de 25%, sendo a mais alta observada em Lajeado do Bugre (RF9), com 39% dos domicílios apresentando responsáveis com rendimentos limitados ou insuficientes (IBGE, 2010a; OBSSAN-RS, 2018).

Nesse sentido, cabe observar a cobertura do Programa Bolsa Família (PBF), tendo em vista que o recebimento do benefício pelas famílias que atendem aos critérios do programa é fundamental para proporcionar condições de aquisição de alimentos e redução de sua vulnerabilidade à InSAN. No Rio Grande do Sul, segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (MDS), em 2017 o percentual de cobertura do PBF em relação ao Cadastro Único foi de apenas 39%, de modo que 564.017 famílias cadastradas não recebem o benefício. Observa-se ainda que essa taxa não é alcançada por 225 municípios do Estado, com 44% destes concentrados na Região Funcional 9, 23% na Região Funcional 7 e 19% na Região Funcional 2, com apenas 2% de cobertura nos municípios de Poço das Antas (RF2), Três Arroios (RF9) e Vespasiano Correa (RF2) (BRASIL, 2018; OBSSAN-RS, 2018).

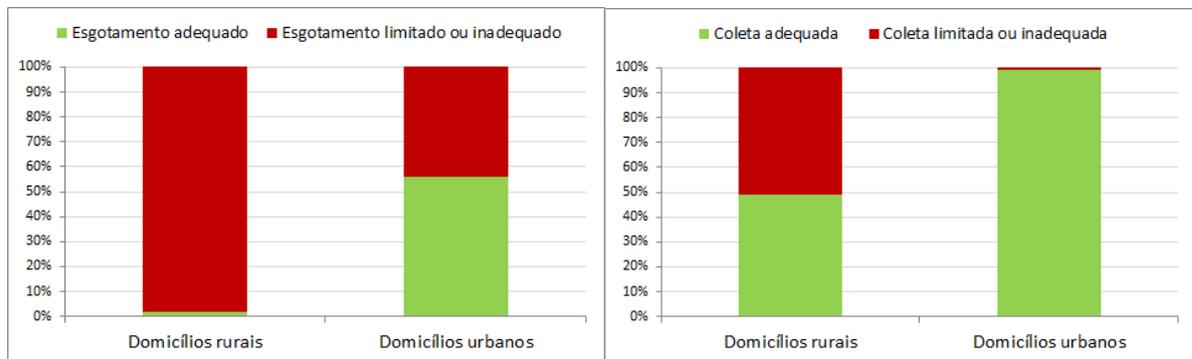
É importante analisar também a densidade de moradores nos domicílios, visto que maiores densidades implicam em maior diluição da renda, reduzindo o potencial de compra de alimentos. Os dados do Censo Demográfico demonstram que em 2010 no Rio Grande do Sul 13% dos domicílios apresentaram densidade alta de moradores nos domicílios (de 5 a 15 ou mais moradores). Essa taxa foi superada em 241 municípios, alcançando até 29% de domicílios com alta densidade em Arroio do Padre (RF5). O maior número de municípios com percentuais elevados foi observado na Região Funcional 9, com 72 municípios (IBGE, 2010a; OBSSAN-RS, 2018).

Nessa visão ainda se pode analisar o nível de instrução do responsável pelo domicílio, pois a escolaridade influencia não só as chances de obter uma melhor remuneração no trabalho como a seleção e o preparo dos alimentos, refletindo no acesso à alimentação pela família. Observa-se que em 2010, 50% dos responsáveis pelos domicílios do RS apresentavam baixo nível de escolarização (sem instrução ou com ensino fundamental incompleto), realidade que se mostra preocupante no Estado, visto que em 90% dos municípios o percentual de responsáveis pelos domicílios com baixa escolarização é de 51 a 88%. Este cenário é mais concentrado nas Regiões Funcionais 9 e 7, respondendo por 38% dos municípios com taxas acima de 50% (IBGE, 2010a; OBSSAN-RS, 2018).

A avaliação sobre o acesso a condições que possam limitar a utilização biológica de nutrientes também deve ser considerada. A exposição familiar ao saneamento básico influencia diretamente a saúde da família e as condições de aproveitar adequadamente os alimentos consumidos. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010a), do total de domicílios do Rio Grande do Sul, 99% possuíam banheiro de uso exclusivo do domicílio e destes, 74% eram ligados à rede geral de esgoto ou pluvial (47%) ou à fossa séptica (26%), apresentando taxas superiores à nacional e ocupando o 6º lugar entre os estados que apresentam os maiores percentuais. No entanto, ressalta-se que 113 municípios do Estado apresentavam mais de 50% dos domicílios com a utilização de fossa séptica, chegando a atingir até 97% dos domicílios em municípios como Poço das Antas, por exemplo. Segundo dados mais atualizados da PNAD, em 2015, 89% dos domicílios já possuíam esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2015a).

Entre os estados brasileiros o Rio Grande do Sul é o 6º com maiores taxas de atendimento de coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba de serviço de limpeza (92%), considerados os mais adequados, superando os índices nacionais. Essa taxa se mantém igual ou superior em 154 municípios. Por outro lado, é importante ressaltar que, entre as modalidades de destino do lixo, persistem ainda as práticas de queima ou enterro na propriedade em 7% dos domicílios (GOVERNO RS, 2018). Em uma análise pela situação dos domicílios, o cenário demanda atenção, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 21 - Adequação do esgotamento sanitário e coleta de lixo nos domicílios do RS



Fonte: IBGE, 2010a.

2.4.3. Disponibilidade e acesso à água

A universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar é um fator essencial para o pleno desenvolvimento humano e a segurança alimentar e nutricional de famílias, especialmente daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros com maior disponibilidade de águas superficiais. Seu território é drenado por uma densa malha hidrográfica superficial e conta com três grandes bacias coletoras: a Bacia do Uruguai, a do Guaíba e a Litorânea. A Bacia do Uruguai, que faz parte da Bacia do Rio da Prata, abrange cerca de 57% da área total do Estado; a Bacia do Guaíba abrange 30% da área do Estado e a Bacia Litorânea abrange 13% do total. A gestão dos recursos hídricos alcançou importantes avanços com a instalação dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, cujo trabalho visa definir instrumentos de planejamento e gestão dos recursos hídricos, promovendo a sua recuperação e conservação. Das 23 sub-bacias do Estado, 15 contam com Comitês instalados e operantes, quatro apresentam comissões provisórias - Butuí-Piratinim-Icamaquã, Passo Fundo-Várzea, Mirim-São Gonçalo e Litoral Médio - e quatro são bacias compartilhadas que necessitam de tratamento especial - Quaraí, Negro, Jaguarão, Mampituba (GOVERNO RS, 2018).

Um indicador importante para avaliar o acesso à água trata da adequação do abastecimento domiciliar. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010a), 85% dos domicílios estavam ligados à rede geral de abastecimento de água, taxa superior à observada em 2000 de 79%, posicionando o Rio Grande do Sul no 6º lugar entre os estados que apresentaram os maiores índices de atendimento deste serviço, superando a taxa nacional. Nesse âmbito, conforme a PNAD (IBGE, 2015a), mais de 99% dos domicílios têm abastecimento adequado de água; e a pesquisa SISAGUA

(BRASIL, 2016) aponta que 95% da população acessa água tratada. Entretanto, apesar dos dados demonstrarem um quadro positivo no total do Estado, em uma análise a partir da situação dos domicílios percebem-se diferenças significativas. Enquanto no meio urbano 93% contam com abastecimento adequado de água (ligação à rede geral), nos domicílios rurais esse percentual cai para apenas 37%, sendo que 221 municípios (45% do RS) apresentam taxas ainda menores (em sua maioria localizados na RF9, RF1 e RF8) (IBGE, 2010a; OBSSAN-RS, 2018).

Cabe ressaltar que uma portaria nacional estabelece o Valor Máximo Permitido (VMP) de 27 agrotóxicos na água potável, e mais 46 agrotóxicos devem ser analisados no Rio Grande do Sul, segundo a Portaria n° 320/2014 da Secretaria Estadual da Saúde. Em uma pesquisa publicada em 2017, foi realizado o levantamento dos resultados das análises laboratoriais dos parâmetros de agrotóxicos em Sistemas de Abastecimento de Água do Rio Grande do Sul, a partir dos laudos laboratoriais de controle e dos dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) em 2016. O parâmetro DDT+DDD+DDE, proibido no Brasil desde 2009, foi detectado em todas as amostras realizadas pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que abastece 316 municípios do Estado. Traços de atrazina, metalocloro e simazina foram eventualmente encontrados em amostras da CORSAN. Cinco amostras de água para consumo humano tiveram detecção de agrotóxicos acima do Valor Máximo Permitido (VMP). Em duas das amostras, o parâmetro glifosato + AMPA estava mais de 18 vezes acima do VMP (RUBBO, 2017). Essa situação aponta para importância de sistemas de controle e regulação eficientes.

2.4.4. Principais situações-problema - Dimensão 4

- No Estado constata-se uma baixa efetividade dos Equipamentos Públicos de SAN: restaurantes, cozinhas e bancos de alimentos, que precariza e/ou impede a oferta de alimentação nesses equipamentos para a população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.
- O declínio drástico da execução do PAA e do volume de recursos para o mesmo impacta diretamente na vida de milhares de famílias que acessavam alimentos por meio dos equipamentos públicos e da distribuição socioassistencial desses alimentos para a população.
- A população em situação de rua acessa poucas ações específicas voltadas à alimentação, saúde e condições de vida, requerendo-se ações articuladas por parte do Estado para abranger tais populações.

- A criação das condições para a oferta de alimentação para portadores de necessidades especiais (celíacos, diabéticos, etc) nos equipamentos públicos e instituições do Estado ainda enfrenta várias dificuldades para ser adequada à realidade das populações demandantes e requer ações mais incisivas.
- O número de famílias inscritas no CADÚNICO no Estado é elevado, mas o número daquelas que acessam o Programa Bolsa Família alcança apenas cerca da metade desse total, requerendo a ampliação desse número em relação aos inscritos no CADÚNICO.
- Os programas e ações de SAN para povos e comunidades tradicionais, além de serem insuficientes e descontínuos, são fragmentados e requerem maior articulação e execução mediante uma visão de conjunto para ampliar seus impactos na SAN.
- O Estado ainda possui vários municípios cuja população encontra-se em muito alta vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional que requerem ações específicas e articuladas entre si para alterar os índices de desenvolvimento humano da população.
- No meio rural um grande percentual da população ainda convive com falta de água potável para o consumo humano, de modo que a universalização do acesso à água para o consumo e para produção de alimentos é uma questão que requer ser enfrentada.
- A qualidade da água, comprometida com o uso extensivo de agrotóxicos, se constitui como um agravante para a saúde da população e que requer medidas de prevenção, regulação e controle.

2.5. DIMENSÃO 5 - SAÚDE, NUTRIÇÃO E SERVIÇOS RELACIONADOS

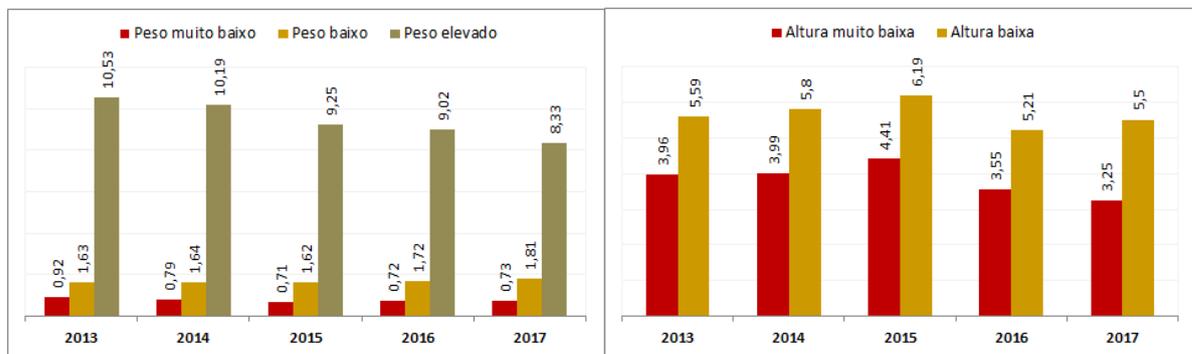
O conceito de SAN em vigor no Brasil interliga vários aspectos que se relacionam com a promoção da saúde. Nesse contexto, entende-se que as práticas alimentares devem ser promotoras de saúde, assim como é necessário que a população disponha de boas condições de saúde para que o processo alimentar ocorra satisfatoriamente.

2.5.1. Saúde e nutrição

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2013b) informam que 70,5% das pessoas com 18 anos ou mais de idade relatam uma autoavaliação de saúde muito boa ou boa, ao passo que 75,2% consultaram um médico nos 12 anos anteriores à realização da pesquisa.

As informações sobre o estado nutricional das pessoas que acessam o Programa Bolsa Família indicam a situação do público prioritário na agenda da SAN no Estado.

Gráfico 22 - Percentuais de inadequação de peso e altura para idade em crianças menores de 5 anos no PBF – RS

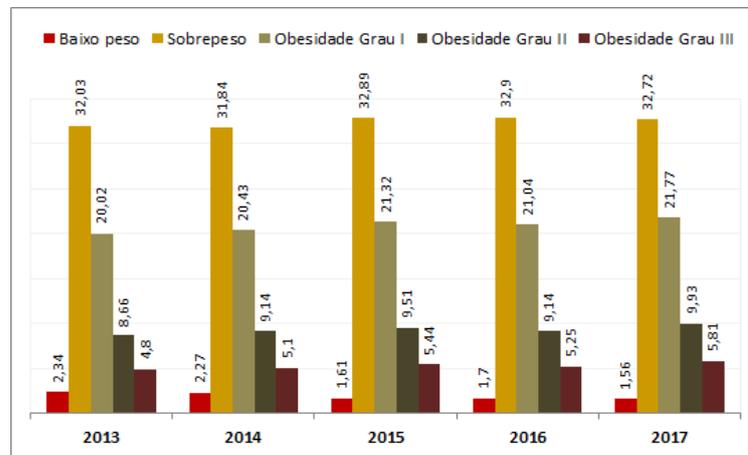


Fonte: BRASIL, 2013-2017, Elaboração OBSSAN-RS, 2018.

Os dados demonstram que nos últimos 5 anos a situação nutricional na infância tem observado melhora no indicador de peso para a idade, reduzindo tanto as taxas de peso muito baixo, como as de peso elevado. O percentual de adequação do peso para a idade em crianças menores de 5 anos que acessam o PBF alcançou 89,12% em 2017 no RS, ao passo que ainda há um contingente de 1.321 crianças com peso muito baixo, 3.269 com peso baixo, e 15.038 com peso elevado para a idade. Percentuais de adequação do peso para a idade abaixo de 90% são encontrados em 54% dos municípios do RS (268), dos quais 24% estão na RF9, 18% na RF7, 12,3% na RF1 e 11,9% na RF8 (BRASIL, 2013-2017; OBSSAN-RS, 2018).

O indicador de altura para a idade segue a mesma tendência, demonstrando redução nas taxas de altura baixa e muito baixa para a idade no período, com 5.871 crianças com altura muito baixa e 9.929 com altura baixa para a idade em 2017. Percentuais abaixo de 90% de adequação da altura para a idade foram observados em 33% (166) dos municípios do Estado, sendo 33% localizados na RF9, 19% na RF7 e 12% na RF2 (BRASIL, 2013-2017; OBSSAN-RS, 2018).

Gráfico 23 - Percentuais de inadequação de IMC em adultos que acessam o PBF no RS



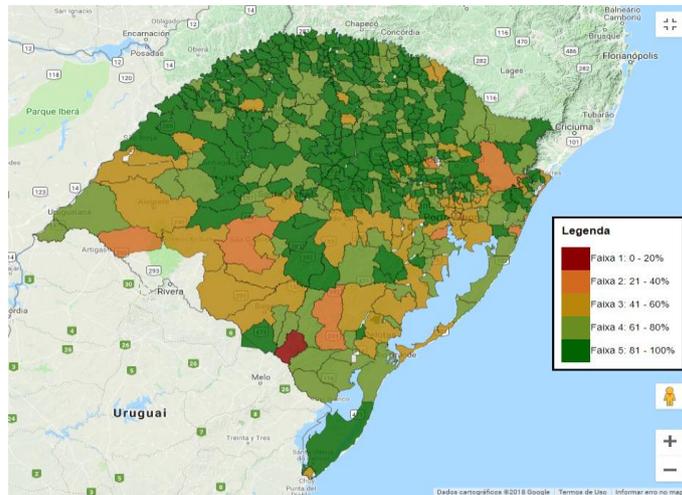
Fonte: BRASIL, 2013-2017; OBSSAN-RS, 2018.

Entre a população adulta, de 2013 a 2017 ocorreu uma redução importante na população com baixo peso. Porém, o cenário ainda não apresenta melhorias significativas na situação nutricional desses adultos, visto que paralelamente vem ocorrendo um aumento nos percentuais de sobrepeso e obesidade. Além disso, a população que ainda apresenta baixo peso corresponde a um contingente de 6.261 adultos, dos quais 88% são mulheres. Também se percebe um cenário preocupante nas taxas de obesidade, visto que, dentre as mulheres, 10,48% estão em obesidade grau II e 6,24% em obesidade grau III, enquanto dentre os homens a soma dessas categorias não chega a 10,2%. Atualmente, o percentual de adequação do IMC no Estado é de apenas 29%, sendo que percentuais menores são observados em 47% dos municípios do RS (235), dos quais 23% estão na RF9, 17% na RF1 e 14% na RF7 (BRASIL, 2013-2017; OBSSAN-RS, 2018).

2.5.2. Acesso e qualidade dos serviços de saúde

O fortalecimento e investimento em ações e serviços de saúde contribuem para a garantia da SAN da população brasileira. Dessa forma, a situação dos serviços de saúde é importante. Segundo o IBGE, em 2009 o Rio Grande do Sul possuía 5.705 estabelecimentos de saúde, dos quais 47% eram da esfera administrativa pública. A Pesquisa Nacional de Saúde informa que em 2013 a proporção de domicílios cadastrados em Unidades de Saúde da Família era de 47,1% (IBGE, 2013b).

Cartograma 4 - Cobertura do acompanhamento de saúde do PBF no RS



Fonte: BRASIL, 2018; OBSSAN-RS, 2018.

No acompanhamento de saúde das famílias que acessam o PBF no RS, em dezembro de 2017 a cobertura alcançou 65% no Estado, atendendo 196.462 famílias. Os dados de 2017 da Matriz de Informação Social/SAGI/MDS mostram os menores percentuais de cobertura nas Regiões Funcionais 1 e 5, com 12 e 5 municípios, respectivamente, com taxas menores de 50% (BRASIL, 2018; OBSSAN-RS, 2018).

O acompanhamento pré-natal das gestantes é um indicador que também expressa o acesso e qualidade dos serviços de saúde. No Rio Grande do Sul o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos informa que 76% dos nascidos tiveram 7 ou mais consultas pré-natal em 2015. Em 85 municípios o cenário requer mais atenção, observando taxas entre 40% e 60% de adequação no indicador, sendo a Região Funcional 9 onde se concentra o maior número de municípios com baixa realização de consultas pré-natal (20 municípios), seguida pela RF7 (15 municípios) (BRASIL, 2018; OBSSAN-RS, 2018). Ressalta-se que 9,6% das pessoas de 18 anos ou mais de idade referem já terem se sentido discriminadas no serviço de saúde (IBGE, 2013a).

Além desses dados, a implementação do controle social no setor saúde reflete a qualidade dos serviços, acesso e potencial para ampliação da participação da população que utiliza o sistema. No Rio Grande do Sul, em 2013 apenas 38 municípios possuíam ouvidoria implantada. Por outro lado, em quase a totalidade dos municípios (486) havia Conselhos Municipais de Saúde (CMS) cadastrados, dos quais 261 possuíam Planos Municipais de Saúde (IBGE, 2013c; OBSSAN-RS, 2018).

2.5.3. Mortalidade por grupos de causas principais

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do PNUD (2013), o coeficiente de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul apresentou-se bem inferior ao do Brasil em 1991, 2000 e 2010. Entre os 27 estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2010, o segundo com menor coeficiente de mortalidade infantil, superado apenas por Santa Catarina. Os últimos dados disponíveis para o RS do

DATASUS registraram em 2014, o valor de 10,1 óbitos/1.000 nascidos vivos (BRASIL, 2015; OBSSAN-RS, 2018).

Quanto à distribuição do Coeficiente de Mortalidade Geral entre os municípios, chama atenção a relativa concentração dos índices acima da média do Estado (7,6 óbitos por 1.000 habitantes em 2015), entre os municípios situados nas regiões Central e Sul (GOVERNO RS, 2018).

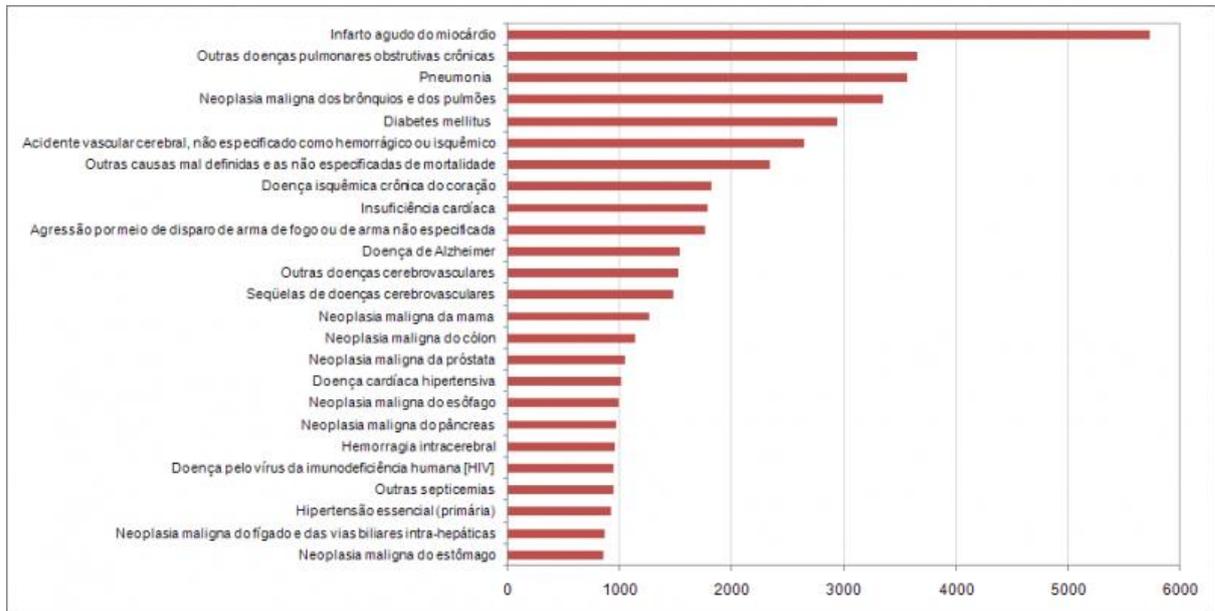
Em 2015, dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (BRASIL, 2015; OBSSAN-RS, 2018) referem que em crianças menores de 5 anos, apenas 36% dos óbitos ocorreram por causas mal definidas ou não claramente evitáveis. Dos óbitos por causas evitáveis, 28% foram referentes a causas reduzíveis pela atenção à mulher na gestação, 14% reduzíveis por adequada atenção ao recém-nascido, 8% reduzíveis por adequada atenção à mulher no parto, 8% reduzíveis por ações de promoção à saúde, 7% reduzíveis por diagnóstico e tratamento adequados e 0% reduzíveis por ações de imunização.

Já, na população de 5 a 74 anos, os dados de 2015 do RS informam 26% dos óbitos por causas mal definidas ou não claramente evitáveis. Enquanto os óbitos por causas evitáveis observam 14,9% reduzíveis pela prevenção e atenção às causas externas, 9,3% reduzíveis pela prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas, 49,5% reduzíveis pela prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis, 0,2% reduzíveis pela prevenção, controle e atenção às causas de morte materna, e 0,1% reduzíveis por ações de imunoprevenção (BRASIL, 2015; OBSSAN-RS, 2018).

O indicador de mortalidade relacionada à prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e seus fatores de risco, proporciona uma visão sobre a qualidade dos alimentos disponíveis, consumidos e o cuidado em saúde e nutrição a longo prazo. No RS em 2015 observou-se que 26% dos óbitos em pessoas de 30 a 69 anos foram relacionados a DCNTs, sendo que 196 municípios apresentaram percentuais maiores que o do Estado, dos quais 20% localizam-se na RF9, 20% na RF1, 14% na RF7 e 13% na RF2 (BRASIL, 2015; OBSSAN-RS, 2018).

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2013a), os percentuais de pessoas com diagnóstico de doenças crônicas no RS foram: asma 6,7%, AVC 2,2%, câncer 3,3%, colesterol alto 13,2%, depressão 13,2%, diabetes 7,0%, doença crônica de coluna 22,0%, doença do coração 5,3%, DORT 3,8%, hipertensão arterial 24,9%, e insuficiência renal crônica 1,2%.

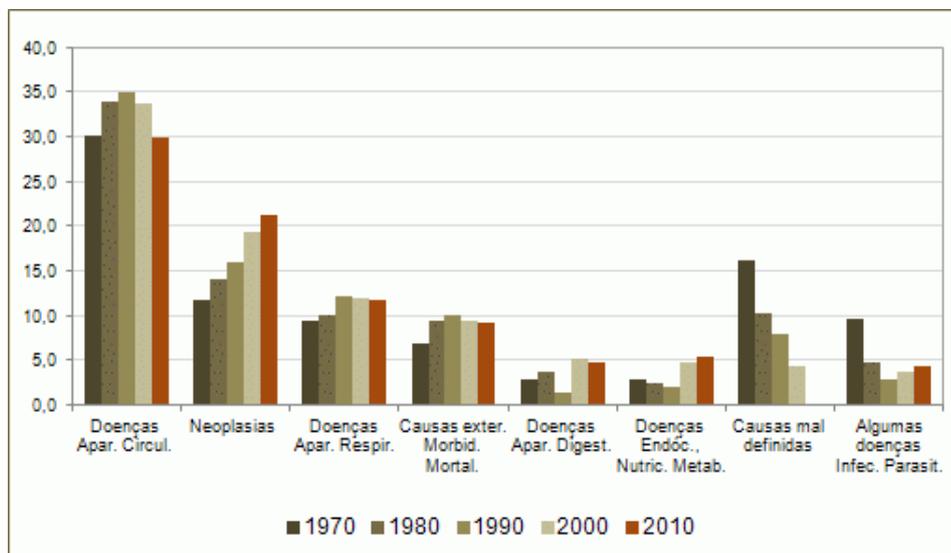
Gráfico 24 - 25 Principais causas da mortalidade geral da população no RS 2015 (nº de casos)



Fonte: SES RS/DAS, GOVERNO RS, 2018.

De acordo com o Atlas Socioeconômico, no Rio Grande do Sul (GOVERNO RS, 2018), atualmente, os grupos de causas principais da mortalidade geral para ambos os sexos são: doenças do aparelho circulatório (27%); neoplasias ou tumores (21,91%); doenças do aparelho respiratório (12,18%); causas externas de morbidade e mortalidade (9,39%); doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (5,48%); doenças do aparelho digestivo (4,49%); e algumas doenças infecciosas e parasitárias (4,19%).

Gráfico 25 - Evolução da mortalidade geral por grupos de causas principais no RS – período de 1970-2010 (%)



Fonte: SES RS/DAS - Estatísticas de Saúde ,GOVERNO RS, 2018.

Considerando a evolução dos grupos de causas principais, é importante ressaltar a tendência de queda na categoria das doenças do aparelho circulatório a partir de 1990, embora permaneça com os maiores índices entre as demais. Também ressalta-se o aumento continuado da categoria de neoplasias desde 1970 e a diminuição da participação das causas mal definidas, que aponta para uma melhora qualitativa dos registros de mortalidade (GOVERNO RS, 2018).

2.5.4. Situação de saúde de grupos populacionais específicos

Segundo dados disponibilizados pelo Plano Estadual de Saúde (PES) 2016/2019 (GOVERNO RS, 2017), as principais questões de saúde que envolvem os povos indígenas são: hipertensão, diabetes, problemas cardíacos, obesidade e uso de álcool. As principais causas de mortes nessa população no RS são doenças do aparelho circulatório, neoplasias, doenças do aparelho respiratório e causas externas. No que se refere ao acompanhamento nutricional, 55,9% das crianças menores de 5 anos de idade apresentaram risco de sobrepeso ou obesidade e 82% dos adultos de 20 a 60 anos estavam em obesidade de graus I a III (dados do SISVAN, 2014) (GOVERNO RS, 2017).

Com relação à população negra, o PES informa que as morbidades relacionadas a essa população são a doença falciforme, a deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase (G6PD), a hipertensão arterial, a doença hipertensiva específica da gravidez e o diabetes. Ainda podem ser observados outros agravos de saúde decorrentes da situação de vulnerabilidade, como desnutrição, doenças do trabalho, doenças sexualmente transmissíveis, mortes violentas, mortalidade infantil, sofrimento psíquico, transtornos mentais, doenças infecciosas e parasitárias e problemas decorrentes de gravidez, parto e puerpério (GOVERNO RS, 2017).

Os principais problemas de saúde da população cigana do RS indicados no PES 2016/2019 são relacionados às condições de vida, como a falta de saneamento básico, doenças infectocontagiosas e do aparelho respiratório, e doenças crônico-degenerativas. Já, na população em situação de rua, observam-se agravos de saúde como diabetes, hipertensão, tuberculose, sofrimento psíquico e doenças de pele, entre outras (GOVERNO RS, 2017).

PRINCIPAIS SITUAÇÕES-PROBLEMAS - Dimensão 5

- A situação de saúde, nutrição e acesso aos serviços apresenta uma realidade que afeta mais fortemente a população negra, quilombola, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, requerendo ações específicas dirigidas a esses grupos populacionais.

- O Estado possui um elevado índice de doenças crônicas não transmissíveis, cujo quadro tem estreita relação com a alimentação pouco saudável, requerendo ações de prevenção e controle.
- Elevada percentagem da população rural não possui saneamento básico e, coincidentemente, entre essas populações encontram-se altos índices de doenças e de insegurança alimentar e nutricional, fazendo-se necessárias ações integradas de políticas de saneamento, acesso à água e prevenção de doenças diversas.

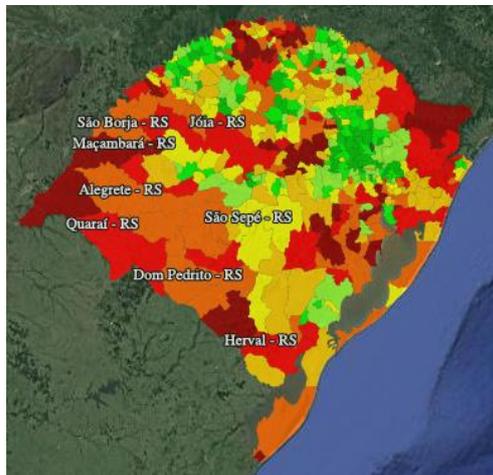
2.6. DIMENSÃO 6 - EDUCAÇÃO

A educação tem uma relação forte com os fatores determinantes da segurança e insegurança alimentar e nutricional, refletindo nas condições de acesso a recursos, serviços básicos de saúde, alimentos, além de exercer papel fundamental na ampliação da autonomia e fortalecimento dos indivíduos e coletividades para se tornarem agentes produtores de sua saúde, desenvolvendo a capacidade de autocuidado e também de agir sobre os fatores do ambiente que determinam sua saúde. Por isso, é importante acompanhar as tendências expressas por alguns de seus principais indicadores.

2.6.1. Acesso educacional

Em 2017 foram registradas 1.910.200 matrículas em todo o Rio Grande do Sul, sendo 86% na esfera pública municipal, estadual e federal. O número de docentes em regência no Estado foi de 75.654, atuando em 13.530 escolas (78% públicas) (INEP, 2017).

Cartograma 5 - Percentual de alfabetização da população com mais de 15 anos de idade



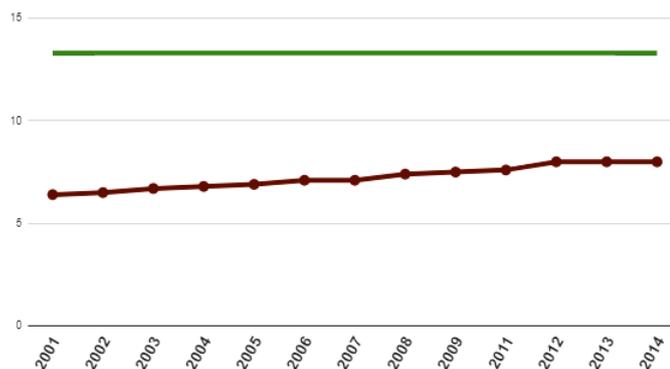
Fonte: IBGE, 2010a.

O Estado está entre os cinco estados com as maiores taxas de alfabetização do país. Em 2010 atingiu uma taxa de alfabetização da população acima de 15 anos de idade de 95,5%. Também possui um dos maiores percentuais de população adulta com ensino fundamental, médio ou superior completo, ficando sempre entre os dez primeiros colocados. O nível de instrução da população tem uma posição privilegiada, comparativamente com os demais estados brasileiros, mas internamente constata-se diferenças regionais significativas que precisam ser enfrentadas (GOVERNO RS, 2018).

Outro indicador - a taxa de escolarização, que identifica o percentual da população que está matriculada no nível de ensino adequado à sua faixa etária, mostra que o Estado apresentou variações positivas ao longo das duas últimas décadas. No ensino médio houve uma melhora significativa cuja taxa passou de 20,6% em 1980 para 64,1% em 2016. No ensino fundamental essa taxa passou de 87,2% em 1980, para 96,4%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos que cursavam o ensino superior em 1991, 6,56%. Passaram para 12,22% em 2000 e alcançaram 18,50% em 2010 (GOVERNO RS, 2018).

Entre 2001 e 2014 o Estado pouco evoluiu no indicador que mede a escolaridade média da população. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), um ano extra de escolaridade aumenta a renda individual em até 10% e cada ano adicional de escolaridade aumenta a média anual do PIB em 0.37% (SEBRAE, 2018).

Gráfico 26 - Evolução do número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE e Todos pela Educação, SEBRAE, 2018.

2.6.2. Alimentação e Nutrição nas escolas

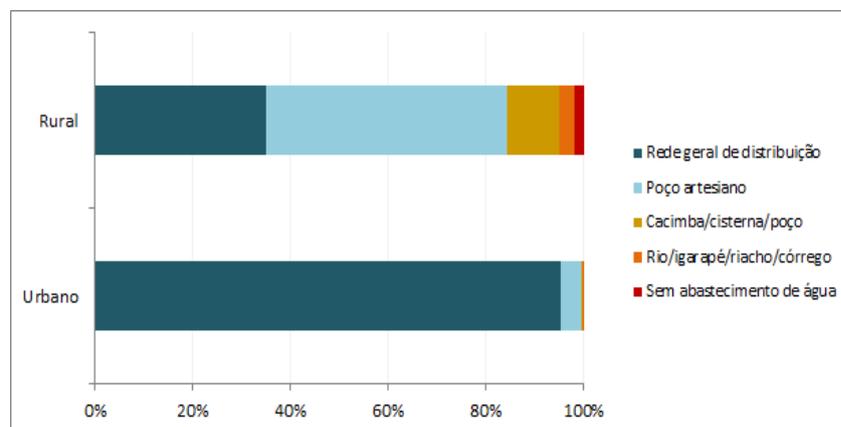
Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) demonstram os percentuais de escolares do 9º ano do ensino fundamental que referem consumo alimentar frequente de alguns alimentos (acima de 5 dias dos 7 anteriores à pesquisa) em 2015. Os dados para o RS demonstram que 39,6% consumiam feijão, 36,9% legumes e/ou verduras, 32,6% frutas frescas, 9,9% salgados fritos, 37,1% guloseimas, 26,1% refrigerantes e 33,8% consumiam alimentos ultraprocessados salgados (IBGE, 2015b).

Outro dado importante foi a frequência de 50,8% que costumam comer a comida da escola e 25,5% que possuem hortas. Com relação à prática de atividades físicas, 20,2% realizavam atividades físicas (globalmente estimada, mais de 300 minutos), sendo que nos sete dias anteriores à pesquisa 34,2% não realizaram atividades por 60 minutos ou mais em nenhum dia e 7,1% sem aula de educação física (IBGE, 2015b).

No quesito específico de saúde, 74,4% dos alunos do RS avaliados classificaram seu estado de saúde como muito bom ou bom, mas 54,4% relataram faltar aulas por motivos relacionados à própria saúde nos 12 meses anteriores à pesquisa (IBGE, 2015b).

Segundo o MAPASAN 2015, 24 municípios (18% dos participantes da pesquisa) possuem hortas escolares e 88 (66%) realizam formação em Educação Alimentar e Nutricional na área de Educação voltada para profissionais (BRASIL, 2015). Com relação ao abastecimento de água nas escolas de educação básica, observa-se o seguinte cenário:

Gráfico 27 - Abastecimento de água nas escolas da educação básica do RS



Fonte: Censo Escolar, 2016, INEP, 2017.

2.6.3. Principais situações-problema - Dimensão 6

- O elevado percentual de população com sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias constitui um quadro de alta preocupação para as políticas públicas e requer a elaboração de propostas e estratégias de Educação Alimentar e Nutricional para alterar tal situação.
- Observa-se a questão alimentar, em geral, explicita a falta informação e visão de gestores governamentais e conselheiros da sociedade civil, requerendo maior investimento público na formação desses formuladores de políticas e formadores de opinião sobre alimentação saudável.
- O elevado consumo de alimentos processados, com alto teor de sal, açúcar e gorduras saturadas, associado à diminuição do consumo de frutas e verduras constitui um problema a ser enfrentado com várias políticas públicas integradas.

2.7. DIMENSÃO 7 - PROGRAMAS E AÇÕES RELACIONADOS À SAN

Segundo dados da pesquisa ESTADIC - Perfil dos Estados Brasileiros (IBGE, 2017c), o Rio Grande do Sul desenvolve os seguintes programas e ações relacionados à SAN:

Acesso facilitado a sementes, mudas, adubos, ração/forragem e outros insumos
 Estímulo à agricultura orgânica, agricultura familiar, aquicultura, pesca e associativismo
 Estímulo à venda direta de alimentos disponibilizando infraestrutura de Centro de comercialização e Feiras
 Aquisição de produtos através do PAA
 Direciona setor específico para levantamento de estatísticas sobre a agropecuária

Por outro lado, constam na mesma pesquisa, como não existentes, programas ou ações nas áreas a seguir relacionadas:

Acesso facilitado a alevinos
 Estímulo à produção de hortas comunitárias
 Aquisição de produtos diretamente dos produtores, e através de entidades (associações, cooperativas, etc)
 Cadastro dos estabelecimentos sob Inspeção Municipal (SIM) enviado por seus municípios
 Registro oficial de pessoas ou empresas que atuem na atividade de aquicultura e/ou pesca no Estado

Para o acompanhamento dos programas e ações em SAN, a Política Nacional de SAN (PNSAN) estabelece cinco categorias a serem avaliadas: promoção do acesso universal à alimentação; incentivo à produção e à comercialização da agricultura familiar; povos e comunidades tradicionais; educação alimentar e nutricional; e, promoção do acesso à água. Antes de adentrar nesses dados, cabe analisar a situação da implementação do SISAN e a participação e intersectorialidade na construção deste sistema.

2.7.1. Implantação do SISAN no Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em novembro de 2011, na 4ª conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2007, a Lei 12.861, de 18 de dezembro, já havia instituído o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Estado, orientado pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 (LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com a finalidade de garantir o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006; 2010).

O sistema prevê a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo. A formulação, implementação e monitoramento ocorre em níveis municipal, estadual e nacional. Os componentes estratégicos do SISAN são: a Conferência, o CONSEA e a CAISAN. Um dos princípios básicos da PNSAN e, conseqüentemente, do SISAN é a participação social e uma de suas diretrizes mais importantes é a promoção da intersectorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais.

O Estado do Rio Grande do Sul já realizou seis conferências estaduais, precedidas por conferências municipais. O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-RS) foi criado pela Lei 11.914, de 11 de maio de 2003. É vinculado ao Gabinete do Governador, com suporte logístico da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH). Com a criação da Lei 12.861, o CONSEA-RS constitui-se em uma das instâncias do Sistema Estadual de SAN, que está vinculado ao SISAN. Atualmente, tem em sua composição 48 membros titulares com seus respectivos suplentes, sendo um terço de representantes do governo e dois terços oriundos de organizações e entidades da sociedade civil dos mais diversos segmentos.

A Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) foi criada pelo Decreto 52.110, de 1º de dezembro de 2014, no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

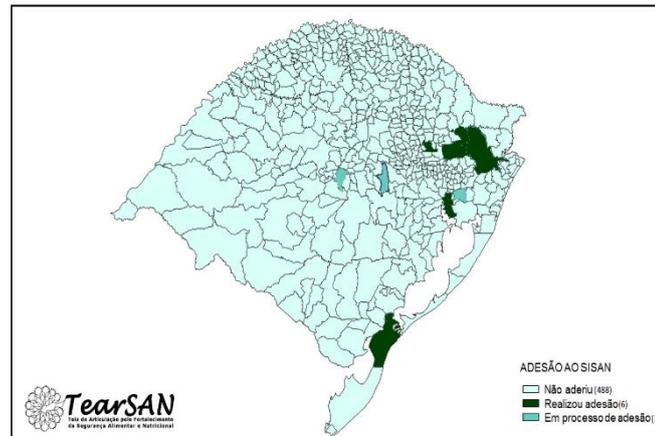
A regulamentação da LOSAN foi efetuada pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que institui que são requisitos mínimos para a adesão ao SISAN:

- 1) Instituir um Conselho estadual, distrital ou municipal de Segurança Alimentar e Nutricional composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais;
- 2) Instituir uma Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de segurança alimentar e nutricional;
- 3) Estabelecer compromisso, no ato da adesão de SISAN, de elaborar o plano estadual, distrital ou municipal de segurança alimentar e nutricional, no prazo de um ano a partir da sua assinatura.

A recomendação da CAISAN Nacional é que os planos de SAN ocorram em sintonia com o processo de elaboração do Plano Pluriano dos estados e municípios. Em função disso, este Plano de SAN abrangerá o período de 2018-2019, com orientações para a construção do Plano Estadual de SAN 2020-2023 e do PPA Estadual 2020-2023.

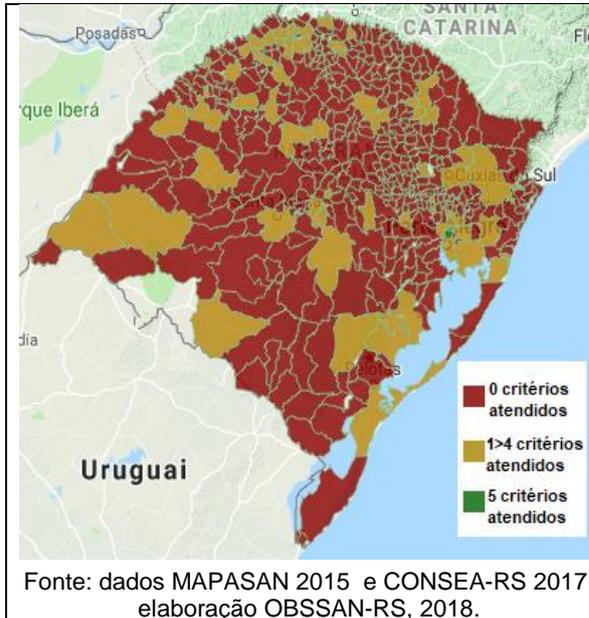
O processo de adesão ao SISAN encontra-se em andamento e seis municípios já aderiram ao SISAN em conformidade com a legislação: Porto Alegre, Rio Grande, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul e São Francisco de Paula.

Cartograma 6 - Municípios do Estado que aderiram ao SISAN



Fonte: TearSAN, 2018.

Cartograma 7 - Adesão dos municípios ao SISAN



Entretanto, cabe observar que o preenchimento dos requisitos do Decreto 7.272/2010 pelos municípios do Estado está distante das condições exigidas. O Observatório Socioambiental em SAN (OBSSAN) avaliou as condições de adesão municipal cruzando dados da pesquisa MAPASAN (2015) e do CONSEA-RS (2017), com base nos critérios: existência de COMSEA, CAISAN municipal, Lei Municipal de SAN, PLAMSAN e realização de Conferência Municipal de SAN. Apenas 1 município (Canoas; RF1) atendeu a todos os critérios no período; 67 municípios atenderam de 1 a 4 critérios (76% nas RFs 7, 9, 1 e 8); e 429 não atendem a nenhum critério (OBSSAN-RS, 2018).

Daqueles que atendiam parcialmente os critérios entre 2015 e 2017, 28 municípios realizaram Conferências Municipais de SAN no período; 35 municípios possuem Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; 21 municípios instituíram Lei Municipal de SAN; e 2 municípios referem ter publicado Planos municipais de SAN (OBSSAN-RS, 2018).

No PPA 2016-2019 foi contemplada a proposta do CONSEA-RS de definir recursos para ações colaborativas aos gestores públicos municipais de estímulo, orientação e apoio à implantação do SISAN nos municípios e articulação do SISAN estadual para a consolidação da Política de SAN no Rio Grande do Sul. A mesma teve ressonância em dois produtos que constam no programa “Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”, da SDSTJDH, que tem como objetivo “Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, campanhas, apoio técnico fomentando o direito humano à alimentação adequada e de qualidade, a sustentabilidade econômica e a promoção social dos segmentos mais vulneráveis da população gaúcha”.

Observa-se que o programa “Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável” é amplo e a sua descrição pode abarcar todas as ações demandadas pelo CONSEA-RS tais como: Revisão e/ou atualização da legislação que regula a SAN no Estado; estímulo, orientação e apoio, principalmente às organizações da sociedade civil – para implantação de COMSEAs nos municípios; realização da VII Conferência Estadual de SAN em 2018 – para avaliação dos avanços e novas dificuldades a superar na implantação de novas etapas da Política de SAN no RS; integração do SISAN-RS no processo de estruturação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Nacional de SAN; estruturação e desenvolvimento de processos de formação continuada no campo da SAN a pessoas e organizações

comprometidas com a política e as ações de SAN; e criação de pontos referenciais de SAN nas Coordenadorias Regionais das Secretarias que compõem a CAISAN.

No período de 2016 e 2017 foram realizadas algumas atividades de formação em segurança alimentar e nutricional. Em Arroio dos Ratos - Região Funcional 1 (RF1) realizou-se assessoria a seminário, teatro e capacitação sobre a Política de Segurança Alimentar e adesão ao SISAN. Em Porto Alegre (RF 1) realizaram-se encontros de capacitação para Conselhos Municipais de SAN, Semana Mundial de Alimentação e Seminário de Educação Alimentar e Compras Institucionais. Em Santa Maria (RF8) realizou-se a Semana de Incentivo ao Aleitamento Materno. E em Santa Rosa (RF7) ocorreu assessoria a técnicos e gestores municipais em SAN.

A legislação vigente sobre a Política e o Sistema de SAN coloca como princípio básico a participação social e como diretriz a intersetorialidade. A própria estruturação do Sistema é conformada de modo a propiciar a participação, a descentralização das decisões e a articulação e coordenação de diversos setores em torno dos temas afetos à SAN. Essa articulação e coordenação de ações de setores diversos é que traduz a intersetorialidade.

A construção das instâncias do SISAN se baseia no tripé: Conferência, Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, constituídas por setores governamentais. Essa estrutura se reproduz em âmbito nacional, estadual e municipal. As Câmaras Intersetoriais são espaços de concertação do governo. Neste espaço devem ser discutidos o trabalho, as diferentes visões e posições no interior do governo, ajustando e pactuando suas propostas relativas ao planejamento e execução das ações de segurança alimentar e nutricional nas respectivas esferas de governo.

O CONSEA, por sua vez, é o espaço de concertação entre sociedade civil e governo. Geralmente, existem fóruns da sociedade civil, como é o caso do Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FESANS), que também reúnem diferentes segmentos, setores e visões, com propostas que são trazidas para as discussões nas plenárias do CONSEA. Mesmo quando não existe um fórum da sociedade civil, os conselheiros são de diversos segmentos e colocam na mesa de discussão suas propostas de pauta para inclusão nas políticas públicas. No Rio Grande do Sul, a participação e articulação entre os setores da sociedade civil em torno da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação já vem ocorrendo há alguns anos nesses múltiplos espaços.

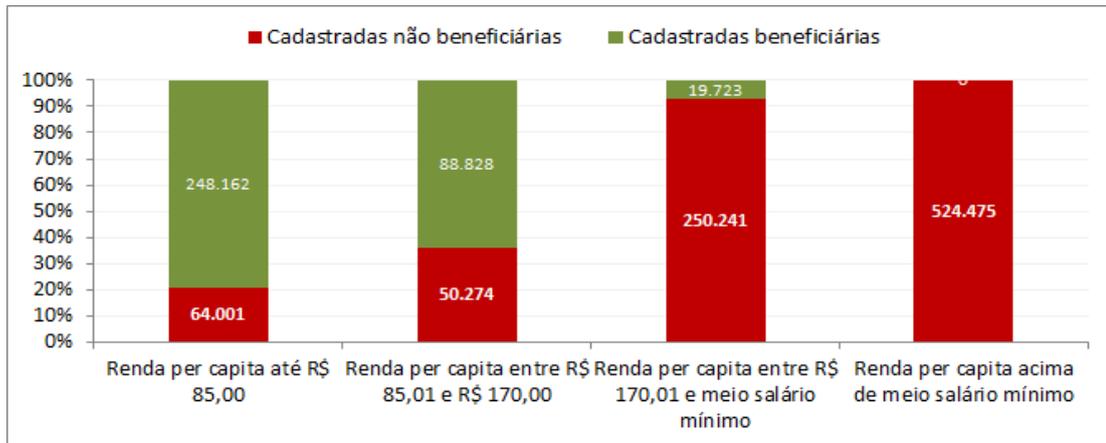
A articulação e coordenação das ações governamentais ainda precisam avançar, mediante a corresponsabilização e participação de todas as secretarias que integram a CAISAN. Ainda prevalece a visão setorializada das políticas em cada secretaria e no conjunto do Estado, mas parece haver uma disposição de alguns setores para avançar na intersetorialidade das ações em SAN.

2.7.2. Principais situações-problema – Dimensão 7

- A baixa adesão ao SISAN por parte dos municípios constitui um problema a ser enfrentado pelo Governo do Estado e pelos municípios para avançar na alteração do quadro de insegurança alimentar e nutricional e na realização do direito humano à alimentação adequada.
- A fraca estrutura de apoio por parte do Estado aos municípios para orientar a implantação do SISAN está na base dos indicadores de baixa adesão por parte dos municípios, podendo ser alterada mediante investimento sistemático no apoio aos municípios para a adesão ao Sistema.
- A baixa dotação orçamentária por parte do Estado, acompanhada de falta de recursos humanos se apresenta como um problema a ser enfrentado para implantar o Sistema em âmbito estadual e avançar na adesão dos municípios.
- A CAISAN-RS e o CONSEA-RS tiveram dificuldades de definir e executar uma agenda comum de fortalecimento do SISAN em âmbito estadual e municipal, requerendo um processo de maior diálogo entre governo e sociedade civil para avançar na implantação do SISAN.
- A ausência de uma estratégia de formação em SAN por parte do Estado para conselheiros e gestores foi parcialmente suprida pelas iniciativas de formação realizadas pelas universidades, mas precisa ser enfrentada com investimentos públicos para suprir as carências de compreensão sobre a relevância das políticas de segurança alimentar e nutricional.

2.7.3. Políticas de promoção do acesso universal à alimentação

Ao analisar-se o Programa Bolsa Família, conforme dados do Cadastro Único (BRASIL, 2018), no Estado há um total de 1.004.804 famílias cadastradas, das quais 36% acessam o Programa, apresentando maiores percentuais de cobertura nas faixas de renda per capita até R\$ 170,00.

Gráfico 28 - Famílias inscritas no Cadastro Único por faixa de renda

Fonte: MDS, jul/2018.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante a transferência de 1 (um) salário mínimo às pessoas idosas, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e às pessoas com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de serem sustentadas pela família, com renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. No Rio Grande do Sul, em maio de 2018 o BPC atendia 77.985 idosos e 123.233 pessoas com deficiência (BRASIL, 2018).

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional também se configuram como políticas de promoção do acesso à alimentação, provendo serviços públicos que visam a garantia do direito humano à alimentação adequada, através da oferta, distribuição e comercialização de refeições ou de alimentos. Segundo o MDS, no RS atualmente existem 78 equipamentos ativos, 9 em fase de instalação e 2 paralisados (BRASIL, 2018).

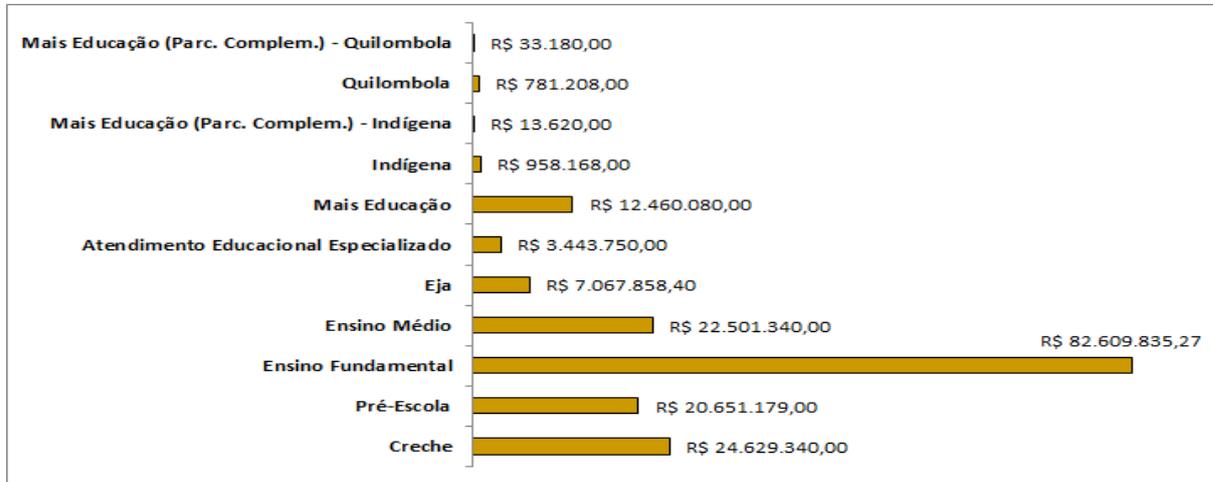
Tabela 1 - Equipamentos públicos de SAN no RS

Equipamentos Públicos de SAN	Em funcionamento	Em instalação	Paralisado
Bancos de alimentos	5	2	0
Cozinhas Comunitárias	22	3	2
Restaurantes populares	5	0	0
Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar	46	4	0

Fonte: BRASIL, MDS, 2018.

Com relação à promoção do acesso à alimentação nas escolas, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o FNDE informa que 2.013.404 alunos foram atendidos pelo programa em 2016 no Rio Grande do Sul, e o total de recursos repassados aos municípios foi de R\$ 175.149.558,67 (FNDE, 2018).

Gráfico 29 - Valores do PNAE repassados aos municípios do RS em 2016 por categoria do público



Fonte: FNDE, 2018.

Em 2015, segundo o MDS, 291 entidades receberam alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal (PAA), 10 através do PAA estadual e 74 pelo sistema PAA Conab/MDS para redistribuir às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional no Estado (BRASIL, 2018).

Na análise mais específica dos programas e produtos no PPA 2016-2019, tendo como referência as proposições do CONSEA-RS, o acesso à alimentação por meio de ações socioassistenciais foi traduzido em seis produtos, no programa “Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS-RS”, na ação “Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS”, da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH): município com Cadúnico ampliado e atualizado; municípios com condicionalidades do Programa Bolsa Família; Lei Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criada e promulgada; Plano Decenal de Assistência atualizado e publicado; Política Estadual de Assistência Social atualizada, publicada e executada; Sistema de vigilância socioassistencial implantado.

Nos relatórios de monitoramento referentes à execução em 2016 e 2017, da SDSTJDH, identificou-se que 497 municípios foram contemplados com o Cadúnico ampliado e atualizado, realizando 100% da meta planejada. Em relação aos municípios com as condicionalidades do Programa Bolsa Família, foram alcançados apenas 25 dos 497 municípios planejados, o que equivale a 5% da meta inicialmente planejada.

Nas metas extraordinárias, a SDSTJDH informou que foram priorizados e concluídos o “Plano Estadual de Assistência Social e o Plano Estadual de Vigilância Socioassistencial” e que o “Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS” está

em fase de apreciação e discussão com o Núcleo de Educação Permanente. O gráfico a seguir mostra a execução na área socioassistencial.

Gráfico 30 - Produtos da área socioassistencial realizados até dezembro de 2017



Fonte: SDSTJDH, 2018.

Em relação ao acesso à alimentação adequada e saudável nas escolas, principalmente para alunos da educação básica, encontrou-se no programa “Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica, da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), na ação “Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica”, com três produtos e respectivas metas planejadas no PPA 2016-2019: Alunos atendidos com alimentação escolarizada (954.945); alunos atendidos com alimentação municipalizada (30.000); e municípios que atendem alimentação municipalizada da rede estadual (52). Apenas o primeiro desses produtos foi executado, tendo sido abrangidos 902.555 alunos, o que significa cerca de 94,5% da meta atingida até dezembro de 2017, mas os produtos ainda estão em execução.

Com relação ao acesso à alimentação adequada e saudável por parte das famílias em situação mais vulnerável, o PPA 2016-2019 aborda esse aspecto no programa “Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”, na ação “Implantação de Projetos na Área de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável”, da SDSTJDH, os seguintes produtos: cozinhas implantadas (4); refeições fornecidas (63.360); hortas (4) e padarias (4) implantadas; centros de referência implantados (4).

As informações sobre a execução do PPA 2016-2019 fornecidas pelo governo mostram que no momento da elaboração do relatório de 2017 não tinha sido ampliado o número de restaurantes populares e de cozinhas comunitárias. O resultado aparece apenas em relação ao número de refeições fornecidas, que supera em mais de três vezes a quantidade prevista inicialmente, atingindo 210.900 refeições, cerca de 333%.

Gráfico 31 - Acesso à alimentação adequada e saudável até dezembro de 2017

Fonte: SEDUC, 2018.

2.7.3. Políticas de incentivo à comercialização da agricultura familiar

O fortalecimento da agricultura familiar é uma das estratégias previstas para a promoção da alimentação adequada e saudável. Nos últimos anos, diversas políticas de fortalecimento desse setor foram implementadas pelo Governo Federal, como as de crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, proteção da produção e da renda, acesso à água e inclusão produtiva rural, que se estendem aos estados e municípios.

De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural do Governo Federal (SEAD), em 2017, 33.604 agricultores familiares foram atendidos por serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Estado. Com relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dados do Banco Central do Brasil informam um total de 206.421 contratos em 2017 no Estado, correspondendo ao montante de R\$ 5.458.545.831,80. O número de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) em 2017 foi de 242.651 DAPs pessoa física e 403 DAPs pessoa jurídica (BRASIL, 2018).

Em 2015 um total de 5.703 agricultores familiares forneceram alimentos ao PAA alcançando um montante de R\$ 38.618.792,00 aplicados e correspondendo a 16.185.920 kg de alimentos adquiridos no Estado (BRASIL, 2018).

Tabela 2 - Execução do PAA no Rio Grande do Sul

Modalidade do PAA	Agricultores	Entidades receptoras	Recursos aplicados	Alimentos adquiridos (kg)
PAA Municipal	1.513	291	R\$ 6.396.537,00	2.222.501
PAA Estadual	0	10	R\$ 0,00	0
PAA Conab/MDS	3.006	74	R\$ 22.766.568,00	5.968.825
PAA Conab/MDA	1.184	Não se aplica	R\$ 9.455.687,00	7.994.594
Modalidade do PAA	Agricultores	Entidades receptoras	Recursos aplicados	Alimentos adquiridos (kg)
PAA Municipal	1.513	291	R\$ 6.396.537,00	2.222.501

Fonte: BRASIL, 2018 (dados do relatório de avaliação anual 2017, não publicados).

Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, com dispensa de licitação. O Estado, em 2015, adquiriu um percentual de 32% de gêneros alimentícios diretamente da AF, correspondendo a um total de R\$ 60.667.292,00 (FNDE/MEC, 2015).

A produção e distribuição de alimentos em programas afetos à SAN aparecem no PPA 2016-2019 no programa "Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho" da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), na ação: "Fomento interoperação" (PPA 2016-2019), onde foram encontrados dois produtos: cooperativas beneficiadas (70) e eventos realizados (29), que se relacionam com a ação "apoio à criação de redes de cooperativas", proposta pelo CONSEA-RS. Até dezembro de 2017 foram beneficiadas 179 cooperativas, o que significa 255,7% em comparação com a quantidade planejada inicialmente; e, realizados 129 eventos, igualmente superando a previsão inicial em 444,8%.

Ainda nesse programa da SDR, na ação "Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas", identificou-se os produtos e metas planejados, a saber: acompanhamento de ação realizado (227); curso/oficina realizado (56); diagnóstico realizado (168); plano de aprimoramento realizado (168), que correspondem à ação "Apoio à gestão e educação para cooperativas", demandada pelo CONSEA-RS. Foram efetuados 603 acompanhamentos a cooperativas, superando em 265,6% o planejamento para este item; foram realizados 87 cursos/oficinas, também superando a meta inicial em 155,3%; os diagnósticos executados foram 61, o que representa 36,3%; e, os planos de aprimoramento efetivados foram 40, atingindo 23,8% do planejado.

Em outro programa da SDR "Fomento ao desenvolvimento rural sustentável", na ação "Apoio e desenvolvimento de sistemas de base ecológica" (PPA 2016-2019), o produto relacionado foi "projeto produtivo apoiado" (676), que responde à ação proposta pelo CONSEA-RS "Apoio ao desenvolvimento de sistemas agroecológicos", tendo sido apoiados apenas 3 projetos (0,44%).

Na formação para o desenvolvimento rural foi priorizado o público agricultor e pecuarista familiar ou público especial, que superou a meta colocada de 40.800 ações de formação com a execução de 199.537 desse tipo de ações. Na modalidade não foram executadas ações de formação para jovens. Os cursos técnicos profissionalizantes tinham 28 ações planejadas e apenas 3 delas foram executadas, atingindo 10,7% da meta planejada. A qualificação da assistência técnica e extensão rural foi planejada para qualificar 211.000 agricultores e público especial com ATERS e alcançou a qualificação de 218.587 pessoas, superando a meta em 103,5%. O produto agricultor e público especial beneficiado com ATERS específica foi dirigido à primeira categoria, não tendo sido registrados gastos com o público das ATERS específicas.

A ação troca-troca de sementes incluída no PPA 2016-2019 previa disponibilizar 250.000 sacas de sementes e disponibilizou, até dezembro de 2017, 185.453 sacas, ou seja, 74% da meta pretendida.

Nas metas intermediárias do relatório anual de 2017 da SDR, referente ao financiamento de projetos para apoiar sistemas de produção de base ecológica e orgânicos para agricultores familiares por meio do Programa de Agricultura de Base Ecológica (PABE), é afirmado que o Rio Grande Agroecológico está apoiando a realização de oficinas técnicas, no lugar dos projetos planejados inicialmente, com o objetivo de potencializar as ações de assistência técnica de base ecológica para agricultores familiares acompanhados pela EMATER.

A proposta prevê o apoio àqueles grupos de agricultores que desejem obter a certificação orgânica (Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA). A SDR irá adquirir os insumos que serão utilizados durante as oficinas a serem realizadas nas Regionais da EMATER: Lajeado, Porto Alegre, Pelotas, Santa Rosa e Soledade. O procedimento licitatório está em andamento.

A SDR adquiriu frascos de vidros que serão utilizados em oficinas de homeopatia para atender grupos de agricultores familiares cujas unidades de produção estão em processo de transição agroecológica ou já estão com o sistema de produção orgânico consolidados, nas Regiões Funcionais 1 (9 grupos), 2 (8 grupos), 5 (5 grupos), 7 (11 grupos) e 9 (10 grupos).

Foram realizadas ações de capacitação em técnicas agroecológicas visando à redução do uso de insumos externos; orientações na organização de ponto de vendas, identificação/ampliação de mercados, organização administrativa e contábil, envolvendo redes de cooperativas e cooperativas como a Redecoop, a Cooperativa de Consumidores Girassol, cooperativas e associações produtoras de orgânicos Coomafitt, Coperav, EcoNativa e Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA).

Em razão do contingenciamento de recursos para o Programa de Sementes da SDR foi demandado à CONAB (PAA Sementes) recursos para a aquisição de sementes de milho crioulo, feijão e sementes de hortaliças orgânicas para serem doados a 2.500 agricultores familiares orgânicos ou que estivessem vinculados ao

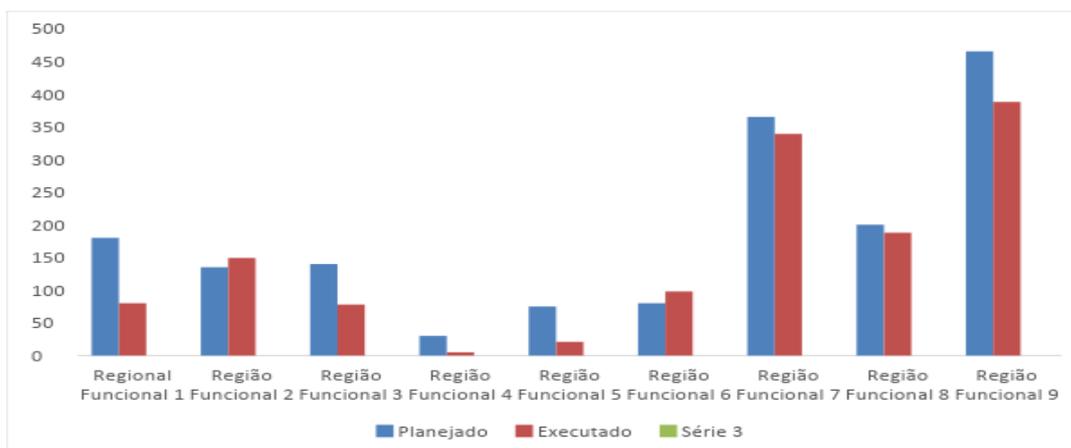
Programa de Agricultura de Base Ecológica e distribuídos em municípios definidos pela SDR em cinco Regionais da EMATER: Lajeado, Porto Alegre, Pelotas, Santa Rosa e Soledade. A meta era atender 2500 agricultores familiares, mas o recurso não foi disponibilizado pela CONAB.

Nas metas intermediárias encontrou-se, ainda, a capacitação em gestão e comercialização para cooperativas e associações de produção orgânica ou de base ecológica, do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. A ação tem como objetivo capacitar cooperativas e associações de produção orgânica ou de base ecológica visando melhorar a gestão e o acesso a mercados. A meta era realizar atividades de capacitação em 10 cooperativas e associações, mas foram realizadas atividades em 5 cooperativas e em 1 associação, além de reunião com o Grupo de Trabalho da Redecoop para apoiá-la na elaboração do Estatuto e na assembleia de constituição da Redecoop, formada por cooperativas singulares e centrais de cooperativas com produção orgânica e em transição.

Com relação à preocupação com a defesa sanitária vegetal e inspeção animal, expressa nas propostas do CONSEA-RS, encontrou-se no programa “Defesa Agropecuária Estadual”, que tem como objetivo “assegurar a sanidade animal e vegetal”, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI), com objetivo de “assegurar a sanidade animal e vegetal, garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores através da vigilância, do monitoramento e da inspeção sanitária, bem como assegurar a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária”, com produtos como barreira fitossanitária, o estabelecimento de comércio de insumo agrícola fiscalizado e propriedade com certificação igualmente fiscalizada.

A execução da fiscalização nos estabelecimentos que comercializam insumos agrícolas foi efetuada em todo o Estado do Rio Grande do Sul, sendo possível constatar os resultados até dezembro de 2017, no gráfico a seguir:

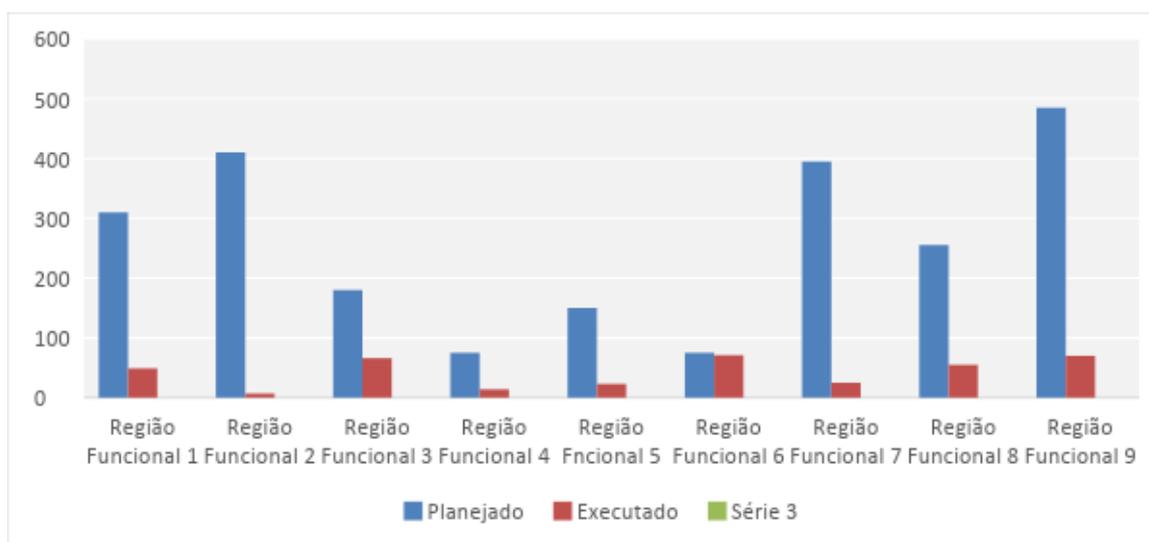
Gráfico 32 – Estabelecimentos de comércio de insumos agrícolas fiscalizados no RS em 2016-2017



Fonte: GOVERNO RS, 2018 (dados não publicados).

Outros produtos foram realizados parcialmente, como a fiscalização do uso de agrotóxico nas propriedades rurais, os exames de laboratório de resíduos de agrotóxicos, o treinamento e a capacitação de servidores, que ficaram abaixo das quantidades planejadas. A fiscalização do uso de agrotóxicos ocorreu em todas as Regionais Funcionais, embora em quantidades menores que as metas planejadas, conforme se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 33 - Propriedades rurais fiscalizadas no uso de agrotóxicos em 2016 e 2017



Fonte: GOVERNO RS, 2018 (dados não publicados).

O Plano Plurianual 2016-2019 traz a ação “Inspeção de Produtos de Origem Animal”, no programa “Defesa Agropecuária Estadual”, da SEAPI. A proposta dessa ação é identificar servidores para atender a um processo de capacitação para a atuação como auditores do SISBI-SUSAF, com a intenção de agilizar o atendimento de solicitações de adesão, realizar auditorias orientativas e de inclusão ao SISBI-SUSAF nos serviços de inspeção municipal e estabelecimentos aptos documentalmente. Além disso, capacitar servidores estaduais para padronização de procedimentos, buscando a equivalência ao SIF (Serviço de Inspeção Federal) e, por conseguinte, a adesão ao SISBI.

Foi planejada a capacitação de 72 auditores para o SISBI-SUSAF e até final de 2017 foram capacitados 22 servidores para exercer a função de auditores, ou seja, 30,5% da meta estipulada. Das auditorias pretendidas, em relação à quantidade de solicitações de adesão aptas, apenas 3% foram realizadas até dezembro de 2017. A meta é atingir 100% dessas auditorias até dezembro de 2019, isto significa que para atingi-la faltam 97% em 2019. Foram priorizadas as reuniões institucionais, que superaram em mais de quatro vezes a meta prevista.

Em relação ao abastecimento, que foi a outra ação demandada pelo CONSEA-RS para inclusão no PPA 2016-2019, as ações são realizadas pelas

Centrais de Abastecimento (CEASA) e pela SDR. A ação de abastecimento tem o objetivo de “organizar o abastecimento de hortifrutigranjeiros, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através da oferta de um centro de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha” (PPA 2016 -2019).

A quantidade de alimentos comercializada na CEASA-RS no período até dezembro de 2017 superou a quantidade prevista de 580.000 toneladas e alcançou 635.230 toneladas, assim como foi superada a quantidade a ser distribuída pelo programa assistencial da CEASA/RS de 12.000 toneladas para 28.740 toneladas, o que equivale a um crescimento de 239%. O número de usuários beneficiados pelo complexo da CEASA/RS também foi maior (21.455) que o planejado (20.000), alcançando um crescimento de 107%.

Foram planejados produtos para a ação de abastecimento direcionados a apoiar feiras livres e da agroindústria familiar (330 unidades) e apoio a projetos de abastecimento (375). E foram apoiadas 105 feiras livres (31,8%) e realizados 125 apoios a projetos de abastecimento (33%), até dezembro de 2017, faltando 225 apoios a feiras e 250 apoios a projetos de abastecimento para o alcance da meta.

Além disso, no relatório das metas intermediárias da SDR referente a 2017 aparecem as feiras apoiadas com participação da agroindústria, que tem como objetivo incentivar a participação de agroindústrias com produtos orgânicos nas “Feiras da Agroindústria Familiar”. A meta para 2017 foi de 5 feiras com percentual mínimo de participação de 10%. E entre janeiro e abril foram realizadas 12 feiras com participação de agroindústrias com produtos orgânicos.

Em relação à meta de atender 115 comunidades indígenas no Estado, estavam planejados e foram executados 27 atendimentos na Região Funcional 1. Na Região Funcional 2 foram planejados e executados 4. Nas Regiões Funcionais 3 e 5, a previsão era de 1 atendimento para cada uma dessas regiões e o planejado foi totalmente realizado nas duas regiões. Na Região Funcional 4 estavam previstos e foram executados 9 atendimentos. Na Região Funcional 7, a previsão era de 18 atendimentos e foram também totalmente realizados. Na Região Funcional 8, estavam previstos 6 e este foi o número de atendimentos executados. Finalmente, para a Região Funcional 9, a meta era realizar 49 atendimentos e foram realizados 42.

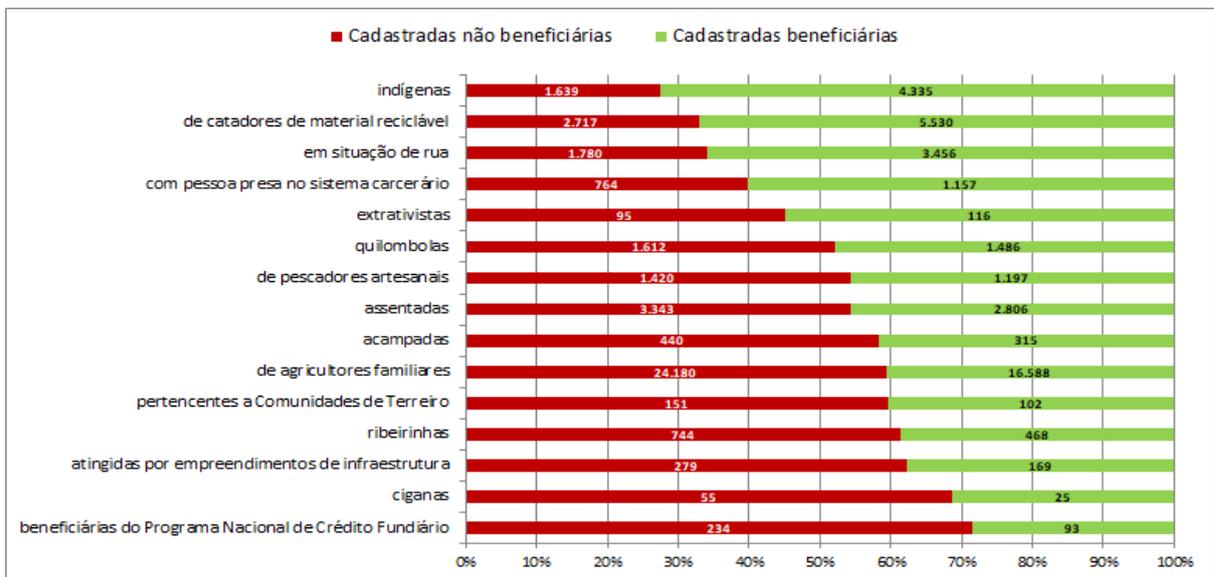
Portanto, em 2017 foram realizados 108 atendimentos no Estado, que somados aos 18 efetivados em 2016, totalizam 126 atendimentos realizados. A meta prevista para o período de 2016-2019 foi superada em aproximadamente 9%, ou seja, 11 atendimentos a mais que o número planejado.

2.7.4. Políticas de SAN voltadas para povos e comunidades tradicionais

Nos últimos anos os povos e comunidades tradicionais passaram a acessar serviços públicos dos quais estavam excluídos. A construção de uma política para esses segmentos deve ser voltada para o atendimento das necessidades socioambientais destes grupos sociais, com prioridades de regularização fundiária, infraestrutura, inclusão social e produção sustentável, incluindo processos industriais, mercados institucional e diferenciado, organização social e produtiva.

Nas políticas e programas institucionais, os povos e comunidades tradicionais têm integrado um agrupamento maior de acompanhamento prioritário, denominado Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTEs) (BRASIL, 2014). No Rio Grande do Sul estão cadastradas 77.296 famílias pertencentes a GPTEs, das quais 49% acessam o Programa Bolsa Família, observando os maiores percentuais de cobertura nos povos indígenas e os menores nas famílias beneficiárias pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (BRASIL, jul/2018). O gráfico a seguir retrata a relação entre famílias cadastradas no CadÚnico e famílias cadastradas e que efetivamente acessam o PBF.

Gráfico 34 - Famílias de GPTEs no Cadastro Único, recebendo ou não benefício do PBF no RS



Fonte: BRASIL, 2018.

Em 2017 não havia famílias de GPTEs no Rio Grande do Sul recebendo benefício do Programa Bolsa Verde, concedido às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias para conservação ambiental. Já em relação ao Programa de Fomento, constavam 227 famílias beneficiárias (número acumulado)

até dezembro de 2017, contribuindo com as ações de inclusão produtiva (BRASIL, 2018).

Em relação a políticas específicas para povos e comunidades tradicionais, os repasses do PNAE atenderam 6.791 alunos indígenas e 6.269 alunos quilombolas nas escolas do RS em 2016. Foram distribuídas 14.349 cestas de alimentos para 5.055 famílias indígenas, além de 1.198 cestas para 599 famílias quilombolas até o momento (BRASIL, 2018).

O CONSEA-RS propôs quatro ações voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais (PCT), em consonância com o Decreto 6040/2007, e Povos Indígenas: i) oferecer assessoria técnica e financeira aos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, tendo como prioridade o respeito à prática tradicional de cada população e às particularidades em relação às crenças religiosas; ii) adequar as cestas básicas distribuídas a famílias em vulnerabilidade, especialmente as integrantes de população negra, povos de Tradição de Matriz Africana e demais povos tradicionais, com respeito às referências culturais, religiosas e demais especificidades; iii) criar CRAS e os CREAS itinerantes para atender as comunidades quilombolas, indígenas, pessoas em situação de rua e outros povos e comunidades, garantindo infraestrutura adequada e recursos humanos; iv) formação para povos indígenas, população negra, quilombolas e povos e comunidades tradicionais como agentes de saúde para suas comunidades.

Porém, apenas a ação “Adoção de medidas concretas de aceleração dos processos de reforma agrária e regularização fundiária das terras e territórios indígenas” foi encontrada no programa “Fomento ao desenvolvimento rural sustentável”, na ação “Fortalecimento etnosustentável e desenvolvimento socioeconômico de comunidades indígenas, que por sua vez foi dividido em dois produtos: Comunidade indígena atendida; e, Plano de gestão territorial e ambiental elaborado” (PPA 2016-2019).

Em relação à meta de atender 115 comunidades indígenas no Estado, estavam planejados e foram executados 27 atendimentos na Região Funcional 1; na Região Funcional 2, foram planejados e executados 4; nas Regiões Funcionais 3 e 5 a previsão era de 1 atendimento para cada e o planejado foi totalmente realizado nas duas regiões; na Região Funcional 4 estavam previstos e foram executados 9 atendimentos; na Região Funcional 7 a previsão era de 18 atendimentos e foram totalmente realizados; na Região Funcional 8 estavam previstos 6 e este foi o número de atendimentos executados; finalmente, para a Região Funcional 9 a meta era realizar 49 atendimentos e foram realizados 42.

Portanto, em 2017 foram realizados 108 atendimentos no Estado, que somados aos 18 realizados em 2016, totalizam 126 atendimentos realizados. A meta prevista para o período de 2016-2019 foi superada em aproximadamente 9%, com 11 atendimentos a mais que o número planejado.

No que concerne ao produto “Plano de gestão territorial e ambiental elaborado”, a meta era elaborar 7 planos em todo o Estado, em 2017. Porém, devido

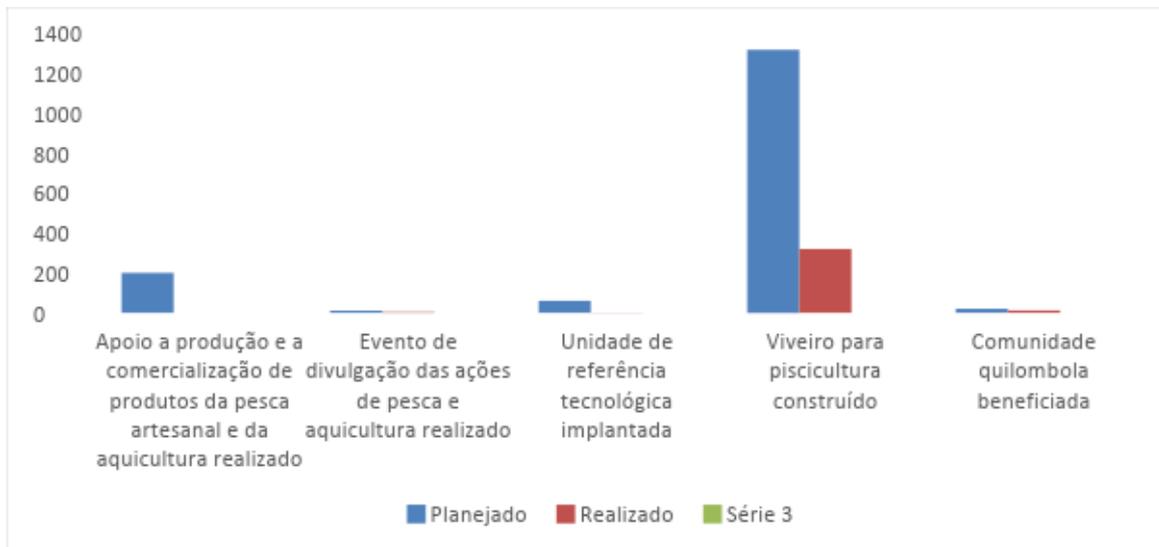
ao contingenciamento dos recursos, esses planos não foram executados. Inclusive, três desses planos eram previstos para terras indígenas. Entretanto, já haviam sido elaborados, em 2016, quatro planos na Região Funcional 1 (2), na Região Funcional 7 (1) e na Região Funcional 8 (1). Para atingir a meta é preciso realizar mais três planos.

Não foram encontradas referências no PPA 2016-2019 para a realização de regularização fundiária das comunidades quilombolas, por meio da delimitação, reconhecimento, indenização das benfeitorias e imóveis, desintrusão e titulação dos territórios quilombolas. Tampouco percebeu-se ações ou produtos para implantar e desenvolver a política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

A ação “Apoio e incentivo à pesca artesanal, com oferta de assistência técnica e logística a pescadores e associações de pescadores”, proposta pelo CONSEA-RS, foi encontrada no programa da SDR “Fomento ao desenvolvimento rural sustentável. Ação: Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura” (p.106, do PPA-RS 2016-2019). Foram identificados quatro produtos: apoio à produção e à comercialização de produtos da pesca artesanal e da aquicultura; evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura; unidade de referência tecnológica implantada; e viveiro para piscicultura construído.

A ação “Oferecer assessoria técnico-financeira aos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, tendo como prioridade o respeito à prática tradicional de cada população e às particularidades em relação às crenças religiosas”, está no programa do SDR “Fomento ao desenvolvimento rural sustentável. Ação: Desenvolvimento e apoio socioeconômico de comunidades quilombolas”, que visa apoiar empreendimentos coletivos para a geração de renda e incentivar projetos produtivos em comunidades quilombolas, com um único produto “comunidade quilombola beneficiada”.

Gráfico 35 – Promoção da SAN e do etnodesenvolvimento dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais



Fonte: GOVERNO RS, 2018, (dados não publicados)

O produto “Apoio à produção e à comercialização de produtos da pesca artesanal e da aquicultura”, que previa 200 apoios não foi realizado até dezembro de 2017. O produto “Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura”, que tinha a meta de atingir 11 eventos, só realizou 36% da meta (4 eventos). O produto “Unidade de referência tecnológica implantada”, que tinha prevista a implantação de 60 unidades só implantou 1,6% da quantidade pretendida (1) e o produto “Viveiro para piscicultura construído” com a meta de implementar 1.320, realizou apenas 24% em relação à meta (320).

Na segunda ação proposta pelo CONSEA-RS, o produto “comunidade quilombola beneficiada” define beneficiar 20 projetos direcionados a essas comunidades. Até dezembro de 2017 foram implementados 12 desses projetos, o que significa 60% da meta atingida. Esses projetos foram distribuídos no Estado da seguinte forma: Regional Funcional 1 (previstos 2, realizado 1); Regional Funcional 2 (previstos 2, realizados 2); Região Funcional 3 (previsto e realizado 1) ; Região Funcional 4 (previstos 2, realizado 1); Região Funcional 5 previstos 4, realizados 3); Região Funcional 6 (previstos e realizados 3); Região funcional 7 (previstos 2, nenhum realizado); Região Funcional 8 (previstos 2, realizado 1); Região Funcional 9 (previstos 2 e nenhum realizado).

Apesar de certa quantidade de ações realizadas junto aos povos e comunidades tradicionais, ainda permanece uma grande demanda por políticas públicas que articulem desde as dimensões do acesso à alimentação adequada e saudável até ações estruturantes como o acesso à terra e ao território, que estão na base das situações de vulnerabilidade e da insegurança alimentar e nutricional que afeta especialmente essas populações.

2.7.5. Políticas de educação alimentar e nutricional

Informações sobre políticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Estado podem ser observadas através do MAPASAN, indicando as ações vinculadas ao tema realizadas pelos municípios que responderam a pesquisa em 2015. Os dados contemplam 133 municípios (28% do RS), correspondendo a uma abrangência de 55% da população residente no Estado no período (BRASIL, 2015).

A realização de ações de EAN é referida por 83,5% (111) dos municípios analisados, sendo que 53,4% (71) integram as ações de EAN com os serviços de proteção da rede socioassistencial. A capacitação de profissionais através de ações de EAN é realizada através da área de Assistência Social por 45% dos municípios (50), da Educação por 79,3% (88), da Saúde por 64% (71), do Desenvolvimento Agrário por 16,2% (18) e de outras áreas por 4,5% (5) (BRASIL, 2015).

As ações de educação alimentar não aparecem claramente no PPA 2016-2019. A ação encontrada que mais se aproxima é a alimentação escolarizada referida no item sobre acesso à alimentação. Não foram encontradas ações que contemplem alimentação para pessoas com necessidades especiais como celíacos, anemia falciforme, diabetes e outras.

2.7.6. Políticas de promoção do acesso à água

O Programa de Universalização do Acesso à Água do Governo Federal atende áreas rurais, promovendo o acesso à água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, focando especialmente nas famílias em situação de vulnerabilidade social. Dados do MDS de 2018 referem que no Rio Grande do Sul foram construídas 40 cisternas de água para consumo, 821 cisternas de água para produção e nenhuma cisterna voltada ao consumo de água nas escolas (BRASIL, 2018). Não se tem avaliação sobre o impacto dessas cisternas nas condições de vida das famílias beneficiadas.

O acesso à água em quantidade e qualidade para consumo humano, animal, produção, conservação e preservação do meio ambiente é essencial para a vida. O acesso à água é um direito humano básico, que necessita ser efetivado para toda a população do Rio Grande do Sul. Pois, água é um bem comum, não é mercadoria e nem pode ser privatizada em detrimento desse direito humano básico.

O CONSEA-RS apontou dois objetivos em relação à água: i) garantir o acesso à água em quantidade e qualidade para o consumo humano e a produção de populações rurais difusas e de baixa renda; ii) ampliar a cobertura de ações e serviços

de saneamento básico e serviços de abastecimentos de água em comunidades quilombolas, assentamentos rurais, terras indígenas e demais territórios de povos e comunidades tradicionais, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços. As ações demandadas pelo CONSEA-RS são relativas à construção de microaçudes, ações do programa “Irrigando a Agricultura”, construção de cisternas, expansão do abastecimento de água potável no meio rural e ações de saneamento.

A construção de microaçudes e capacitação de técnicos e agricultores faz parte do “Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água”, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI), na ação “Elaboração de projetos, construção de açudes e capacitação de técnicos” do PPA 2016-2019. Foi prevista a construção de 5.000 açudes e a capacitação de 5.200 técnicos e agricultores na construção desses corpos d’água. Essas metas, segundo os relatórios da SEAPI, foram 100% alcançadas.

O programa “Irrigando a agricultura”, reforçado pelo CONSEA-RS para compor o PPA 2016-2019 está no “Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água”, da SEAPI, na ação “Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais”. A ação é descrita como a ampliação da área irrigada “beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento”. Os produtos planejados no “Irrigando a Agricultura” não haviam sido executados até dezembro de 2017. No entanto, foi elaborado o termo de referência para contratação de empresas para a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental.

A promoção da expansão do abastecimento de água potável no meio rural foi contemplada no PPA 2016-2019, na ação “Projeto de Pesquisa Mais Água”, executado pela SEAPI, que pretendia o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, produto “Estação de monitoramento para água instalada”, com a previsão e a realização de 3.000 estações de monitoramento instaladas. Porém, não se obteve informações se essas estações foram estabelecidas no Estado.

O CONSEA-RS também propôs a “Construção de Cisternas e gestão da água para o consumo humano no meio urbano e rural”. No PPA 2016-2019 foi planejada a construção de 4.700 cisternas no Estado, aliadas à capacitação de 3.000 pessoas para a construção de cisternas. Porém, até dezembro de 2017 a construção das cisternas não havia sido executada.

O Plano Estadual de Saneamento visa à criação de mecanismos de Gestão Pública da Infraestrutura (programas, projetos e ações) relacionados à universalização dos serviços de saneamento, com o objetivo de atender as metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico, que abrange os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. O

processo licitatório ocorreu na modalidade Concorrência Internacional, cujo resultado foi judicializado com o trânsito em julgado ocorrido em setembro de 2016.

A partir de então foi dado prosseguimento ao processo de contratação, em novembro de 2016 e a autorização para o início foi dada em março de 2017. No primeiro quadrimestre de 2017 houve a criação de Grupo Técnico para acompanhamento e aprovação dos produtos e ocorreram reuniões de planejamento entre o Grupo e a empresa contratada. O Indicador ``Percentual de Elaboração do Plano Estadual de Saneamento- SHOS`` apura a evolução das ações sob responsabilidade do Departamento de Saneamento (DESAN) desde a elaboração do Termo de Referência até sua execução.

3. DESAFIOS

Os desafios deste Plano emergiram do diagnóstico da situação da segurança alimentar e nutricional no Estado do Rio Grande do Sul e sua interface com as demandas do CONSEA-RS ao PPA 2016-2019 e com os desafios do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. As situações-problema identificadas nas diferentes dimensões da SAN suscitaram, de um modo mais amplo, oito desafios que requerem ser enfrentados na promoção da segurança alimentar e nutricional e na realização do direito humano à alimentação adequada.

DESAFIO 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade às pessoas e populações que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Corresponde à Diretriz 1 da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e aos objetivos 1, 2, 3 e 4 para a Diretriz 1 e aos objetivos 1, 2, 3, 4 e 5 propostos pelo CONSEA-RS na Diretriz 4.

Referente ao Desafio 1 foram identificadas as seguintes situações-problema: a baixa efetividade dos Equipamentos Públicos de SAN, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; o decréscimo do volume de recursos, de agricultores fornecedores e de famílias que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos; a ausência de ações públicas voltadas à alimentação de pessoas com necessidades especiais (ex: celíacas e diabéticas); a desigualdade de renda que atinge especialmente as populações negras, indígenas e mulheres; a alta taxa de desemprego e trabalho informal; o elevado número de famílias inscritas no Cadastro Único que não acessam o Programa Bolsa Família.

DESAFIO 2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e implementar ações de inclusão produtiva e de geração de renda junto aos grupos populacionais específicos, povos indígenas, população negra, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Corresponde à Diretriz 1, 2, 4, 5 e 6 da PNSAN, aos objetivos 1, 2, 3, 4 e 5 para a Diretriz 4 e os objetivos 1, 2 e 3 propostos pelo CONSEA-RS para a Diretriz 5.

Os pontos mais destacados nas situações-problema em relação aos grupos populacionais específicos e aos povos e comunidades tradicionais foram: a ausência de programas e ações de SAN articulados para povos e comunidades tradicionais; a falta de condições para a participação dos povos e comunidades tradicionais nos

espaços de conformação das políticas de SAN; a abrangência limitada das políticas específicas população em situação de rua, população negra e povos e comunidades tradicionais; a desigualdade de renda que atinge mais fortemente a população indígena, negra, quilombola e as mulheres; o percentual de municípios que continuam com população em com alta e muito alta vulnerabilidade à inSAN; a dificuldade de acesso à terra e ao território e aos mercados institucionais por parte dessas populações.

DESAFIO 3 - Promover políticas de acesso à terra e ao território como medidas estruturantes de promoção da SAN.

DESAFIO 4 - Promover a produção de alimentos saudáveis e o fortalecimento da agricultura familiar com a dinamização de sistemas de produção de base agroecológica e sustentável.

DESAFIO 5 - Estruturar sistemas de abastecimento articulados e descentralizados que facilitem a circulação e distribuição de alimentos saudáveis e próximos da população.

Os desafios 3, 4 e 5 correspondem às Diretrizes 1, 2, 4, 5 e 6 da PNSAN e aos objetivos 1, 2, 3 e 4 para a Diretriz 2 e aos objetivos 3 e 4 para a Diretriz 4 propostos pelo CONSEA-RS.

Estes desafios 3, 4 e 5 guardam estreita relação entre si, por isso estão agrupadas aqui as principais questões que se relacionam com o acesso à terra, à produção e ao abastecimento, das quais destacam-se: a necessidade de garantir o acesso à terra e ao território como condição para a produção, abastecimento e consumo alimentar saudável; a necessidade de regularização fundiária e de resolução dos conflitos relacionados à posse e uso da terra; o modelo de produção baseado no monocultivo, no uso intensivo de agrotóxicos e na produção alimentar concentrada em poucos itens; a necessidade de melhorar a qualidade e ampliar a diversidade da produção da agricultura familiar para a SAN; a importância de se avançar na transição para agricultura agroecológica; a ampliação de recursos para Assistência Técnica Rural; a redução da mão de obra geral e de jovens e mulheres na agricultura familiar e a preocupação com a sucessão rural; a falta de reconhecimento das mulheres e de sua contribuição na produção alimentar desde a agricultura familiar; o número insuficiente de feiras agroecológicas e da agricultura familiar para atender as demandas nos municípios; e a falta de descentralização dos centros de abastecimento nas regiões do Estado.

DESAFIO 6 - Respeitar e promover a alimentação adequada e saudável da população mediante processos permanentes de educação alimentar e nutricional e medidas de regulação e proteção do direito humano à alimentação adequada.

Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN e aos objetivos 1, 2, 3, 4 e 5 para a Diretriz 3, ao objetivo 5 da Diretriz 4 e aos objetivos 1, 2 e 3 da Diretriz 5 também propostos pelo CONSEA-RS.

Nas situações-problema foram identificadas a necessidade de elaboração de propostas e estratégias de Educação Alimentar e Nutricional para formação de gestores públicos, conselheiros da sociedade civil e população em geral nos diferentes ambientes alimentares. Também foi destacada a preocupação com o aumento do consumo de alimentos com alto teor de açúcar, sal, gorduras e alimentos industrializados, a diminuição do consumo de frutas e verduras, bem como o alto percentual de pessoas com sobrepeso e obesidade em todas as idades e que tais situações requerem ações abrangentes e articuladas entre os órgãos públicos.

DESAFIO 7 - Garantir a disponibilidade hídrica e o acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.

Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN.

Por mais que o Rio Grande do Sul seja banhado por três grandes bacias hidrográficas, nos últimos anos a situação do acesso à água tem se apresentado como um problema crescente que requer atenção por parte das políticas públicas. Entre as situações que requerem maior cuidado encontram-se: a preservação dos mananciais e a qualidade da água para a produção e o consumo de alimentos saudáveis; a ampliação do acesso à água e ao saneamento por parte da população rural; a adequação do abastecimento domiciliar de água no meio rural; e a universalização do acesso à água para o consumo e para produção de alimentos.

DESAFIO 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado, fortalecendo seus componentes e aperfeiçoando a gestão intersetorial e a participação social em sua construção e implantação.

Corresponde às Diretrizes 3 e 8 da PNSAN, aos objetivos 1, 2 e 3 para a Diretriz 8 propostos pelo CONSEA-RS e aos objetivos propostos pelo CONSEA-RS à CAISAN-RS para o fortalecimento do SISAN no PPA.

Entre as situações-problema evidenciadas no diagnóstico relacionadas a este desafio destacam-se: o baixo percentual de municípios que já aderiram ao SISAN; a necessidade de apoio e assessoria aos municípios com orientações sobre a adesão ao SISAN e a elaboração de planos municipais de SAN; a importância da definição e execução de agenda comum entre a CAISAN e o CONSEA-RS nas orientações sobre a construção do SISAN nos municípios; a criação de condições de financiamento da implantação do SISAN, para além do aporte dos recursos federais; a urgência do fortalecimento estrutural e político da CAISAN como instância articuladora e dinamizadora das diferentes secretarias na execução das ações de SAN; e a necessidade de processos de formação contínua para conselheiros e gestores públicos com base nos princípios da gestão intersetorial e da participação social na realização do direito humano à alimentação adequada.

4. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DEMANDAS DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAN COM O PLANO PLURIANUAL DO RIO GRANDE DO SUL 2016-2019

Este capítulo traz uma breve sistematização das demandas da VI Conferência Estadual de SAN e sua compatibilização com o Plano Plurianual 2016-2019 e o Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

4.1. SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS DA VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL E DE SUA CARTA POLÍTICA

O Rio Grande do Sul é um dos estados pioneiros na realização de conferências de SAN, de modo que sua VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (VI CESANS) foi realizada em Porto Alegre em 2015, precedida por 53 conferências municipais e/ou regionais que envolveram 160 municípios e contou com a participação de 425 delegados e delegadas. Sob diferentes enfoques, as conferências analisaram a implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e diagnosticaram a situação da SAN no Estado desde os municípios.

A VI Conferência Estadual de SAN foi a culminância desse processo estimulado e realizado desde as bases, gerando diferentes expectativas na população em relação ao avanço na governança e no fortalecimento dos componentes do SISAN e na sua implementação, por meio de planos estadual e municipais de SAN. Sob o mesmo lema da V Conferência Nacional de SAN Comida de verdade no campo e na cidade, a VI CESANS foi organizada em torno de três eixos, também seguindo as definições da V Conferência Nacional de SAN, a saber:

- **Eixo 1** - Comida de verdade – avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar;
- **Eixo 2** - Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, regional e estadual;
- **Eixo 3** - Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – pacto federativo, participação social e intersetorialidade.

Na sequência, tendo por base o Relatório Final e a Carta Política da VI CESANS, o CONSEA-RS, por meio de seus grupos de trabalho, realizou um minucioso trabalho que resultou em um documento com a sistematização das propostas decorrentes dessa Conferência. O mesmo foi organizado em sintonia com o CONSEA e a CAISAN nacionais, que orientam que as propostas e recomendações

para os planos de SAN e planos plurianuais emanadas das conferências estejam em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O documento foi apresentado ao Governo do Rio Grande do Sul, como demandas do CONSEA-RS para o Plano Plurianual 2016-2019.

O quadro a seguir apresenta as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, adaptadas no âmbito do Estado pelo CONSEA-RS, seguidas dos objetivos que resultaram do processo de sistematização da VI CESANS, que compuseram o documento formulado pelo CONSEA-RS e apresentado ao Governo do Estado como contribuição à construção do Plano Plurianual 2016-2019.

Quadro 1 – Demandas do CONSEA-RS ao Plano Plurianual do Estado 2016-2019

<p>Diretriz 1 - <i>Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional no Plano Plurianual 2016-2019.</i></p> <p>Objetivo 1 - Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA.</p> <p>Objetivo 2 - Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e ao formação de práticas alimentares saudáveis.</p> <p>Objetivo 3 - Promover a melhoria das condições socioeconômicas e de acesso à alimentação e nutrição de idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio do acesso à rede dos serviços socioassistenciais, das ações de segurança alimentar e nutricional e das demais práticas setoriais.</p> <p>Objetivo 4 - Ampliar as condições de acesso alimentação adequada e saudável das famílias mais vulneráveis, por meio do provimento de refeições e alimentos, em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos que enfrentam calamidades.</p>
<p>Diretriz 2 - <i>Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica e sustentável de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.</i></p> <p>Objetivo 1 - Fortalecer as organizações associativas e cooperativas nos processos de transição agroecológica com apoio à gestão no desenvolvimento de sistemas agroecológicos.</p> <p>Objetivo 2 - Desenvolver formação para o desenvolvimento rural, com qualificação da assistência técnica e extensão rural.</p>
<p>Diretriz 3 - <i>Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada para comporem o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS.</i></p> <p>Objetivo 1 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias.</p>

Objetivo 2 - Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.

Objetivo 3 - Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar e fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 4 - Estimular a sociedade civil organizada a atuar com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável.

Objetivo 5 - Promover ciência, tecnologia e inovação para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Diretriz 4 - *Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e Comunidades Tradicionais (PCT) de que trata o Decreto 6040/2007 e Povos Indígenas.*

Objetivo 1 - Garantir aos povos indígenas, por meio de ações participativas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais mediante ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios.

Objetivo 2 - Realizar a regularização fundiária das comunidades quilombolas, por meio da delimitação, reconhecimento, indenização das benfeitorias e imóveis, desinversão e titulação dos territórios quilombolas.

Objetivo 3 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

Objetivo 4 - Promover a segurança alimentar e o etnodesenvolvimento dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, por meio do uso sustentável da biodiversidade, com enfoque na valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade.

Objetivo 5 - Promover a saúde, a alimentação e a nutrição de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Diretriz 5 - *Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.*

Objetivo 1 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da Segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 2 - Promover o controle e regulamentação de alimentos.

Objetivo 3 - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Diretriz 6 - *Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.*

Objetivo 1 - Garantir o acesso à água em quantidade e qualidade para o consumo humano e a produção de populações rurais difusas e de baixa renda.

Objetivo 2 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico e serviços de abastecimento de água em comunidades quilombolas, assentamentos rurais, terras indígenas e demais territórios de povos e comunidades tradicionais, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Diretriz 7 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e das negociações internacionais.

Objetivo 1 - Ampliar as ações de cooperação internacional referentes aos programas que compõem o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, com ênfase na cooperação Sul-Sul e na integração latino-americana.

Objetivo 2 - Expandir e assegurar a implementação das iniciativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional previstas nos Planos de Ação da Unasul e do Mercosul.

Objetivo 3 - Garantir a aplicação do princípio da participação social contido na LOSAN e a tomada de decisão nos foros de negociação internacional para governança global e soberania e segurança alimentar e nutricional.

Diretriz 8 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Objetivo 1 - Implantar um sistema de monitoramento estratégico da realização do direito humano à alimentação adequada por parte do Governo do Estado.

Objetivo 2 – Implantar um banco de dados para registro sistemático de violação do direito humano à alimentação adequada.

Objetivo 3 - Construir e implementar indicadores de segurança e insegurança alimentar que estejam acessíveis ao uso dos interessados para o monitoramento das políticas de SAN.

4.2. MAPA ESTRATÉGICO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM A SAN

O mapa estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul traz como missão “Fazer o Estado funcionar melhor para o cidadão e estimular um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Rio Grande do Sul”, conforme se pode constatar na figura a seguir:

Figura 1 - Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: arquivos SPGG, 2018.

Embora não haja menção explícita à segurança alimentar e nutricional sustentável, nos vários aspectos que dizem respeito ao social, à infraestrutura, ao meio ambiente, à governança, gestão e desenvolvimento econômico, os setores da segurança alimentar e nutricional sustentável, a partir do ponto de vista dos direitos humanos e sociais, comungam com a visão estratégica apresentada no mapa. Trata-se de ter um Estado voltado aos cidadãos e transparente, evidenciando o social, o meio ambiente, a economia e a governança como preocupações centrais. Inclusive, com uma visão de economia centrada na promoção do desenvolvimento de inovações e do empreendedorismo, com o fortalecimento da agricultura familiar e do cooperativismo que exercem um papel preponderante na produção e distribuição de alimentos.

5. AÇÕES PARA O PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2018-2019

O Plano de SAN para 2018-2019 contempla um conjunto de desafios que se desdobram em objetivos e ações que visam a concretização de cada um dos objetivos no período que corresponde a 2018-2019. Os quadros que seguem estão organizados por desafio e seus respectivos objetivos e ações, de modo a facilitar sua apresentação e compreensão.

Quadro 2 - Ações para o Desafio 1 do Plano de SAN RS 2018-2019

DESAFIO 1: Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade às pessoas e populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.					
Objetivo 1.1: Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e ao formação de práticas alimentares saudáveis.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Alimentação Escolar qualificada para a Educação Básica	Aluno atendido com alimentação escolarizada	unidade	954000	SEDUC	2373
Ampliação da oferta de Escolas em Tempo Integral	Aluno atendido em escola em tempo integral	unidade	18700	SEDUC	1322
	Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	467	SEDUC	1322
Objetivo 1.2: Assegurar melhores condições socioeconômicas e acesso à alimentação saudável às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do direito humano à alimentação adequada, com especial atenção para disponibilizar equipamentos públicos de SAN.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Apoio a projetos sociais	Entidade sem fim lucrativo registrada	unidade	1350	SDSTJDH	6743
	Gestor de 3º setor capacitado	unidade	100	SDSTJDH	
Apoio às obras públicas nos municípios do RS	Apoio operacional para a manutenção de estradas vicinais e desassoreamento realizado	unidade	36	SOP	5524
Apoio às políticas de compras institucionais da agricultura familiar	Agricultor beneficiado pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	unidade	1880	SDR	6714
	Cooperativa fornecedora de alimentos para órgãos públicos por meio do PAA - Modalidade Compra Institucional	unidade	18	SDR	

	Produto adquirido da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea	tonelada	1880	SDR	
Desenvolvimento integrado da pesca artesanal e aquicultura	Evento de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizado	unidade	3	SDR	6679
	Viveiro para piscicultura construído	unidade	330	SDR	
	*Cisterna para piscicultura	unidade	167	SDR	
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a implementação de Linhas de Cuidado	Equipe de Atenção Domiciliar mantida e habilitada	unidade	4	SES	5619 6254
	Município beneficiado com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV/Aids na Atenção Básica	unidade	3	SES	
	Município com Política de Atenção Integral à Saúde do Homem implantada	unidade	4	SES	
	Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC) implementada	unidade	3	SES	
	Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica mantido e implantado	unidade	4	SES	
	Unidade Básica de Saúde Prisional equipada	unidade	3	SES	
	Usuário com avaliação do estado nutricional acompanhado pela Atenção Básica	unidade	4	SES	
Implementação da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Edital do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS) apoiado	unidade	3	SES	6078
	Parceria com instituições de ensino e pesquisa efetivada	unidade	4	SES	
Inclusão social e produtiva no meio	Família beneficiada	unidade	2500	SDR	6254

rural - combate à extrema pobreza					
Parcerias com entidades	*Oficinas do Programa Prato para Todos/CEASA	Unidade	12	SDSTJDH	Não orçamentária
Política de enfrentamento aos desastres ambientais	Plano de contingência para desastres ambientais implantado e implementado	unidade	3	SES	3328
Qualificação da Atenção Básica	Equipe de Saúde da Família mantida e implantada	unidade	3	SES	6079 6254 7202 7308 8090 9150
	Família atendida pelo PIM	unidade	4	SES	
	Município beneficiado com recursos para qualificação da atenção básica	unidade	3	SES	
	Núcleo de Apoio à Saúde da Família mantido e implantado	unidade	4	SES	
	Unidade de Saúde da Família construída, ampliada e/ou reformada	unidade	3	SES	
	Unidade de Saúde da Família equipada	unidade	4	SES	
	Visitador do Primeira Infância Melhor habilitado	unidade	3	SES	
Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Estabelecimento das Referências	Rede de referência de especialidades de alta complexidade atualizada	unidade	4	SES	6283 6284 7302
Objetivo 1.3: Promover o intercâmbio de experiências, informações e conhecimentos em saúde e alimentação e nutrição, por meio de projetos e ações com organismos municipais, estaduais e internacionais.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Aprimoramento das relações entre Estado, municípios, União e organismos nacionais e internacionais mediante cooperação e gestão compartilhada	Projeto de cooperação com organismos internacionais e instituições nacionais mantido e ampliado	unidade	3	SES	7302 6078

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019, mas são atividades importantes para a realização das ações.

Quadro 3 - Ações para o Desafio 2 do Plano de SAN RS 2018-2019

DESAFIO 2. Combater a insegurança alimentar e nutricional e implementar projetos e ações de inclusão produtiva e geração de renda junto aos grupos populacionais específicos, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.					
Objetivo 2.1 Ampliar projetos e ações de combate à insegurança alimentar e nutricional, mediante a inclusão produtiva e geração de renda para povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/ 2019	Responsável	IP
Defesa sanitária vegetal	Barreira fitossanitária	unidade	1300	SEAPI	5962 5963 5964 5965
	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	1300	SEAPI	
	Inspeção realizada	unidade	500	SEAPI	
	Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	100	SEAPI	
	Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	380	SEAPI	
Desenvolvimento e apoio socioeconômico de comunidades quilombolas	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	14	SDR	5822 7295
Fortalecimento etnosustentável e desenvolvimento socioeconômico de comunidades Indígenas	Comunidade indígena atendida	unidade	126	SDR	1718
	Plano de gestão territorial e ambiental elaborado	unidade	7	SDR	

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019, mas são atividades importantes para a realização das ações.

Quadro 4 - Ações para o Desafio 3 do Plano de SAN RS 2018-2019

DESAFIO 3. Promover políticas de acesso à terra e ao território como medida estruturante de promoção da segurança alimentar e nutricional.					
Objetivo 3.1 Garantir o acesso à terra às diversas populações a fim de que possam viabilizar-se economicamente e contribuir com a produção e oferta de alimentos saudáveis.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Implementação de programas, planos e projetos ambientais (ação 3.3 (c), PLEAPO).	*Certificação ambiental de manejo agroflorestal e extrativista de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais	unidade	25	SEMA	6725 5862 6607 5739
	Estrada recuperada e/ou construída	km	1000	SDR	6675 6734 7297
Desenvolvimento agrário e fortalecimento dos assentamentos	Família assentada	unidade	150	SDR	
	Família beneficiada com kit de produção sustentável (Estruturação Produtiva)	unidade	100	SDR	

	Ponte/pontilhão recuperada e/ou construída	m	7	SDR	
	Projeto produtivo apoiado	unidade	5	SDR	
Gestão e adequação socioeconômica e ambiental dos estabelecimentos rurais	Estabelecimento rural incentivado	unidade	10000	SDR	5953
	Plano de gestão e adequação implantado	unidade	5000	SDR	
Regularização e reorganização fundiária	Agricultor desalojado de áreas indígenas e de barragem indenizado	unidade	10	SDR	6736
	Titulação de propriedade concedida à agricultor desalojado de área indígena e barragem	unidade	192	SDR	
	Título de propriedade transferido à assentados da Reforma Agrária em condições de emancipação	unidade	13	SDR	

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019 mas são atividades importantes para realização das ações.

Quadro 5 - Ações para o Desafio 4 do Plano de SAN RS 2018-2019

DESAFIO 4. Promover a produção de alimentos saudáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica e sustentável.					
Objetivo 4.1 Promover a produção de alimentos saudáveis, com base na estruturação da agricultura familiar, promovendo a formação de agricultores e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica e sustentável.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Implementação de programas, planos e projetos ambientais que apoiem o uso e a conservação dos produtos da sociobiodiversidade - ação 2.17 (c), PLEAPO)	*Levantar, viabilizar e implementar recursos que apoiem projetos voltados para o uso e conservação da sociobiodiversidade	unidade	2	SEMA	6725 5862 6607 5739
Implementação de programas, planos e projetos ambientais para fomento de sistemas agroflorestais de base ecológica - ação 2.17 (b), PLEAPO/RS)	*Captação de um projeto no Ministério do Meio Ambiente que fomente a implantação de sistemas agroflorestais de base ecológica	unidade	1	SEMA	6725 5862 6607 5739
Implantação de planos de manejo que incluam ações de incentivo à transição agroecológica das Unidades de Conservação: Rebio Mata Paludosa, Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos e	*Planos de manejo contendo a execução de ações de incentivo à transição agroecológica	unidade	3	SEMA	6725 5862 6607 5739

APA Banhado Grande - ação 2.16/a, PLEAPO/RS)					
Apoiar as iniciativas propostas no âmbito do Plano Nacional de Promoção de Cadeias e Produtos da Sociobiodiversidade, (ação 2.17 (a), PLEAPO/RS)	*Participação em eventos/atividades	unidade	25	SDR	4217
Apoio à agricultura familiar e camponesa	Projeto produtivo apoiado	unidade	25	SDR	6759
	Empreendimento legalizado	unidade	300	SDR	
Apoio à formação, educação, profissionalização e capacitação de jovens, públicos especiais e agricultores e pecuaristas familiares ou de base cooperativa	Agricultor e pecuarista familiar ou público especial capacitado	unidade	10200	SDR	6735
	Curso técnico/profissionalizante apoiado ou promovido	unidade	28	SDR	
	Jovem capacitado	unidade	500	SDR	
Apoio à permanência do jovem no campo	Nova Bolsa Juventude Rural concedida	unidade	250	SDR	5954
	Projeto produtivo apoiado	unidade	300	SDR	
Apoio e desenvolvimento da agricultura familiar	Agricultor beneficiado	unidade	250	SDR	5956
	Projeto produtivo apoiado	unidade	750	SDR	
	Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	unidade	11000	SDR	
	Projeto produtivo apoiado	unidade	300	SDR	
Apoio e desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	Projeto produtivo apoiado	unidade	149	SDR	6710
	*Oficinas de apoio a sistemas orgânicos de produção e de base ecológica do PABE para agricultores familiares	unidade	24	SDR	
	*Seminário de avaliação do 1º Biênio (2016-2017) do "Rio Grande Agroecológico"	unidade	1	SDR	
	Eventos (mínimo 1/Esreg) na Semana do Alimento Orgânico e Seminários (mínimo 1/Esreg) com ênfase nas PANCs na Semana da Alimentação RS 2018	unidade	12	SDR	
	*Cursos sobre plantas medicinais (bioativas) nos centros de treinamento da EMATER/RS	unidade	12	SDR	
	*Capacitações e seminário para técnicos e tecnologias alternativas(homeopatia, fitoterapia, controle biológico, etc).	unidade	5	SDR	
	*Capacitação de agricultores familiares que comercializam na CEASA, em Boas Práticas Agrícolas (BPA) em Horticultura.	unidade	1400	SDR	

	*Capacitação de agricultores em tecnologias alternativas para sistemas de base ecológica, priorizando 13 OCS e 02 OPACs assistidas.	unidade	6	SDR	
	*Monitoramento de unidades de produção de lavouras de milho quanto a incidência de lagarta-do-cartucho visando ao controle biológico com <i>Trichograma</i> .	unidade	40	SDR	
	*ATERS em sementes crioulas de base ecológica e em produção de sementes orgânicas.	famílias	70	SDR	
	*Organização de grupos de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) para a certificação de orgânicos.	grupos	16	SDR	
	*ATERS em agroecologia por grupo específico: agricultores familiares, famílias indígenas, famílias quilombolas, pescadores e pecuaristas familiares.	unidade	19600	SDR	
	*Implantação de unidades de referência (URS) de produção agroecológica - 1 por EsReg, do Projeto Gestão e adequação sócio econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais.	unidade	12	SDR	
	*Desenvolver ações de ATERS para famílias de comunidades quilombolas, que contribuam para o resgate e identificação de plantas bioativas.	unidade	100	SDR	
	*Apoio/assessoria a grupos com vistas à comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos visando PNAE, PAA e feiras agroecológicas.	unidade	12	SDR	
Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS	Agricultor e público especial beneficiado com ATERS continuada	unidade	211000	SDR	6046
Patrulha Agrícola	Serviço de infraestrutura rural realizado	unidade	600	SDR	1877
Troca-troca de sementes	Saca de semente disponibilizada	unidade	250000	SDR	6058

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019, mas são atividades importantes para a realização das ações.

Quadro 6 - Ações para o Desafio 5 do Plano de SAN RS 2018-2019

DESAFIO 5. Estruturar sistemas de abastecimento articulados e descentralizados que facilitem a circulação e distribuição de alimentos saudáveis próximos da população.					
Objetivo 5.1 Estabelecer sistemas de abastecimento articulados e descentralizados, com redes interorganizacionais e eventos de formação para o fortalecimento do cooperativismo e a promoção de assistência técnica e extensão rural e social, para facilitar a circulação e distribuição de alimentos saudáveis próximos da população.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Abastecimento do estado do Rio Grande do Sul	Usuário beneficiado pelo complexo da CEASA/RS	unidade	20000	CEASA	5017
	Alimento comercializado no complexo CEASA/RS	toneladas	580000	CEASA	5427
	Alimento distribuído pelo programa assistencial da CEASA/RS	toneladas	12000	CEASA	5823
Apoio à comercialização e fortalecimento dos sistemas locais e regionais de abastecimento	Feira livre e da agroindústria familiar apoiada	unidade	225	SDR	5823 7396
Apoio à gestão, capacitação e educação para cooperativas	Acompanhamento de ações realizado	unidade	180	SDR	7412 6677
	Curso/oficina realizado	unidade	14	SDR	
	Diagnóstico elaborado	unidade	21	SDR	
	Plano de aprimoramento implementado	unidade	21	SDR	
Apoio ao acesso ao crédito e saneamento de cooperativas	Cooperativa beneficiada	unidade	11	SDR	6708
Apoio e fomento a cooperativas	Evento realizado	unidade	28	SDR	5952
	Projeto de estruturação apoiado	unidade	10	SDR	
Fomento à intercooperação	Cooperativa beneficiada	unidade	70	SDR	6707
	Evento realizado	unidade	7	SDR	

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019, mas são atividades importantes para a realização das ações.

Quadro 7 - Ações para o Desafio 6 do Plano de SAN RS 2018-2019

DESAFIO 6. Respeitar e promover a alimentação adequada e saudável da população mediante processos permanentes de educação alimentar e nutricional e medidas de regulação e proteção.					
Objetivo 6.1 Promover a educação alimentar e nutricional por meio de palestras, cursos, reuniões e atividades práticas com públicos específicos, campanhas abertas à população e elaboração de propostas para regulação de leis em defesa do consumidor.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/ 2019	Responsável	IP
Organizar rede social para trabalhar as questões relativas à Educação Alimentar e Nutricional	Palestras, reuniões e atividades práticas (por exemplo hortas) sobre SAN nas escolas realizadas.	unidade	5	SDSTJDH	não orçamentária
	Conjunto de propostas para proteção do consumidor elaboradas e publicadas	unidade	1	SDSTJDH	
Parcerias com Secretarias de Estado	*Oficinas de Plantio em pequenos espaços/Centro Administrativo/Casa Civil/Redenção - Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão	unidade	6	SDSTJDH	não orçamentária
	*Realização de feiras orgânicas em espaços e eventos da SDSTJDH	unidade	4	SDSTJDH	
Realizar campanhas sobre temas da SAN, preferencialmente articuladas às campanhas nacionais	Tema de campanha definido	unidade	1	SDSTJDH	6548
Semana da Alimentação RS	*Promoção da realização da Semana no Rio Grande do Sul	unidade	2	SDSTJDH	6548
	*Participantes das atividades propostas pelo Governo	unidade	200	SDSTJDH	
Objetivo 6.2 Realizar ações de educação em saúde e nutrição, construção de plataformas de gestão para o desenvolvimento de arquitetura da informação, ferramentas integradas em saúde, alimentação e nutrição a partir de projetos pilotos nas escolas.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/ 2019	Responsável	IP
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades e de Referências de Diagnósticos e Tratamento	Centro de Especialidade Odontológica mantido e implantado	unidade	4	SES	6284
Capacitação, atualização e qualificação de	Gestor capacitado	unidade	300	SEDUC	5458
	Servidor capacitado	unidade	250	SEDUC	

professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional					
Construção de plataformas de gestão, desenvolvimento de arquitetura da informação e ferramentas integradas em saúde	Base de dados unificada	unidade	1	SES	6283
Construir marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas do Estado, a partir de projetos-pilotos nas escolas primárias	Projetos piloto de educação alimentar implementado em escola primária, integrando hortas, lancheiras saudáveis, aulas sobre SAN, envolvendo as crianças	Unidade	5	SDSTJDH	não orçamentária
Educação em saúde	Capacitação e evento em vigilância em saúde realizado	unidade	4	SES	5863 5864 5865 5866 6273
	Capacitação e evento para os trabalhadores envolvidos no SUS realizada	unidade	3	SES	
	Capacitação e evento para qualificação da atenção básica e linhas de cuidado realizada	unidade	4	SES	
	Capacitação para servidores da SES ofertada	unidade	3	SES	
	Educação a distância por meio de suporte pedagógico instituída	unidade	4	SES	
Fortalecimento da Residência Integrada em Saúde	Política Estadual de Residência Integrada em Saúde atualizada e implementada	unidade	3	SES	6029
	Residência Multiprofissional em Saúde reconhecida	unidade	4	SES	
	Terceiro ano da Residência Multiprofissional em Saúde (R3) voltado à gestão implantado	unidade	3	SES	

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019, mas são atividades importantes para a realização das ações.

Quadro 8 - Ações para o Desafio 7 do Plano de SAN RS 2018-2019

DESAFIO 7. Garantir a disponibilidade hídrica e o acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.					
Objetivo 7.1 Garantir disponibilidade e acesso à água para consumo humano, especialmente nas áreas rurais, bem como garantir água para a produção de alimentos e expansão e melhoria do esgotamento sanitário.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Apoio e Ampliação da Infraestrutura Rural	Poço artesiano perfurado	unidade	130	SDR	5948
	Projeto de armazenamento de água e irrigação implantado	unidade	500	SDR	
	Rede de distribuição d' água instalada	unidade	50	SDR	
	*Microaçudes irrigação	unidade	543	SDR	
	*Cisternas	unidade	300	SDR	
Elaboração de projetos, construção de açudes e capacitação de técnicos	Técnico e agricultor capacitado	unidade	520	SEAPI	
	Construção de barragens	unidade	4	SEAPI	
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	Rede de água assentada/substituída	m	493.609	CORSAN	5069
	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m3	54.577.280	CORSAN	
	Economia atendida	unidade	56.026	CORSAN	
	Volume de reservação ampliado	m3	5.770	CORSAN	
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	41.859.940	CORSAN	5070
	Redes de esgoto assentadas	m	416.706	CORSAN	
	Volume de esgoto tratado ampliado	m3	23.377.219	CORSAN	
Gestão da Política Estadual de Saneamento	Plano Municipal de Saneamento elaborado	unidade	13	SOSH	5532
Programa de Saneamento (PROSAN)	Rede de abastecimento de água potável implantada	unidade	4	SES	7306
Mais Água mais Renda	Projetos de irrigação - Mais Água Mais Renda	unidade	600	SEAPI	5979 5980
	Área Irrigada - Mais Água Mais Renda	Hectare (ha)	10.000	SEAPI	
	Projetos realizados - Mais Água Mais Renda	percentual	43,66%	SEAPI	
	Reservatório construídos	unidade	540	SEAPI	
	Área alagada	Hectare (ha)	300	SEAPI	
Saneamento Básico para Pequenas Comunidades	Família beneficiada por convênio para implantação de sistema de abastecimento de água potável, e, ou	unidade	1000	SOSH	5536

	sistema de esgotamento sanitário				
	Poço tubular profundo perfurado	unidade	76	SOSH	

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019, mas são atividades importantes para a realização das ações.

Quadro 9 - Ações para o Desafio 8 do Plano de RS 2018-2019

DESAFIO 8. Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado, fortalecendo seus componentes e aperfeiçoando a gestão intersetorial e a participação social em sua construção.					
Objetivo 8.1 Fortalecer os componentes do SISAN-RS (CAISAN, CONSEA, Conferências) e apoiar a implementação do Sistema nos municípios, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, respeitando o princípio da participação social e a intersectorialidade.					
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Plano 2018/2019	Responsável	IP
Apoio ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Conselho apoiado	Unidade	2	SDSTJDH	
Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN-RS	*Reuniões mensais da CAISAN-RS	Unidade	24	SDSTJDH	
Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional	*Acompanhamento e apoio às conferências municipais/regionais	Unidade	180	SDSTJDH	
	*Realização da VII Conferência Estadual de SAN	Unidade	1	SDSTJDH	
Departamento de Assistência Social Gestão do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	*Parcerias com assessoras em encontros regionalizados do DAS	Unidade	15	SDSTJDH	
	Gestor e/ou técnico capacitado	Unidade	1000	SDSTJDH	
	SISAN implantado e implementado	Unidade	5	SDSTJDH	
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Assessoramento e Apoio Técnico realizado	Unidade	19880	SDSTJDH	
	Material informativo e formativo publicado e divulgado	Unidade	2	SDSTJDH	
	*Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS/RS	Unidade	1	SDSTJDH	
Parceria com Universidades	*UFSC/TearSAN - Oficinas regionais de sensibilização para adesão ao SISAN	Unidade	30	SDSTJDH	

* Produtos considerados metas intermediárias, pois não estavam previstos nestes termos no Plano Plurianual 2016-2019, mas são atividades importantes para a realização das ações.

6. O PLANO ESTADUAL DE SAN E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016 entrou em vigor uma agenda de ação global, também denominada de *agenda 2030*, que visa orientar os países na tomada de decisões sobre diferentes políticas públicas nos próximos 15 anos, estendendo-se até 2030. É uma agenda composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas, pactuada a partir da experiência positiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODS visam concretizar a realização dos direitos humanos, com igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e das populações mais vulnerabilizadas nas dimensões econômica, social e ambiental em escala universal. Com base nelas cabe a cada governo de país definir suas políticas, prioridades e metas nacionais de acordo com suas realidades específicas e incorporá-las em suas estratégias de organização e planejamento.

Em âmbito nacional, no que se refere à segurança alimentar e nutricional, o processo de elaboração do II Plano Nacional de SAN buscou harmonizar suas metas com as assumidas pelo Brasil no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isso explicita o compromisso internacional do Brasil em relação à realização do direito humano à alimentação adequada, por meio da promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional, mas também aproxima e facilita o acompanhamento da realização deste direito nas esferas nacional e internacional.

Os compromissos comuns assumidos pelos países nos ODS em relação à segurança alimentar e nutricional estão especificados no Objetivo 2, que é constituído por cinco metas conforme segue:

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1. Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.2. Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

2.3. Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4. Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5. Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

2.a. Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;

2.b. Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

2.c. Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

No Rio Grande do Sul, ao longo do processo de elaboração do Plano Estadual de SAN buscou-se manter o alinhamento com o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019 e com as metas internacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mostrando uma visão mais ampla da qual o Estado faz parte. Por consequência, essa sintonia com os instrumentos nacionais e internacionais aumenta o desafio do monitoramento do Plano Estadual a partir de indicadores que reflitam os resultados esperados em interface com os objetivos nacionais e internacionais pactuados em torno da segurança alimentar e nutricional.

7. PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RS 2018-2019

A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação. Assim, levando-se em consideração as ações, produtos e objetivos do Plano Estadual de SAN, foram estabelecidos indicadores atendam às propriedades da relevância e validade para a temática da SAN, bem como da apurabilidade e da periodicidade em que os dados podem ser aferidos, em consonância com o período de execução deste Plano de SAN.

7.1. MODELO DE MONITORAMENTO

Em conformidade o artigo 21 do Decreto 7.272/2010, o modelo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de SAN será constituído de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, o grau de implementação do Plano e o atendimento dos objetivos estabelecidos e pactuados.

O modelo terá como princípios a participação social, equidade, transparência, publicidade e facilidade de acesso às informações. Organiza, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores e contempla as seguintes dimensões de análise:

- I - produção de alimentos;
- II - disponibilidade de alimentos;
- III - renda e condições de vida;
- IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;
- V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- VI - educação; e
- VII - programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

O modelo de monitoramento e avaliação ainda deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

Dessa forma, o monitoramento objetiva acompanhar a execução das ações governamentais voltadas para a promoção da SAN e aferir o desempenho da atuação governamental nessa temática, possibilitando intervenções que visem o

aprimoramento da gestão pública. O conjunto de informações gerado nas atividades de monitoramento também é fundamental para a prestação de contas da ação governamental à sociedade.

A CAISAN é a instância responsável por tornar públicas as informações relativas à SAN da população brasileira (§3º, art. 21, decreto 7.272/2010). Para isso, é necessário definir instrumentos e metodologia para monitorar, avaliar e divulgar as análises a respeito dos determinantes da SAN e da implementação dos objetivos do Plano Estadual de SAN.

A seguir são apresentados os indicadores de SAN para cada ação, produto, objetivo e desafio do Plano, as dimensões de análise a eles associadas, bem como os valores base para futuras comparações, quando pertinentes.

7.2. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.2.1. Matriz de indicadores de processo

INDICADORES DE PROCESSO A SEREM MONITORADOS NO SISPLAG				
Periodicidade de acompanhamento: quadrimestral				
Datas de apuração: 30 abr 2019, 31 ago 2019, 31 dez 2019				
Forma e fonte de apuração: Consultas via SISPLAG				
Valor inicial (data base): não utilizado; valores devem ser comparados com o valor das metas estabelecidas (conforme quadros do item 3.4 do Plano de Ação)				

Objetivo	Ação relacionada	Indicadores (produto)	Unidade de medida	Responsáveis (Fonte)
1.1	Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica	Número de alunos atendidos pela alimentação escolar	Unidade	SEDUC
	Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral	Número de escolas e alunos atendidos em tempo integral	Unidade	SEDUC
1.2	Apoio a Projetos Sociais	Número de entidades sem fins lucrativos registradas Número de gestores de 3º setor capacitados	Unidade	SDSTJDH
	Apoio às obras públicas nos municípios do RS	Número de Apoios Operacionais para a manutenção de estradas vicinais e desassoreamento realizados	Unidade	SOP
	Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar	Número de agricultores beneficiados pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea Número de cooperativas fornecedoras de alimentos para órgãos públicos por meio do PAA - Modalidade Compra Institucional	Unidade Unidade Tonelada	SDR

		Quantidade de produtos adquiridos da agricultura familiar pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea		
	Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura	Número de eventos de divulgação das ações de pesca e aquicultura realizados Número de Viveiros para piscicultura construídos Número de Cisternas para piscicultura	Unidade	SDR
	Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado	Número de Equipes de Atenção Domiciliar Número de municípios beneficiados com recurso para o cuidado da pessoa vivendo com HIV Número de municípios com Política de Atenção Integral à Saúde do Homem Número de municípios com Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC) e com Programa de Combate ao Racismo Institucional Número de Unidade Básica de Saúde Prisional Número de usuários com avaliação do estado nutricional	Unidade	SES
	Implementação da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Número de editais do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS) Número de parcerias com Instituições de Ensino e Pesquisa	Unidade	SES
	Inclusão Social e Produtiva no Meio Rural - Combate à Extrema Pobreza	Número de famílias beneficiadas	Unidade	SDR
	Parcerias com entidades	Número de Oficinas do Programa Prato para Todos	Unidade	SDSTJDH
	Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais	Número de municípios com Plano de contingência para desastres ambientais	Unidade	SES
	Qualificação da Atenção Básica	Número de Equipes de Saúde da Família Número de famílias atendidas pelo PIM Número de municípios beneficiados com recursos para qualificação da atenção básica Número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família Número de Unidades de Saúde da Família qualificadas e equipadas Número de habilitações de visitantes do Primeira Infância Melhor	Unidade	SES
	Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Estabelecimento das Referências	Número de atualizações da rede de referência de especialidades de alta complexidade	Unidade	SES
1.3	Aprimoramento das Relações entre Estado, Municípios, União e Organismos Nacionais e Internacionais Mediante Cooperação e Gestão Compartilhada	Número de projetos de Cooperação com Organismos Internacionais e Instituições Nacionais	Unidade	SES
2.1	Defesa Sanitária vegetal	Número de barreiras fitossanitárias	Unidade	SEAPI

		Número de fiscalizações de estabelecimentos de comércio de insumos agrícolas Número de inspeções Número de fiscalizações de propriedade com certificação e no uso de agrotóxico		
	Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas	Número de comunidades quilombolas beneficiadas	Unidade	SDR
	Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas	Número de comunidades indígenas beneficiadas Número de Planos de gestão territorial e ambiental	Unidade	SDR
3.1	Implementação/ Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais (Aplicar os procedimentos já elaborados para certificação ambiental de manejo de vegetação em propriedades da agricultura familiar, certificando 25 propriedades por ano (ação 3.3 (c), PLEAPO).	Número de certificações ambientais de manejo agroflorestal e extrativista de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais	Unidade	SEMA
	Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos	Quilômetros de estradas recuperadas e/ou construídas Número de famílias assentadas Número de famílias beneficiadas com kit de produção sustentável Metros de ponte/pontilhão recuperada e/ou construída Número de Projetos produtivos apoiados	Quilômetros Unidade Unidade Metros Unidade	SDR
	Gestão e Adequação Socioeconômica e Ambiental dos Estabelecimentos Rurais	Número de estabelecimentos rurais incentivados Número de Plano sde gestão e adequação	Unidade	SDR
	Regularização e reorganização fundiária	Número de indenizações a agricultores desalojado de áreas indígenas e de barragem Número de titulações de propriedade concedida à agricultor desalojado Número de títulos de propriedade transferido à assentados da Reforma Agrária em condições de emancipação	Unidade	SDR
4.1	Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais (Identificar outras fontes para captação de recursos para financiamento de projetos que apoiem o uso e a conservação dos produtos da sociobiodiversidade - ação 2.17 (c), PLEAPO)	Recursos para apoio de projetos voltados para o uso e conservação da sociobiodiversidade	R\$	SEMA
	Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais (Elaborar e acompanhar projeto de captação de recursos a ser submetido ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para fomento de	Número de projetos com MMA para fomento a implantação de sistemas agroflorestais de base ecológica	Unidade	SEMA

	implantação de sistemas agroflorestais de base ecológica, como instrumento de política pública de restauração ecológica - ação 2.17 (b), PLEAPO/RS)			
	Implementação / Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais (Elaborar e atualizar os planos de manejo que incluam ações de incentivo à transição agroecológica das seguintes Unidades de Conservação: Rebio Mata Paludosa, Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos e APA Banhado Grande - ação 2.16/a, PLEAPO/RS)	Número de planos de manejo com incentivo à transição agroecológica	Unidade	SEMA
	Apoiar as iniciativas propostas no âmbito do Plano Nacional de Promoção de Cadeias e Produtos da Sociobiodiversidade, participando dos foros constituídos e realizar palestras de divulgação em apoio à atuação da SDR na promoção da cadeia solidária das frutas nativas (ação 2.17 (a), PLEAPO/RS)	Número de participações em eventos/atividades	Unidade	SDR
	Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa	Número de Projetos produtivos apoiados Número de empreendimentos legalizados	Unidade	SDR
	Apoio à Formação, Educação, Profissionalização e Capacitação de Jovens, Públicos Especiais e Agricultores e Pecuáristas Familiares ou de Base Cooperativa	Número de capacitações para agricultor e pecuarista familiar ou público especial Número de cursos técnico/profissionalizante Número de jovens capacitado	Unidade	SDR
	Apoio à Permanência do Jovem no Campo	Número de Nova Bolsa Juventude Rural Número de Projeto produtivo apoiado	Unidade	SDR
	Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Número de Projeto produtivo apoiado Número de Agricultor e pecuarista familiar beneficiado	Unidade	SDR
	Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica	Número de Projeto produtivo apoiado Número de Oficinas de Apoio a Sistemas Orgânicos de produção e de base ecológica do PABE Número de Seminários de avaliação do 1º Biênio (2016-2017) do "Rio Grande Agroecológico" Número de eventos na Semana do Alimento Orgânico e Seminários e com ênfase nas PANCs na Semana da Alimentação RS 2018	Unidade	SDR

		<p>Número de Cursos sobre Plantas medicinais (bioativas) nos centros de treinamento da EMATER/RS.</p> <p>Número de capacitações e seminário para técnicos e tecnologias alternativas(homeopatia, fitoterapia, controle biológico, etc).</p> <p>Número de agricultores familiares que comercializam na CEASA capacitados em BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS (BPA) em HORTICULTURA</p> <p>Número de capacitações de agricultores em tecnologias alternativas para sistemas de base ecológica</p> <p>Número de unidades de produção de lavouras de milho acompanhadas quanto a incidência de lagarta-do-cartucho visando ao controle biológico com Trichograma.</p> <p>Número de famílias atendidas por ATERS em sementes crioulas de base ecológica e em produção de sementes orgânicas</p> <p>Número de grupos de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais organizados para a certificação de orgânicos</p> <p>Número de ATERS em agroecologia por grupo específico: agricultores familiares, famílias indígenas, famílias quilombolas, pescadores e pecuaristas familiares.</p> <p>Número de unidades de referência (URS) de produção agroecológica, do Projeto Gestão e adequação sócio econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais</p> <p>Número de ATERS para famílias de comunidades quilombolas, que contribuam para o resgate e identificação de plantas bioativas.</p> <p>Número de assessorias a grupos com vistas à comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos visando PNAE, PAA e feiras agroecológicas</p>		
	Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS	Número de agricultores e público especial beneficiado com ATERS continuada	Unidade	SDR
	Patrulha Agrícola	Número de serviços de infraestrutura rural	Unidade	SDR
	Troca-troca de sementes	Número de sacas de Semente disponibilizadas	Unidade	SDR
5.1	Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul	<p>Número de Usuários beneficiado pelo complexo da CEASA/RS</p> <p>Toneladas de alimento comercializado no complexo CEASA/RS</p> <p>Toneladas de alimento distribuído pelo programa assistencial da CEASA/RS</p>	Unidade Toneladas Toneladas	CEASA

	Apoio à Comercialização e Fortalecimento dos Sistemas Locais e Regionais de Abastecimento	Número de feiras livre e da agroindústria familiar apoiada	Unidade	SDR
	Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas	Número de Acompanhamentos de ações Número de Cursos/oficinas realizado Número de Diagnósticos elaborado Número de Planos de aprimoramento	Unidade	SDR
	Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas	Número de Cooperativas beneficiadas	Unidade	SDR
	Apoio e Fomento a Cooperativas	Número de Eventos realizados Número de Projetos de estruturação	Unidade	SDR
	Fomento à Intercoperação	Número de Cooperativas beneficiadas Número de Eventos realizados	Unidade	SDR
6.1	Organizar rede social para trabalhar as questões relativas à Educação Alimentar e Nutricional, Segurança Alimentar e Nutricional, e Direito Humano a Alimentação Adequada discutindo, trocando experiências e projetos locais bem sucedidos de Educação Alimentar e Nutricional	Número de Palestras, reuniões e atividades práticas sobre SAN nas escolas Número de publicações sobre regulação e proteção do consumidor	Unidade	SDSTJDH
	Parcerias com Secretarias de Estado	Número de Oficinas de Plantio em pequenos espaços Número de feiras orgânicas em espaços e eventos da SDSTJDH	Unidade	SDSTJDH
	Realizar campanhas sobre temas da SAN, preferencialmente articuladas às campanhas nacionais.	Número de temas de campanha definidos	Unidade	SDSTJDH
	Semana da Alimentação RS	Número de eventos da Semana da Alimentação no Rio Grande do Sul Número de Participantes das atividades propostas pelo Governo	Unidade	SDSTJDH
6.2	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento	Número de Centro de Especialidade Odontológica	Unidade	SES
	Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional	Número de Gestores e servidores capacitados	Unidade	SEDUC
	Construção de Plataformas de Gestão, Desenvolvimento de Arquitetura da Informação e Ferramentas Integradas em Saúde	Gradu de implementação da unificação da base de dados	Percentual	SES
	Construir marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas do Estado, a partir	Número de Projetos piloto de educação alimentar	Unidade	SDSTJDH

	de projetos-pilotos nas escolas primárias			
	Educação em Saúde	Número de capacitações e eventos: em vigilância em saúde; para os trabalhadores envolvidos no SUS; para qualificação da atenção básica e linhas de cuidado; e, para servidores da SES Número de ações de Educação a distância por meio de suporte pedagógico	Unidade	SES
	Fortalecimento da Residência Integrada em Saúde	Grau de implementação da Política Estadual de Residência Integrada em Saúde Número de Residências Multiprofissionais em Saúde Número de Terceiros anos da Residência Multiprofissional em Saúde (R3) voltado à gestão	Percentual Unidade Unidade	SES
7.1	Apoio e Ampliação da Infraestrutura Rural	Número de Poços artesianos perfurados Número de Projetos de armazenamento de água e irrigação Número de redes de distribuição d'água instalada Número de Microaçudes irrigação Número de Cisternas	Unidade	SDR
	Elaboração de projetos, construção de açudes e capacitação de técnicos	Número de Técnicos e agricultores capacitados Número de barragens construídas	Unidade	SEAPI
	Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	Metros de rede de água assentada/substituída Volume de ampliação da capacidade instalada de tratamento de água Número de economias atendidas Volume de ampliação da reservação	Metros m ³ Unidade m ³	CORSAN
	Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Volume de ampliação da capacidade instalada de tratamento de esgoto Metros de Redes de esgoto assentadas Volume de ampliação do esgoto tratado	m ³ Metros m ³	CORSAN
	Gestão da Política Estadual de Saneamento	Número de Planos Municipais de Saneamento	Unidade	SOSH
	Programa de Saneamento (PROSAN)	Número de Rede sde abastecimento de água potável	Unidade	SES
	Mais Água mais Renda	Número de Projetos de irrigação - Mais Água Mais Renda Hectares de Área Irrigada - Mais Água Mais Renda Percentual de Projetos realizados - Mais Água Mais Renda Número de Reservatório construídos Hectares de Área alagada	Unidade Hectares Percentual Unidade Hectares	SEAPI
	Saneamento Básico para Pequenas Comunidades	Número de famílias beneficiada por convênio para implantação de sistema de abastecimento de água potável, e, ou sistema de esgotamento sanitário Número de Poços tubulares profundos perfurados	Unidade	SOSH

8.1	Apoio ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Número de Conselhos apoiados	Unidade	SDSTJDH
	Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN-RS	Número de Reuniões mensais da CAISAN-RS	Unidade	SDSTJDH
	Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional	Número de acompanhamento e apoio às conferências municipais/regionais Número de eventos da VII Conferência Estadual de SAN	Unidade	SDSTJDH
	Departamento de Assistência Social	Número de parcerias com assessoras em encontros regionalizados do DAS	Unidade	SDSTJDH
	Gestão do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	Número de gestores e/ou técnicos capacitados Número de municípios com implantação e implementação do SISAN	Unidade	SDSTJDH
	Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Número de Assessoramentos e Apoios Técnicos Número de Materiais informativos e formativo publicados e divulgados Grau de elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS/RS	Unidade Unidade Percentual	SDSTJDH
	Parceria com Universidades	Número de oficinas regionais de sensibilização para adesão ao SISAN	Unidade	SDSTJDH

7.2.2. Matriz de indicadores de avaliação de contexto e resultado de SAN

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DE CONTEXTO E RESULTADO DE SAN

Periodicidade de atualização: bianual (conforme disponibilidade nas fontes)

Data de apuração: 1º dez 2019

Forma de apuração: Consultas nos sistemas públicos de cada fonte indicada

DIMENSÃO DE ANÁLISE - Produção de Alimentos

Indicadores	Valor base	Unidades de medida	Data base	Fonte
Diversidade da produção de alimentos	7,6% - 87 itens 92,4% - 10 itens	Percentual e número de gêneros cultivados	2017	Produção Agrícola Municipal (IBGE)
Participação dos alimentos de origem vegetal na produção agrícola	0,2% leguminosas* 6,7% frutas* 8,2% cereais e tubérculos* 1,9% legumes e verduras* 2,5% outros itens alimentares* 81% commodities*	Percentual das quantidades produzidas	2017	Produção Agrícola Municipal (IBGE) Produção Pecuária Municipal (IBGE) Censo Agropecuário (IBGE) - Resultados preliminares

Participação da Agricultura Familiar na produção de alimentos	21% bovinos 27% ovos de galinhas 60% leite de vaca 71% suínos 82% aves 71% lavoura temporária A** 24% lavoura temporária B** 66% lavoura permanente** 81% horticultura**	Percentual das quantidades produzidas	2006	Censo Agropecuário (IBGE)
Diversidade na ocupação do espaço agrário voltado a produção agrícola	61% - soja 12% - arroz 26% - milho, trigo, aveia, fumo, cevada, uva, mandioca, feijão 0,01% - outros 35 itens das lavouras temporárias e permanentes	Percentual e número de gêneros cultivados	2017	Produção Agrícola Municipal (IBGE)
Área ocupada pela Agricultura Familiar na produção de alimentos	41%	Percentual de área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários	2006	Censo Agropecuário (IBGE)
Estabelecimentos da Agricultura Familiar envolvidos na produção de alimentos	86%	Percentual de estabelecimentos agropecuários	2006	Censo Agropecuário (IBGE)
Efetivação da Reforma Agrária	12.413	Famílias assentadas (acumulado)	2016	INCRA
Trabalhadores empregados na produção de alimentos	81% na Agricultura Familiar 37% mulheres	Percentual de trabalhadores	2006	Censo Agropecuário (IBGE)
Estabelecimentos agropecuários associados à cooperativas ou entidades de classe	11%	Percentual de estabelecimentos agropecuários	2017	Censo Agropecuário (IBGE) - Resultados preliminares
Uso de práticas sustentáveis na produção de alimentos	30% sem uso de agrotóxicos 1,1% agricultura orgânica	Percentual de estabelecimentos agropecuários	2017	Censo Agropecuário (IBGE) - Resultados preliminares
	1.952	Produtores orgânicos certificados (acumulado)	2017	MAPA/BRASIL

***Leguminosas:** Feijão, Ervilha, Fava; ***Frutas:** Uva, Maçã, Laranja, Melancia, Pêssego, Tangerina, Banana, Caqui, Melão, Limão, Pera, Figo, Maracujá, Goiaba, Abacaxi, Abacate, Mamão, Manga, Túngue, Marmelo;
***Cereais e tubérculos:** Mandioca, Batata-inglesa, Batata-doce, Trigo, Aveia, Cevada, Sorgo, Triticale, Centeio;
***Legumes e verduras:** Cebola, Tomate, Alho; ***Outros itens alimentares:** Cana-de-açúcar, Erva-mate, Linhaça, Amendoim, Noz, Girassol, Azeitona. ***Commodities:** Fumo, soja, arroz, milho.

****Lavoura temporária A:** abacaxi, abóbora moranga, alho, amendoim, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, gergelim, mandioca, melancia, melão, milho, tomate; ****Lavoura temporária B:** arroz, aveia, centeio, cevada, colza, girassol, soja, sorgo, trigo, triticale; ****Lavoura permanente:** frutas, erva-mate, café e temperos; ****Horticultura:** todos os itens da tabela 3410 do Censo Agropecuário (com exceção de sementes e mudas e outras formas de propagação).

DIMENSÃO DE ANÁLISE – Disponibilidade de alimentos

Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN	Valor base	Unidades de medida	Data base	Fonte
Potencial de abastecimento do mercado interno	3% mamão 7% inhame 8% batata-baroa 11% manga 12% chuchu 26% abacaxi 74% vagem 86% quiabo 90% azeitona 92% pimentão >100% outros itens avaliados*	Percentual de potencial de atendimento à demanda de consumo pela produção local	2008/2017	Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Censo Agropecuário (IBGE)
Capacidade de Armazenamento	1	Unidades Armazenadoras da CONAB	2018	CONAB
	16.630	Toneladas		
	4.781	Unidades Armazenadoras	2018	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
	29.387.605	Toneladas		
	15.532	Silos	2017	Censo Agropecuário (IBGE) - Resultados preliminares
	6.306.705	Toneladas (silos)		
	27.214	Armazéns convencionais e estruturais		
	1.599.117	Toneladas (Armazéns CE)		
	1.684	Armazéns graneleiros		
	608.297	Toneladas (Armazéns G)		
	604	Unidades infláveis		
26.940	Toneladas (Unidades infl.)			
Evolução dos espaços de comercialização de alimentos orgânicos	42 ecológicas (orgânicos) 47 mistas (orgânicos e convencionais)	Número de feiras	2014	Comissão Estadual de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul (CPOrg-RS)/GOVERNO RS
	92	Número de iniciativas de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos	2017	Mapa de Feiras Orgânicas (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)

* Milho verde (espiga), bananas, agrião, abobrinha, berinjela, beterraba, feijão-preto, cenoura, abacate, repolho, tomate, alface, morango, acelga, couve, melão, pêra, couve-flor, cebola, tangerina, batata-inglesa, maracujá, laranjas, leite de vaca, alho, limão, caqui, melancia, pêssego, batata-doce, maçã, mandioca, goiaba, arroz, uva, milho (em grão)

DIMENSÃO DE ANÁLISE – Renda e condições de vida

Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN	Valor base	Unidades de medida	Data base	Fonte
Evolução dos Índices de Desenvolvimento	0,751	Índice (IDESE)	2015	FEE
	0,746	Índice (IDHM)	2010	PNUD
	0,49	Índice (Índice de gini)	2017	PNAD (IBGE)
Evolução do PIB per capita	33.960,36	R\$	2015	IBGE
Evolução do rendimento médio domiciliar per capita	1.635,00	R\$	2017	IBGE
Razão dos rendimentos médios da população por gênero, etnia e situação do domicílio	0,68 (mulheres/homens) 0,62 (negros/brancos) 0,53 (rural/urbano)	Razão	2010	PNUD
Evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza	2,8% (pobreza) 1,2% (extrema pobreza)	Percentual de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza sobre a população total	2015	PNAD (IBGE)
Evolução da renda média domiciliar per capita da população em vulnerabilidade	35,37 (extremamente pobres) 86,53 (pobres) 163,78 (vulneráveis à pobreza)	R\$	2010	PNUD
Taxa de ocupação da população economicamente ativa	67,8 %	Percentual de pessoas economicamente ativas ocupadas	2015	PNAD (IBGE)
Taxa de formalização do trabalho	70,9%	Percentual de pessoas com trabalho formal	2017	PNAD Contínua (IBGE)

DIMENSÃO DE ANÁLISE – Acesso à Alimentação Adequada e Saudável, incluindo a água

Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN	Valor base	Unidades de medida	Data base	Fonte
Evolução da insegurança alimentar nos domicílios	11,2% (InSAN leve) 2,8% (InSAN moderada) 1,9% (InSAN grave)	Percentual de domicílios	2013	PNAD (IBGE)
Situação de vulnerabilidade das famílias à insegurança alimentar	76% (média vulnerabilidade) 19% (alta vulnerabilidade) 5% (muito alta vulnerabilidade)	Percentual de municípios com famílias em vulnerabilidade	2014	Mapa InSAN (CAISAN/BRASIL)

Participação percentual da despesa com alimentação	16%	Percentual das despesas da família	2009	POF (IBGE)
Evolução do Custo da Cesta Básica	419,81	R\$	ago/ 2018	DIEESE
	48%	Percentual do salário mínimo líquido		
Distribuição das calorias do consumo familiar	57,4% (carboidratos) 24% (açúcares) 15% (proteínas) 28% (lipídios)	Percentual de calorias por nutrientes	2009	POF (IBGE)
	34,6% (cereais e derivados) 3,3% (feijões) 2,3% (raízes e tubérculos) 14,1% (frutas) 2,3% (legumes e verduras) 0,9% (carnes) 12,6% (óleos e gorduras vegetais) 11,9% (açúcares e refrigerantes) 6,1% (refeições prontas)	Percentual de calorias por grupos alimentares		
Consumo de alimentos pelos adultos	25,4% (alimentos doces) 21,2% (refrigerantes) 52,4% (feijão) 34,5% (hortaliças e frutas)	Percentual de consumo regular de alimentos	2013	Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE)
Crianças com baixo peso ao nascer	14%	Percentual de crianças nascidas <2500g	2015	Sistema de Informações da Atenção Básica (MS/BRASIL)
Aleitamento materno exclusivo	70%	Percentual de crianças com até 4 meses	2015	Sistema de Informações da Atenção Básica (MS/BRASIL)
Acesso a fatores sociais, econômicos e culturais que afetam o consumo de alimentos	12% (limitado ou insuficiente)	Percentual de domicílios com responsáveis com rendimentos < ¼ de salário mínimo	2010	Censo Demográfico (IBGE)
	13% (alta densidade)	Percentual de domicílios com >5-15 moradores	2010	Censo Demográfico (IBGE)
	39%	Percentual de famílias cadastradas beneficiárias do PBF	2017	SAGI (MDS/BRASIL)
	50% (baixa escolarização)	Percentual de responsáveis pelos domicílios sem instrução ou com ensino fundamental incompleto	2010	Censo Demográfico (IBGE)
Acesso a condições que possam limitar a utilização biológica de nutrientes	89% (fossa séptica ou rede de esgoto)	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado	2015	PNAD (IBGE)
	92% (serviço de limpeza ou caçamba)	Percentual de domicílios com coleta de lixo adequada	2010	Censo Demográfico (IBGE)
Acesso à água	99%	Percentual de domicílios com abastecimento adequado de água	2015	PNAD (IBGE)
	93% (urbano) 37% (rural)	Percentual de domicílios com abastecimento	2010	Censo Demográfico (IBGE)

		adequado de água por situação do domicílio		
	95%	Percentual da população que recebe água tratada	2016	SISAGUA (MS/BRASIL)

DIMENSÃO DE ANÁLISE – Saúde, nutrição e serviços relacionados

Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN	Valor base	Unidades de medida	Data base	Fonte
Inadequação de peso e altura para idade em crianças <5 anos, por etnia	0,73% (peso muito baixo) 1,81% (peso baixo) 8,33% (peso elevado) 3,25% (altura muito baixa) 5,5% (altura baixa)	Percentual de crianças acompanhadas pelo PBF	2017	SISVAN (MS/BRASIL)
	55,9% (risco de sobrepeso, sobrepeso ou obesidade)	Percentual de crianças indígenas acompanhadas pelo PBF	2014	
Inadequação de IMC em adultos, por gênero e etnia	1,24% (baixo peso) 37,82% (sobrepeso) 21,1% (obesidade grau I) 6,75% (obesidade grau II) 3,34% (obesidade grau III)	Percentual de homens acompanhados pelo PBF	2017	SISVAN (MS/BRASIL)
	1,61% (baixo peso) 31,82% (sobrepeso) 21,89% (obesidade grau I) 10,48% (obesidade grau II) 6,24% (obesidade grau III)	Percentual de mulheres acompanhadas pelo PBF		
	82% (obesidade graus I a III)	Percentual de adultos 20>60 anos indígenas acompanhados pelo PBF	2014	SISVAN (MS/BRASIL)
Cobertura da Atenção Básica	47,1%	Percentual de domicílios cadastrados em USFs	2013	Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE)
Cobertura do acompanhamento de saúde das famílias beneficiárias do PBF	77%	Percentual de famílias acompanhadas	2017	SAGI (MDS/BRASIL)
Adequação do acompanhamento pré-natal de gestantes	76%	Percentual de nascidos vivos com >7 consultas pré-natal	2015	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/BRASIL)
Discriminação nos serviços de saúde	9,6%	Percentual de pessoas que referem sentimento de discriminação	2013	Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE)
Implementação do Controle Social no SUS	7,66% (ouvidoria) 97,98% (Conselhos Municipais de Saúde) 52,62% (Planos Municipais de Saúde)	Percentual de municípios	2013	Ministério da Saúde (BRASIL)

Mortalidade infantil	10,1	Óbitos/1000 nascidos vivos	2014	Sistema de Informações da Atenção Básica (MS/BRASIL)
Mortalidade geral	7,6	Óbitos/1000 habitantes	2015	PNUD
Óbitos por causas reduzíveis pela adequação da atenção à saúde	28% (gestação) 14% (recém-nascido) 8% (parto) 8% (promoção de saúde) 7% (diagnóstico e tratamento) 0% (imunização)	Percentual de óbitos evitáveis de crianças <5 anos	2015	Sistema de Informações da Atenção Básica (MS/BRASIL)
	14,9% (causas externas) 9,3% (doenças infecciosas) 49,5% (doenças não transmissíveis) 0,2% (morte materna) 0,1% (imunoprevenção)	Percentual de óbitos evitáveis de pessoas de 5 < 74 anos		
Prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e seus fatores de risco	26%	Percentual de óbitos prematuros em pessoas de 30 < 69 anos por DCNTs	2015	Sistema de Informações da Atenção Básica (MS/BRASIL)
	6,7% (asma) 2,2% (AVC) 3,3% (câncer) 13,2% (colesterol alto) 13,2% (depressão) 7,0% (diabetes) 22,0% (doença crônica de coluna) 5,3% (doença do coração) 3,8% (DORT) 24,9% (hipertensão arterial) 1,2% (insuficiência renal crônica)	Percentual de pessoas com diagnósticos de DCNTs	2013	Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE)
Evolução das taxas de mortalidade geral por grupos de causas principais	27% (doenças do aparelho circulatório) 21,91% (neoplasias ou tumores) 12,18% (doenças do aparelho respiratório) 9,39% (causas externas) 5,48% (doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas) 4,49% (doenças do aparelho digestivo) 4,19% (doenças infecciosas e parasitárias)	Percentual das causas de óbitos	2010	SES RS/DAS (GOVERNO RS)

DIMENSÃO DE ANÁLISE - Educação

Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN	Valor base	Unidades de medida	Data base	Fonte
Taxa de alfabetização	95,5%	Percentual da população com mais de 15 anos	2010	Censo Demográfico (IBGE)
Taxa de escolarização	96,4% (ensino fundamental) 64,1% (ensino médio)	Percentual da população em nível adequado à faixa etária	2016	IBGE
Consumo alimentar dos escolares	39,6% (feijão) 36,9% (legumes e/ou verduras) 32,6% (frutas frescas) 9,9% (salgados fritos) 37,1% (guloseimas) 26,1% (refrigerantes) 33,8% (ultraprocessados salgados) 50,8% (comida da escola)	Percentuais de alunos do 9º ano com consumo frequente	2015	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (IBGE)
Abastecimento de água nas escolas, por situação do domicílio	95,2% (rede geral) 4,2% (poço artesiano) 0,3% (cacimba/cisterna) 0,2% (rio/igarapé/riacho/córrego) 0% (sem abastecimento)	Percentuais de escolas no meio urbano	2016	Censo Escolar (INEP)
	35,1% (rede geral) 49,1% (poço artesiano) 10,9% (cacimba/cisterna) 2,9% (rio/igarapé/riacho/córrego) 2% (sem abastecimento)	Percentuais de escolas no meio rural		

DIMENSÃO DE ANÁLISE – Programas e ações relacionadas à SAN

Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN	Valor base	Unidades de medida	Data base	Fonte
Implementação do SISAN nos municípios	0,8%	Percentual de municípios aderidos	2017	SAGI (MDS/BRASIL)
	6% (CAISAN) 7% (COMSEA) 5,6% (realização de Conferências) 4,22% (Lei Municipal de SAN) 0,4% (PlaMSAN)	Percentual de municípios que atendem aos critérios de adesão	2017	OBSSAN-RS
Cobertura do Programa Bolsa Família, por faixa de renda per capita, e etnia	79,5% (> R\$ 85,00) 63,9% (R\$ 85,01 < 170,00) 7,31% (R\$ 170,01 < ½ salário) 0% (> R\$ ½ salário mínimo)	Percentual de famílias cadastradas beneficiárias	jul/ 2018	SAGI (MDS/BRASIL)
	72% (beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário) 69% (ciganas) 62% (atingidas por empreendimentos de infraestrutura) 61% (ribeirinhas) 60% (pertencentes a Comunidades de Terreiro) 59% (de agricultores familiares) 58% (acampadas) 54% (assentadas) 54% (de pescadores artesanais) 52% (quilombolas) 45% (extrativistas) 40% (com pessoa presa no sistema carcerário) 34% (em situação de rua) 33% (de catadores de material reciclável) 27% (indígenas)	Percentual de famílias de GPTEs cadastradas beneficiárias		
Número de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada	77.985 (idosos) 123.233 (pessoas com deficiência)	Pessoas com renda mensal per capita inferior a 1/4 salário mínimo	mai/ 2018	SAGI (MDS/BRASIL)
Evolução do número de Equipamentos Públicos de SAN	5 (Bancos de alimentos) 22 (Cozinhas Comunitárias) 5 (Restaurantes populares) 46 (Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar)	Número de equipamentos públicos em funcionamento (acumulado)	2018	SAGI (MDS/BRASIL)

Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar	2.013.404 (geral) 6.791 (indígenas) 6.269 (quilombolas)	Número de estudantes atendidos	2016	FNDE
	32%	Percentual destinado à compra de gêneros alimentícios da AF	2015	FNDE
Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos	291 (PAA municipal) 10 (PAA estadual) 74 (PAA Conab/MDS)	Número de entidades que receberam alimentos	2015	SAGI (MDS/BRASIL)
	5.703	Número de agricultores fornecedores		
Implementação da Assistência Técnica e Extensão Rural	33.604	Número de agricultores familiares atendidos	2017	SIM (SEAD/BRASIL)
Implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	206.421	Número de contratos do PRONAF	2017	SIM (SEAD/BRASIL)S
Implementação do Programa Bolsa Verde para GPTEs	0	Número de famílias beneficiárias	2017	SAGI (MDS/BRASIL)
Implementação do Programa de Fomento para GPTEs	227	Número de famílias beneficiárias (acumulado)	2017	SAGI (MDS/BRASIL)
Distribuição de cestas de alimentos para GPTEs	14.349 (indígenas) 1.198 (quilombolas)	Número de cestas de alimentos	2018	SAGI (MDS/BRASIL)
	5.055 (indígenas) 599 (quilombolas)	Número de famílias atendidas		
Implementação do Programa de Universalização do Acesso à Água	40 (água para consumo) 821 (água para produção) 0 (água para consumo nas escolas)	Número de cisternas construídas (acumulado)	2018	SAGI (MDS/BRASIL)

7.2.3. Matriz de indicadores de Avaliação de Atendimento de metas

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DE ATENDIMENTO DE METAS

Periodicidade de atualização: bianual

Data de apuração: 1º dez 2019

Forma de apuração: Cálculo de percentual sobre dados consultados via SISPLAG (indicadores quantitativos) ou direta aos órgãos responsáveis (avaliação qualitativa)

Unidade de medida: para os indicadores quantitativos utilizar Percentual; não se aplica para avaliação qualitativa

Valor inicial (data base): não se aplica; para os indicadores quantitativos, parte do zero e deve ser comparado com o valor de cada meta estabelecida (conforme quadros do item 3.4 do Plano de Ação); para avaliação qualitativa, não serão utilizados valor numéricos, análise subjetiva.

DESAFIO 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade às pessoas e populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 1.1	Contribuição das ações para promoção do acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, auxiliando no crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e ao formação de práticas alimentares saudáveis.	SEDUC
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 1.2	Contribuição das ações para assegurar melhores condições socioeconômicas e acesso a alimentação saudável às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA.	SES, SEMA. SDSTJDH
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 1.3	Contribuição das ações para promoção do intercâmbio de experiência, informações e conhecimentos em saúde e alimentação e nutrição.	SES

DESAFIO 2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e implementar projetos e ações de inclusão produtiva e geração de renda junto aos grupos populacionais específicos, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 2.1	Contribuição das ações para ampliação de projetos e ações de combate à insegurança alimentar, de inclusão produtiva e geração de renda de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.	SEAPI e SDR

DESAFIO 3 - Promover políticas de acesso à terra e ao território como medidas estruturantes de promoção da segurança alimentar e nutricional.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 3.1	Contribuição das ações para legalização das propriedades através da regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e públicos especiais que não possuem concessão de uso e transferência de título de propriedade (titulação) das áreas do Estado onde estão produzindo	SEMA e SDR

DESAFIO 4 - Promover a produção de alimentos saudáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica e sustentável.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 4.1	Contribuição das ações para promoção da produção de alimentos saudáveis, com base na estruturação da agricultura familiar, formação de agricultores e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica e sustentável.	SEMA e SDR

DESAFIO 5 - Estruturar sistemas de abastecimento articulados e descentralizados que facilitem a circulação e distribuição de alimentos saudáveis próximos da população.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 5.1	Contribuição das ações para o estabelecimento de sistemas de abastecimento articulados e descentralizados, com redes interorganizacionais e eventos de formação para o fortalecimento do cooperativismo e a promoção de assistência técnica e extensão rural e social, para facilitar a circulação e distribuição de alimentos saudáveis próximos da população.	CEASA e SDR

DESAFIO 6 - Respeitar e promover a alimentação adequada e saudável da população mediante processos permanentes de educação alimentar e nutricional e medidas de regulação e proteção.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 6.1	Contribuição das ações para promoção da educação alimentar e nutricional por meio de palestras, cursos, reuniões e atividades práticas com públicos específicos, campanhas abertas à população e elaboração de propostas para regulação de leis em defesa do consumidor .	SDSTJDH
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 6.2	Contribuição das ações para promoção da educação em saúde e nutrição, construção de plataformas de gestão para o desenvolvimento de arquitetura da informação, ferramentas integradas em saúde e alimentação e nutrição, e construção de marco conceitual de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas, a partir de projetos pilotos nas escolas.	SES, SEDUC, SDSTJDH

DESAFIO 7 - Garantir a disponibilidade hídrica e o acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 7.1	Contribuição das ações para garantia da disponibilidade e acesso à água para consumo humano, especialmente nas áreas rurais, bem como garantir água para a produção de alimentos e expansão e melhoria do esgotamento sanitário.	SDR, SEAPI, CORSAN e SOSH

DESAFIO 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado, fortalecendo seus componentes e aperfeiçoando a gestão intersetorial e a participação social em sua construção.

Indicadores quantitativos	Avaliação qualitativa	Responsáveis (fonte)
Percentuais de atendimento das metas estabelecidas para os produtos do Objetivo 8.1	Contribuição das ações para o fortalecimento dos componentes do SISAN-RS (CAISAN, CONSEA, Conferências) e da implementação do Sistema nos municípios, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, respeitando o princípio da participação social e a intersectorialidade.	SDSTJDH

8. PROPOSTA DE CARTEIRA DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE SAN E DO PLANO PLURIANUAL DO ESTADO 2020-2023

As condições em que os alimentos serão disponibilizados são essenciais para a segurança alimentar e nutricional, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade. As formas de produção e armazenamento, bem como de distribuição dos alimentos afetam a condição nutricional das pessoas.

Tabela 3: Equipamentos públicos de SAN no RS

Equipamentos Públicos de SAN	Em funcionamento	Em instalação	Paralisado
Bancos de alimentos	5	2	0
Cozinhas Comunitárias	22	3	2
Restaurantes populares	5	0	0
Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar	46	4	0

Fonte: MDS, 2018.

As Políticas Públicas Estaduais têm contemplado políticas, programas e ações relacionados à segurança alimentar e nutricional. Elas vêm sendo ampliadas conforme o crescimento do debate e a ampliação do compromisso com esta temática. Alguns desses programas e ações, enriquecidos por novas propostas provenientes da leitura do cenário atual, serão destacados e deverão compor as propostas para o Plano Estadual de SAN 2020-2023 e o PPA 2020-2023. Antes de sua apresentação faz-se uma breve contextualização das principais questões diagnosticadas e que embasaram os desafios seguidos das proposições de programas e projetos/ações.

DESAFIO 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade às pessoas e populações que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Este desafio visa assegurar condições de acesso da população à alimentação saudável, em quantidade e qualidade, respeitando a cultura alimentar, direcionada especialmente às famílias pobres e extremamente pobres, através de políticas, programas e ações que garantam a transferência de renda, equipamentos públicos que ofereçam alimentos a preços subsidiados e alimentação saudável nas escolas públicas, combinado com assistência social e à saúde, propiciando a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a realização do direito à alimentação previsto no artigo 6º da Constituição Federal. Algumas informações descritas no diagnóstico da situação

da SAN no Rio Grande do Sul, relacionadas às situações-problema identificadas, ilustram essa realidade em relação ao acesso à alimentação.

Segundo a FEE, embora a pobreza, em números absolutos, encontre maior expressão nos grandes centros urbanos do RS, em termos proporcionais ela se manifesta com mais força no meio rural.

Observa-se um cenário de pobreza extrema de maior proporção em municípios das regiões Norte e Noroeste do Estado, com economia de base agrícola e alto percentual de indígenas na composição de sua população total (FEE, 2013).

A atual situação de segurança e insegurança alimentar e nutricional (InSAN) no Estado tem como sua principal causa a falta de acesso aos alimentos pelos grupos sociais mais vulnerabilizados. Foi evidenciada a ampliação dos domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional no período avaliado, porém houve estagnação do percentual de domicílios em situação de InSAN grave, que de 2009 a 2013, caiu apenas de 2% para 1,9%. Os grupos sociais mais afetados são, em geral, mulheres, comunidades indígenas, populações negras, quilombolas e agricultores (MAPAINSAN, 2014).

Em 2017 o percentual de cobertura do Programa Bolsa Família em relação ao Cadastro Único foi de 39%, de modo que 564.017 famílias cadastradas não recebiam o benefício. Esta taxa não é alcançada por 225 municípios do Estado, sendo que 44% deles estão concentrados na RF9, 23% na RF7 e 19% na RF2, com apenas 2% de cobertura nos municípios de Poço das Antas (RF2), Três Arroios (RF9) e Vespasiano Correa (RF2).

Segundo o Sistema de Informação de Atenção Básica/MS (2015), das 70.699 crianças acompanhadas, 30% não receberam aleitamento materno exclusivo até os 4 meses de idade, com maiores percentuais observados nos municípios da RF9.

No acompanhamento de saúde das famílias que acessam o Programa Bolsa Família, em dezembro de 2017 a cobertura alcançou 77% no Estado (MDS). Os dados de 2017 da Matriz de Informação Social/SAGI/MDS (2018) mostram os menores percentuais de cobertura nas Regiões Funcionais 1 e 5, com 12 e 5 municípios, respectivamente, com taxas menores de 50%. Ao analisar-se o Programa com dados do Cadastro Único (MDS, data de referência julho/2018), no Estado há um total de 1.004.804 famílias cadastradas, das quais 36% acessam ao Programa.

De acordo com o MDS (maio de 2018), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) atende 77.985 idosos e 123.233 pessoas com deficiência. Este benefício garante a transferência de 1 (um) salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais, e às pessoas com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de serem sustentadas pela família, com renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. Os equipamentos públicos de SAN são também importantes para a alimentação desses segmentos sociais.

A alimentação escolar requer atenção especial e a escola deve ser um espaço que possibilite uma alimentação saudável e adequada. Inclusive deve identificar alunos que precisam de alimentação especial, oferecendo-lhes opções de

alimentação saudável. A escola precisa oferecer informações e conhecimentos sobre os alimentos e as necessidades alimentares, mostrar os problemas causados pelos alimentos ultraprocessados e fomentar a alimentação saudável e adequada.

A ausência de renda é um fator que impacta sobre a segurança alimentar e nutricional, pois em grande parte das situações há disponibilidade de alimentos, porém a falta de renda e a sua distribuição injusta impede o acesso a esses alimentos por grande parte da população (BELIK, 2003).

No Rio Grande do Sul há dois fatores importantes em relação à renda e emprego que contribuem para o aumento da pobreza e, conseqüentemente, para o risco à segurança alimentar e nutricional: a diminuição das pequenas propriedades, que geralmente são produtoras de alimentos e a redução do número de estabelecimentos no Rio Grande do Sul (IBGE, 2017); e o aumento da taxa de desocupação e de trabalho informal (Agenda 2020).

Os equipamentos públicos são importantes para que as populações mais vulnerabilizadas, como a população em situação de rua, possam ter acesso a alimentos saudáveis e adequados a um custo acessível. Esses equipamentos públicos são configurados como políticas de promoção e acesso à alimentação adequada e precisam ser localizados próximos aos locais onde essas populações moram ou transitam.

No Rio Grande do Sul, segundo o MDS, existem 78 equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional ativos, 9 em fase de instalação e 2 paralisados. Entretanto, o CONSEA-RS propõe que é necessário maior efetividade desses equipamentos e ampliação do número de equipamentos públicos para dar maior cobertura no Estado, especialmente restaurantes, cozinhas e bancos de alimentos.

Em relação ao acesso à água em quantidade e qualidade, o Rio Grande do Sul tem uma das maiores disponibilidades de águas superficiais, contando com 3 grandes bacias coletoras: a bacia do Uruguai, a do Guaíba e a Litorânea. A bacia do Uruguai, que faz parte da Bacia do Rio da Prata, abrange cerca de 57% da área total do Estado; a bacia do Guaíba abrange 30% da área do Estado e a Bacia Litorânea abrange 13% do total.

A gestão dos recursos hídricos alcançou importantes avanços com a instalação dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, cujo trabalho visa definir instrumentos de planejamento e gestão dos recursos hídricos, promovendo a sua recuperação e conservação. Das 23 sub-bacias do Estado, 15 contam com Comitês instalados e operantes, 4 apresentam comissões provisórias - Butuí-Piratinim-Icamaquã, Passo fundo-Várzea, Mirim-São Gonçalo e Litoral Médio - e 4 são bacias compartilhadas que necessitam de tratamento especial - Quaraí, Negro, Jaguarão, Mampituba (Atlas socioeconômico).

Um indicador importante para avaliar o acesso à água trata da adequação do abastecimento domiciliar. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), 85% dos domicílios estavam ligados à rede geral de abastecimento de água, taxa superior à observada em 2000 de 79%, posicionando o Rio Grande do Sul no 6º lugar entre os

estados que apresentaram os maiores índices de atendimento deste serviço, superando a taxa nacional. Nesse âmbito conforme a PNAD (IBGE, 2015), mais de 99% dos domicílios têm abastecimento adequado de água; e a pesquisa SISAGUA (MS, 2016) aponta que 95% da população recebe água tratada. Entretanto, apesar dos dados demonstrarem um quadro positivo no total do Estado, em uma análise a partir da situação dos domicílios percebem-se diferenças significativas. Enquanto no meio urbano 93% contavam com abastecimento adequado de água (ligação à rede geral), nos domicílios rurais esse percentual cai para apenas 37%, sendo que 221 municípios (45% do RS) apresentam taxas ainda menores (em sua maioria localizados na RF9, RF1 e RF8) (IBGE, 2010).

Para responder ao desafio de acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade às pessoas e populações que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional, elegeu-se três programas, que articulam projetos/ações:

- 1) Programa “Acesso à alimentação saudável e adequada para populações em situação de vulnerabilidade”, que articula projetos/ações dirigidas à promoção de acesso a alimentos em quantidade e qualidade para essas populações, com especial atenção nas regiões e áreas identificadas no diagnóstico como de maior incidência de pobreza e insegurança alimentar. Este programa prevê agregar algumas propostas do PPA 2016-2019, que não se esgotaram no período e sua continuidade foi considerada importante na opinião de conselheiros do CONSEA-RS e de técnicos/gestores consultados, por exemplo a ampliação do número de equipamentos públicos de SAN em funcionamento
- 2) Programa “Alimentação Saudável e Adequada nas Escolas Públicas”, com projetos/ações que contribuem para a educação alimentar por meio de um processo que possibilite aulas dinâmicas sobre a importância dos alimentos, associadas a experiência prática dos alunos na produção de alimentos em hortas, com utilização desses alimentos na alimentação escolar.
- 3) Programa “Melhoria da qualidade dos alimentos”, por meio de projetos/ações presentes no PPA 2016-2019; e campanhas envolvendo trabalho conjunto e coordenado por mais de uma secretaria/setor governamental.

No quadro a seguir expõe-se a síntese dessas propostas de programas, projetos/ações:

Quadro 11 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 1

Programas	Projetos/ações	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Acesso à alimentação saudável e adequada para as populações em situação de vulnerabilidade.	Acesso a alimentos junto à Assistência Social dos municípios.	Criação de pronto acesso a alimentos saudáveis junto à Assistência Social dos municípios para atender a população em situação de inSAN, migrantes e imigrantes, idosos, especialmente na RF7 e RF2.	SDSTJDH	Fundo de Combate à Pobreza do RS
	Ação de distribuição de alimentos	Ação complementar ao Programa Nacional de Distribuição de Alimentos para populações em situação de inSAN, especialmente imigrantes, população em situação de rua, com especial atenção aos idosos.	SDSTJDH Prefeituras municipais	CEASA
		Criação de serviço específico de atendimento com distribuição de alimentos para a população em situação de rua e para idosos.	SDSTJDH Prefeituras municipais	
	Equipamentos Públicos de SAN, especialmente nas regiões e áreas próximas à moradia ou ao local onde circulam as populações mais vulnerabilizadas.	Instalação e manutenção de restaurante popular, cozinhas comunitárias, padarias comunitárias, hortas comunitárias e bancos de alimentos.	SDSTJDH, Prefeituras municipais	CEASA e iniciativa privada
	Ampliação e complementação do PBF, especialmente nas RF7 e RF2.	Ampliação e fortalecimento da Rede Socioassistencial, com ampliação do PBF em relação aos inscritos no CADÚNICO, priorizando os municípios de Poço das Antas (RF2), Vespasiano Correa (RF2) e Três Arroios (RF9).	SDSTJDH, Prefeituras municipais	

	Alimentação para portadores de necessidades especiais (celíacos, diabéticos, etc).	Inclusão de opções de alimentação em Equipamentos Públicos de SAN e escolas públicas.	SDSTJDH e municípios	SES
	Criação de mecanismos para garantir alimentação adequada aos idosos.	Garantir o BPC e outros mecanismos de atenção ao idoso e ao deficiente físico e mental.	SDSTJDH e municípios	SES
	Aleitamento materno para crianças de até 6 meses	Promoção de palestras, campanhas nos postos de saúde, hospitais e em centros comunitários, bem como a criação de bancos de aleitamento materno nas áreas mais carentes do Estado.	SES	SDSTJDH
	Ampliação da rede de abastecimento de água para a área rural.	Ampliação da rede de abastecimento de água para os domicílios rurais, especialmente das áreas RF9, RF1 e RF8.	SDR SEAPI	
	Controle da qualidade da água, especialmente nas áreas rurais.	Monitoramento da qualidade da água para consumo humano e animal e para a produção de alimentos.	SES/VIGIÁGU A SEAPI SDR SEMA	
Alimentação saudável e adequada na escola pública	Produtos orgânicos na alimentação escolar.	Introdução progressiva no cardápio escolar da rede pública estadual de alimentos orgânicos.	SEDUC	EMATER, EMBRAPAe SEAP
	Uso de alimentos provenientes da agrobiodiversidade local na alimentação escolar.	Valorizar alimentos da agrobiodiversidade local, incluindo os mesmos na alimentação escolar e nos conteúdos das aulas e palestras com convidados.	SEDUC	EMATER, ONGs
	Hortas escolares	Instalação de hortas com a participação dos alunos para produzir alimentos para usar na alimentação escolar.	SEDUC	SDR
	Educação Alimentar e Nutricional.	Inclusão de aulas e palestras sobre alimentos e	SEDUC	SDR

		alimentação saudável.		
	Água de qualidade nas escolas, especialmente nas escolas rurais.	Gestão, análise e tratamento da água para o consumo dos discentes e docentes	SEDUC	
Melhoria da qualidade dos alimentos	Controle do uso de agrotóxicos.	Revisão do Decreto Estadual nº 53.888 de 16 de janeiro de 2018 para assegurar o DHAA, a proteção à saúde e ao meio ambiente.	SDSTJDH, SES e SEMA	CEVS, FGCIA, MP
	Continuidade da fiscalização nas propriedades sobre o uso de agrotóxico.	Inspeção nas propriedades e exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado.	SEAPI Prefeituras SES e SEMA	
	Continuidade e ampliação das ações do PLEAPO.	Discutir a continuidade e ampliação das ações do PLEAPO, com especial atenção às regiões e locais mais vulneráveis.	SDR Prefeituras	
	Campanhas em meio ao público em geral sobre alimentação saudável e adequada.	Essas campanhas seriam divulgadas nos equipamentos alimentares e escolas públicas, publicizadas em programas de rádio, televisivos e mídia social.	SES, SDR, SDSTJDH.	

DESAFIO 2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e implementar ações de inclusão produtiva e de geração de renda junto aos grupos populacionais específicos, povos indígenas, população negra, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Na perspectiva da alimentação como direito, conforme instituído no Art. 6º da Constituição Federal - embora se reconheça o papel das *commodities* na balança comercial do Estado - as ações voltadas ao desenvolvimento econômico não podem deixar de lado o desenvolvimento social e humano, com a garantia da produção de alimentos para a população.

Os dados disponíveis para mostrar a contribuição da agricultura familiar do Rio Grande do Sul para a alimentação são de 2006. Mesmo que necessitem de atualização, eles permitem evidenciar que a opção pela agricultura familiar indica as condições e os meios necessários para alcançar a SAN. Apesar de não ser possível aferir o quanto esses alimentos efetivamente são consumidos pela população, os itens

de maior participação da agricultura familiar em 2006 correspondem a gêneros que fazem parte da cultura alimentar local. Isso mostra a importância da promoção de condições objetivas para fortalecer a agricultura familiar, com práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente e propiciem à população alimentação saudável, combinadas com as práticas voltadas para a exportação, sem que esta última impossibilite a primeira.

Um aspecto relevante para a segurança alimentar e nutricional é a diversidade do processo produtivo. Pois, além de proporcionar a variedade de alimentos e micronutrientes, a diversidade proporciona também a valorização da biodiversidade e das culturas alimentares regionais.

O diagnóstico mostra que das 46 variedades cultivadas nas lavouras acompanhadas pelo IBGE (PAM), nos últimos 10 anos houve redução da diversidade produtiva, enquanto a produção total obteve um crescimento de 39% de 2006 a 2017, mas 94% desse percentual refere-se apenas à ampliação das toneladas de soja produzidas no Estado. Em 2017, 87 variedades de alimentos (hortaliças, frutas, legumes e alguns cereais de menor expressão) representaram apenas 7,6% da produção agrícola, enquanto 92,4% da produção correspondem a apenas 10 itens cultivados (IBGE, 2006; 2017).

O uso excessivo de agrotóxicos e o alongamento das cadeias produtivas têm que ser observados e fiscalizados, pois resultam em alimentos contaminados e trabalhadores doentes pelo contato com as substâncias utilizadas. Os parâmetros nutricionais e de saúde não podem ser esquecidos em favor da alta produtividade.

No meio rural as mulheres apresentam maior vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, com maior probabilidade de serem pobres, embora estejam diretamente envolvidas com a produção. Em algumas situações permanece sua dificuldade no acesso às políticas públicas voltadas para agricultura familiar, cabendo atenção para garantir que elas saiam da situação de invisibilidade (SILIPRANDI, 2011).

No Rio Grande do Sul, 37% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários eram mulheres em 2006. Além de 87% das 460.910 agricultoras estarem empregadas na agricultura familiar, as mulheres correspondiam a 40% do pessoal ocupado na agricultura familiar, distribuídas especialmente em estabelecimentos de até 100 ha (93% das agricultoras), demonstrando sua expressividade na produção de alimentos para a Soberania e SAN (IBGE, 2017).

As populações indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais estão incluídos, via de regra, nas populações com maiores índices de pobreza. Em decorrência da situação de pobreza e de suas condições de vida, no Rio Grande do Sul os grupos sociais apontados como os mais afetados pela insegurança alimentar são, em geral, mulheres, comunidades indígenas, populações negras, quilombolas e agricultores (MAPAINSAN, 2014).

Para responder ao Desafio 2, da mesma forma que o Desafio 1 articula-se programas e projetos/ações que já constavam no PPA 2016-2019 e que foram

considerados importantes para dar continuidade, com novas proposições para os quatro anos (2020-2023). Propõe-se, então, quatro programas, com seus respectivos projetos/ações:

- 1) Aumento da diversidade produtiva;
- 2) Inclusão produtiva e geração de renda para grupos populacionais específicos;
- 3) Mulheres e SAN;
- 4) Apoio a imigrantes e respeito à diversidade cultural, com valorização dos conhecimentos tradicionais e étnicos locais.

O quadro a seguir aponta programas e projetos/ações sugeridos para dar continuidade ou incluir no próximo plano de segurança alimentar e nutricional e no PPA 2020-2023:

Quadro 12 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 2

Programas	Projetos	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Aumento da diversidade produtiva	Troca-troca de sementes crioulas entre as comunidades para estimular e viabilizar diversidade na produção.	Apoio e fortalecimento de redes de produção e trocas de sementes para a garantia da SAN e ampliação da diversidade de sementes crioulas para autoconsumo.	SDR	SDSTJDH, SEAPI, EMATER, ONGs
	Intercâmbio de conhecimentos e informações sobre produção agroecológica.	Apoio para a realização de visitas entre comunidades rurais, incluindo as populações e áreas mais vulnerabilizadas.	SDR	SDSTJDH, SEAPI, EMATER, ONGs
	Promoção de eventos para discutir a produção de base ecológica e agroecológica.	Realização de cursos e palestras para formação e informação sobre agroecológica, considerando visão sistêmica, diversidade, e produtos locais.	SDR	SDSTJDH, SEAPI, EMATER, ONGs
Inclusão produtiva e geração de renda para grupos populacionais específicos.	Apoio às políticas de compras institucionais da agricultura familiar.	Ampliação das compras dos produtos da agricultura familiar e apoio à produção de alimentos pelo PAA - Modalidade Doação Simultânea.	SDR	SDSTJDH, SEAPI, EMATER, ONGs

	Criação de uma carteira de projetos de apoio à geração de renda para públicos específicos, especialmente para os municípios e localidades considerados com maior incidência das populações em situação de vulnerabilidade.	Apoio a projetos para a produção de alimentos e comercialização do excedente em comunidades indígenas, quilombolas, pescadores, populações negras e agricultores familiares, especialmente para as RF2, RF7 e RF9.	SDR SDSTJDH e municípios	
	Fortalecimento etnosustentável e desenvolvimento socioeconômico de comunidades indígenas.	Ampliação de projetos e ações de combate à insegurança alimentar e nutricional, inclusão produtiva e geração de renda para povos indígenas.	SDR	
	Desenvolvimento e apoio socioeconômico de comunidades quilombolas.	Apoio a projetos que visem a geração de renda para as comunidades quilombolas.	SDR	
	Continuidade do Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura.	Apoio à construção de viveiros e projetos para proteção e desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura.	SDR	
Mulheres e SAN	Mulheres e a produção de alimentos para a segurança alimentar e nutricional	Projetos/ações demandados por grupos de mulheres para a produção de alimentos, artesanato e quintais produtivos.	SDSTJDH	EMATER, SDR, SEDUC, SES
		Cursos e troca de experiências entre mulheres rurais e urbanas.	SDR/ SDSTJDH	EMATER, SEDUC, SES
		Apoio para a participação de mulheres em feiras e exposição para comercialização de seus produtos.	SDR/ SDSTJDH	EMATER, SEDUC, SES
Apoio a imigrantes e respeito à diversidade cultural, com valorização dos conhecimentos	Acolhimento integral às populações imigrantes.	Acompanhamento e inclusão das populações imigrantes (considerando hábitos e culturas alimentares, trabalho e moradia).	SDSTJDH	SEDACTEL, SEDUC, SES, SOSH

tradicionais e étnicos locais.	Respeito às diferentes culturas alimentares de indígenas, pescadores e quilombolas.	Atenção às culturas alimentares em projetos e ações afetos à SAN, ouvindo o público envolvido na distribuição de alimentos ou sementes.	SDR	SEDACTEL
	Conhecimentos tradicionais e étnicos	Incentivo e valorização dos conhecimentos tradicionais e étnicos locais nas questões alimentares.	SEDACTEL	SEDUC, SES, SDR, Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais

DESAFIO 3 - Promover políticas de acesso à terra e ao território como medidas estruturantes de promoção da SAN.

Para a produção de alimentos e a segurança alimentar e nutricional é fundamental que os agricultores familiares, quilombolas e povos e comunidades tradicionais tenham garantido o direito à terra e ao território para produzir e se reproduzir socialmente. A territorialidade é muito importante para a preservação da cultura dessas comunidades e populações, pois permite que elas se percebam em determinado espaço a partir de sua cultura e na constituição de suas referências e identitárias. Com a perda da cultura elas perdem também suas práticas de cultivos e a cultura alimentar, tornando-se dependentes de políticas assistenciais que são necessárias, mas pouco favorecem sua autonomia e SAN.

O acesso à terra e à territorialidade reflete na análise da SAN pela ótica da equidade e inclusão social, uma vez que a impossibilidade deste acesso está relacionada a situações de pobreza e pobreza extrema (CARVALHO FILHO, 1995).

O Censo de 2017 evidencia a redução de 21% do total dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul, havendo um acréscimo de 988 estabelecimentos com área maior de 500 hectares que ocupam 49% da área total. Isso significa uma crescente concentração das médias e grandes propriedades em relação ao Censo de 2006 e aumenta o risco para a produção de alimentos, uma vez que as médias e grandes propriedades estão mais voltadas à agricultura de exportação do que à produção para o abastecimento alimentar interno. De acordo com o INCRA, o número de famílias assentadas nos últimos 10 anos não apresentou mudanças significativas. Diante dessa situação e da importância da terra e da territorialidade sugere-se os programas e projetos que seguem:

Quadro 13 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 3

Programas	Projetos	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Programa Estadual de Reforma Agrária	Assentamento de famílias sem terra	Promoção de acesso à terra a famílias de agricultores familiares e camponeses sem terra.	SDR	SEAPI, INCRA
	Distribuição de cestas de alimentos	Garantia de distribuição de cestas de alimentos às famílias acampadas e recentemente assentadas.	SDR	SEAPI, CEASA, INCRA
	Reassentamento de agricultores familiares	Agilização de medidas de indenização das benfeitorias e reassentamento ou indenização das famílias que estão em áreas indígenas e quilombolas.	SDR	SEAPI, FUNAI, INCRA, Casa Civil

DESAFIO 4 - Promover a produção de alimentos saudáveis e o fortalecimento da agricultura familiar com a dinamização de sistemas de produção de base agroecológica e sustentável.

Em 2011 a produção orgânica no Estado ultrapassava 10 mil hectares de área e abrangia 134 municípios, abrangendo 27% dos municípios do Rio Grande do Sul e mais de 1.200 famílias produzindo mais de 220 espécies vegetais em sistemas de produção orgânica. As dez espécies mais cultivadas eram: cebola, uva, tomate, cenoura, beterraba, feijão, banana, batata doce, milho e laranja (PLEAPO, 2016/19).

Os resultados preliminares do Censo de 2017 apontam uma queda de 52% no número de estabelecimentos com prática de agricultura ou pecuária orgânica desde 2006, passando de 1,7% (8.532 estabelecimentos) para 1,1% (4.140 estabelecimentos) (IBGE, 2017). Segundo o MAPA (*Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos*, 2017), os produtores orgânicos certificados até agosto de 2017 eram 1.952 e a Emater-RS observa que dos 493 municípios por ela atendidos, 445 vêm desenvolvendo atividades de base ecológica.

A Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS) indica que em 2015 existiam 4,2 mil hectares de arroz orgânico distribuídos em 16 assentamentos, abrangendo 460 unidades de produção. A instituição conta ainda com sete unidades de beneficiamento certificadas, com estruturas de secagem e armazenagem e uma unidade de beneficiamento de sementes certificadas. Por sua

vez, no Estado 434 famílias trabalham com o cultivo orgânico de parreiras em 672 hectares, dos quais 458 hectares são certificados, 123 hectares estão em processo de conversão e 91 hectares em implantação. Os principais canais de comercialização do arroz e das hortícolas e frutas orgânicas são: 90% via PAA e PNAE e 10% por venda direta (PLEAPO, 2016).

A agrobiodiversidade é definida como o conjunto de espécies da biodiversidade utilizada pelas comunidades locais, povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares. Diferentes comunidades conservam, manejam e utilizam os componentes da agrobiodiversidade no RS, sendo as sementes crioulas ferramentas importantes para o fortalecimento da agricultura familiar e o alcance da sustentabilidade e estratégias de soberania, segurança alimentar e nutricional dos povos (PLEAPO, 2016). No Rio Grande do Sul as sementes crioulas são importantes para o fortalecimento da agricultura familiar e o alcance da sustentabilidade e estratégias de soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades. Até 2012 foram identificados 140 guardiões da agrobiodiversidade, individualmente ou associados, agricultores familiares, quilombolas ou de comunidades indígenas, em 29 municípios. Existe um grande número de feiras de sementes e de comercialização de produtos orgânicos em todo Rio Grande do Sul, como forma de atingir agricultores familiares e o público consumidor urbano que recorre às feiras como forma de acessar alimentação saudável.

Segundo o CONSEA (2010; 2015), a insegurança alimentar e nutricional não se refere apenas à dificuldade para adquirir alimentos saudáveis, mas também ao crescente acesso a alimentos de baixa qualidade nutricional, aliado ao aumento dos alimentos contaminados com agrotóxicos, a diminuição da diversidade da produção agrícola que afeta a variedade de micronutrientes disponíveis que podem ser aprimoradas por meio da produção local agroecológica, valorizando culturas regionais e ampliando o acesso a alimentos de alto valor nutricional. Embora ainda incipientes no Estado do Rio Grande do Sul, essas formas de cultivo apresentam potencial e demandam atenção pela agenda de SAN.

O quadro a seguir apresenta algumas sugestões que podem subsidiar a elaboração do próximo PPA e do próximo Plano Estadual de SAN como, forma de responder a essas preocupações.

Quadro 14 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 4

Programas	Projetos	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Regulação do uso de agrotóxicos	Instituição de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos.	Áreas de domínio público*, estadual estratégicas, visando a defesa do meio ambiente e o cultivo de produtos orgânicos, agroecológicos e plantas medicinais, destinadas à alimentação e à fabricação de medicamentos fitoterápicos e homeopáticos para o atendimento a saúde da população.	SEMA e SEAPI	EMATER, EMBRAPA, COAMA, SEAPI, MP
Educando e provendo a SAN com hortas escolares	Hortas escolares como uma política pública de SAN.	Instituição de hortas escolares como uma política pública de SAN estadual e municipal.	SEDUC	Prefeituras, EMATER, Universidades, Institutos Federais
Desenvolvimento rural sustentável	Apoio e desenvolvimento de sistemas de produção de base agroecológica	Fomento de sistemas de produção agroecológicos e orgânica, valorizando a agrosociobiodiversidade a diversificação da produção agrícola	SDR	SEAPI, EMATER, CEASA
	Transição agroecológica	Elaboração e implementação de estratégia de trabalho junto aos agricultores familiares para aumentar o percentual de produtores agroecológicos.	SDR	SEAPI, EMATER, CEASA
	Diversificação da produção alimentar	Fomento à adoção de iniciativas de diversificação de produção de alimentos em regiões produtoras de tabaco.	SDR	SEAPI, SES, ONGs

DESAFIO 5 - Estruturar sistemas de abastecimento articulados e descentralizados que facilitem a circulação e distribuição de alimentos saudáveis e próximos da população.

A disponibilidade de alimentos para a população é um dos pontos centrais para garantir o acesso a alimentos em quantidade e qualidade. A disponibilidade ocorre quando os alimentos são produzidos em quantidade e qualidade e estão disponíveis próximos às famílias que vão consumi-los; ou estão nas prateleiras de supermercados ou outro local de venda nas cidades; ou ainda, distribuídos por órgãos de assistência social ou que trabalham com as situações emergenciais.

Nesse sentido, a disponibilidade depende do armazenamento e do transporte dos alimentos. É necessário ter boas condições logísticas de armazenamento para garantir a quantidade e qualidade alimentar, pois reservas de alimentos permitem que os governos estejam melhor preparados para as situações de emergência.

Segundo o CONSEA (2004; 2005; 2018), o abastecimento alimentar diz respeito às condições em que se dará o acesso aos alimentos pelos diversos segmentos da população, e deve ser capaz de promover a produção e a distribuição de alimentos sob formas ambientalmente sustentáveis, culturalmente adaptadas e socialmente equitativas, proporcionando alimentos em quantidade e qualidade. Ou seja, é necessário ver o abastecimento alimentar não apenas como uma questão de disponibilidade física de alimentos, mas como estratégia de SAN.

Sabe-se que a disponibilidade de alimentos para consumo não se limita aos itens produzidos no Estado, bem como a oferta é determinada em boa parte pela importação de gêneros de outras localidades. Entretanto, quanto mais próximo os alimentos estão das populações que os consomem, seu custo tende a ser menor e os alimentos tendem a ser mais próximos à cultura alimentar dos consumidores. Assim, na ótica da soberania e da SAN, cabe observar e monitorar o potencial de atendimento da demanda interna pela produção do Estado, com visão sobre pontos críticos na esfera da autossuficiência e das condições de fornecimento de alimentos frescos por meio da produção local.

Os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 demonstram que o Estado tem 15.532 silos, 27.214 armazéns convencionais e estruturais, 1.684 armazéns graneleiros e 604 unidades infláveis, totalizando o maior número de unidades armazenadoras e capacidade de armazenagem da Região Sul, com 9% da capacidade nacional (IBGE, 2018). E o relatório anual da CEASA-RS mostra que em 2016 entraram para comercialização cerca de 584.864.086 kg de alimentos, equivalentes a um movimento comercial de R\$ 1.459.049.970,15, volume 2,98% maior que 2015, correspondendo a um valor de comercialização 17,4% mais alto (CEASA, 2017).

Em 2014 a Comissão Estadual de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul (CPOrg-RS) coordenou um levantamento sobre as feiras que comercializam produtos ecológicos no Estado. Por meio deste levantamento foram mapeadas 42 feiras

ecológicas (exclusiva de produtos orgânicos) distribuídas em 30 municípios e 47 feiras mistas (orgânicos e convencionais), distribuídas em 43 municípios (PLEAPO, 2016).

De forma geral, as feiras mistas ocorrem em locais com melhor infraestrutura que as feiras ecológicas, sendo que das 47 mistas, 30 ocorrem em pavilhões cobertos (64%), e das 42 feiras ecológicas, apenas 15 ocorrem em locais com este tipo de estrutura (36% do total). Nas feiras ecológicas, as entidades associativas vinculadas às feiras têm maior percentual de formalização (63,6% são formalizadas ou estão em processo de formalização), sendo que das entidades que participam das feiras mistas, 41,5% são formalizadas ou estão em processo de formalização (PLEAPO, 2016).

Diante disso, propõe-se para o próximo PPA 2020-2023 os programas e projetos a seguir:

Quadro 15 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 5

Programas	Projetos	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Ampliação e fortalecimentos dos Equipamentos Públicos de SAN	Instalação de Bancos de Alimentos.	Provimento de alimentação de forma imediata para a população em insegurança alimentar e nutricional em parceria com a iniciativa privada.	SDSTJDH	CEASA, SDL, Indústria, SDR, SESI, SESC, empresas e prefeituras municipais
	Instalação de novos equipamentos públicos de SAN.	Inclusão nos equipamentos públicos de SAN no RS como Bancos de Sementes (urbanos e rurais); centros de processamento de ervas medicinais, com estufas para produção; viveiros urbanos e rurais; Estufas para hortas.	SDR	SEAPI, SDSTJDH, CONSEA, EMATER
Fortalecimento de sistemas de armazenamento e abastecimento locais e regionais.	Silos comunitários	Pequenos silos para armazenagem das safras (feijão e arroz) nas propriedades de agricultores familiares e nas comunidades tradicionais.	SDR	SEAPI, SDSTJDH, CONSEA, EMATER
	Apoio à comercialização e fortalecimento dos sistemas locais e regionais de abastecimento.	Apoio a feiras e pontos de comercialização dos produtos da agroecologia, das feiras e da agroindústria familiar, do artesanato rural, da	SDR	SEAPI, SDSTJDH, CONSEA, EMATER

		agricultura e dos pecuaristas familiares, pescadores artesanais, assentados, comunidades quilombolas e indígenas.		
Ações emergenciais	Distribuição assistencial de alimentos.	Ampliação do volume e da diversificação de alimentos para serem distribuídos pelo programa assistencial da CEASA para famílias em inSAN.	CEASA SDSTJDH	Prefeituras

DESAFIO 6 - Respeitar e promover a alimentação adequada e saudável da população mediante processos permanentes de educação alimentar e nutricional e medidas de regulação e proteção do direito humano à alimentação adequada.

A educação alimentar é tema importante para a SAN, pois é por meio dela que se realiza o trabalho de conscientização e divulgação de práticas que propiciam alimentação saudável, contemplando a cultura alimentar.

Conforme o MAPASAN (MDS, 2015), a realização de ações de EAN é referida por 83,5% (111) dos municípios analisados, sendo que 53,4% (71) integram as ações de EAN com os serviços de proteção da rede socioassistencial. A capacitação de profissionais através de ações de EAN é realizada através da área de Assistência Social por 45% dos municípios (50), da Educação por 79,3% (88), da Saúde por 64% (71), do Desenvolvimento Agrário por 16,2% (18) e de outras áreas por 4,5% (5).

As ações de educação alimentar não aparecem claramente no PPA 2016-2019. A ação encontrada que mais se aproxima é a alimentação escolarizada referida no item sobre acesso à alimentação. Por exemplo, não foram encontradas ações que contemplem alimentação para pessoas com necessidades especiais como celíacos, anemia falciforme, diabetes e outras.

A educação alimentar e nutricional deve se realiza nos equipamentos públicos, nas escolas e em outros espaços de forma continuada, inclusive para gestores e servidores governamentais e conselheiros da sociedade civil, pois há mudanças constantes de pessoas que integram os órgãos de gestão das ações de SAN. A seguir apontam-se algumas sugestões para o próximo Plano de SAN e o PPA 2020-2023:

Quadro 16 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 6

Programas	Projetos	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Educação alimentar e nutricional com alimentos da sociobiodiversidade.	Práticas culinárias com produtos da sociobiodiversidade.	Realização de oficinas de culinária com produtos da sociobiodiversidade com diferentes públicos como agricultores, professores, merendeiras, nutricionistas, estudantes, educadores ambientais, educadores alimentares, idosos e consumidores em geral.	SEDUC	SDR, Prefeituras, escolas públicas, cooperativas, ANAMA
	Receitas à base de produtos da sociobiodiversidade.	Desenvolvimento e divulgação de receitas com produtos da sociobiodiversidade.	SEDUC	SDR, Saúde, merendeiras, educadores, ANAMA
Educação continuada em Educação Alimentar e Nutricional	Capacitação em SAN de Agentes Comunitários de saúde nos municípios.	Capacitação em SAN dos Agentes Comunitários de Saúde nos municípios do Estado.	Secretaria de Saúde	CRAS/CREAS, Escola de Saúde Pública
	Curso para manipuladores de alimentos.	Disseminação de cursos de manipuladores de alimentos, para todo o setor público e para as comunidades que manuseiam e trabalham na elaboração de alimentos nos municípios.	SES	SDSTJDH, SEDUC
	Educação Alimentar para consumo de alimentos saudáveis culturalmente adequados às populações.	Realização de ações de SAN visando à reeducação alimentar e consumo de alimentos saudáveis, entre outros, no seio familiar de forma instersetorial pela rede básica de saúde de forma permanente.	SES	SDSTJDH, SEDUC, EMATER, Prefeituras, CRAS
	Difusão do Guia Alimentar da	Capacitação, especificamente, de nutricionistas,	SES	SEDUC, Prefeituras, escolas

	População Brasileira.	professores, agentes de saúde e população em geral , idosos nas Unidades Básicas de Saúde, e PSFs, em relação ao Guia Alimentar da População Brasileira.		públicas, Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais
	Campanhas permanentes contra o uso de agrotóxicos.	Promoção da saúde da população e do ambiente saudável mediante o combate ao uso de agrotóxicos no meio urbano e rural.	SEMA	SEDUC, SDR, EMATER, SES, Fóruns e entidades
	Curso de capacitação em SAN para Agentes Municipais de Vigilância Sanitária.	Curso de capacitação em SAN, incluindo legislação de SAN, nas modalidades EAD e presencial, para Agentes Municipais de Vigilância Sanitária, inclusive inserindo este tema nos concursos públicos dos mesmos.	SES	Prefeituras
Avaliação nutricional da população	SISVAN como programa padrão para avaliação nutricional de toda a população nos municípios.	Definição do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) nos municípios tanto para Saúde (que já usa) como para a Educação, com comunicação entre ambas as áreas, para realizar a avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes através da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN).	SES	SEDUC, SDSTJDH, prefeituras

DESAFIO 7 - Garantir a disponibilidade hídrica e o acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.

O acesso a recursos hídricos é fundamental para a vida, já que, sem água não há qualquer possibilidade de um ser humano, animais ou plantas sobreviverem. A água em quantidade suficiente e de qualidade é condição para manter a vida saudável. Ela é necessária para beber, para matar a sede dos animais, para produzir e higienizar alimentos. Enfim, sem água não há segurança alimentar e nutricional. Por isso, é importante proteger mananciais, corpos d'água e a água do subsolo. É preciso entender e manejar a água como um bem finito, que requer cuidado permanente, do contrário, acaba ou fica imprópria para o consumo.

O Atlas Socioeconômico ressalta que o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros com maior disponibilidade de águas superficiais, com o seu território drenado por uma densa malha hidrográfica superficial. Conta, ainda, com três grandes bacias coletoras: a bacia do Uruguai, a do Guaíba e a Litorânea. São 23 sub-bacias, 15 delas com Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, ou seja, 66% das sub-bacias com comitês instalados e operantes; 4 (17%) apresentam comissões provisórias; e 4 (17%) são bacias compartilhadas que necessitam de tratamento especial.

Porém, é importante observar que em 2006, 62% dos estabelecimentos agropecuários adotavam o uso de agrotóxicos e em 2017 esse percentual subiu para 70,3%. Esse uso gera a contaminação do solo e da água (IBGE 2006; 2017), com sérias consequências ambientais e para a saúde humana.

Apesar da PNAD (IBGE, 2015) ter constatado que mais de 99% dos domicílios têm abastecimento adequado de água, e da pesquisa do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUAMS, 2016) apontar que 95% da população recebe água tratada, em uma análise a partir da situação dos domicílios são percebidas diferenças significativas: no meio urbano 93% contam com abastecimento adequado de água (ligação à rede geral), enquanto nos domicílios rurais esse percentual cai para apenas 37%, sendo que 221 municípios (45% dos municípios do RS) apresentam taxas ainda menores, em sua maioria localizados na RF9, RF1 e RF8 (IBGE, 2010). As propostas a seguir visam alterar esta situação.

Quadro 17 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 7

Programas	Projetos	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Gestão das Sub-bacias	Comissões de Sub-bacias	Instalação e acompanhamento das Comissões nas 23 sub-bacias	SEMA	SDR, SEAPI
Regulação do uso de agrotóxicos	Fiscalização dos índices de contaminação da água por agrotóxico.	Coleta de amostras da contaminação da água para verificar a presença de agrotóxicos tanto nos corpos d'água, quanto na água de beber.	SES	SEMA
	Biomarcadores para monitoramento da qualidade dos recursos hídricos.	Utilização de biomarcadores como ferramenta complementar para investigar a presença de princípios ativos de agrotóxicos em mananciais que fornecem a água para consumo humano.	SES	CEVS, SEMA, LACEN
	Instituição de Zonas de Exclusão de Pulverização.	Proteção dos recursos hídricos que fornecem água potável à população, assegurando o DHAA, por meio da proibição da pulverização aérea e costal em áreas adjacentes a rios e afluentes que abastecem de água potável as comunidades.	SEMA e SES	CEVS, FEPAM, CAOMA MP
Programa Estadual de Saneamento	Promoção do abastecimento de água potável no meio rural.	Expansão e melhoria do abastecimento de água potável no meio rural.	CORSAN	Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação.
	Sistema de esgotamento sanitário.	Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário.	CORSAN	Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
	Vigilância das águas.	Vigilância das águas como eixo de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental no contexto dos Territórios Rurais e dos Comitês de Bacias Hidrográficas.	SEMA	SEDUC, SDR, EMATER, Coredes, Fóruns e Instituições de Ensino

	Água potável na sua casa	Instalação de redes de água potável nas residências que ainda não acessam o sistema de água tratada no meio rural.	CORSAN	SEMA, SDSTJDH, SDR
--	--------------------------	--	--------	--------------------

DESAFIO 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado, fortalecendo seus componentes e aperfeiçoando a gestão intersetorial e a participação social em sua construção e implantação.

O Estado do Rio Grande do Sul vem dando passos na execução de políticas de SAN e na instalação das instâncias do SISAN. Na continuidade, faz-se necessário avançar significativamente no percentual de municípios que procedam sua adesão ao SISAN e adotem a SAN em suas agendas estratégicas de desenvolvimento. Para isso, é imprescindível o fortalecimento das instâncias do SISAN, quais sejam: as Conferências estadual e municipais, os Conselhos estadual e municipais e as Câmaras Intersecretarias estadual e municipais de SAN. Estas instâncias bem estruturadas e fortalecidas se constituem em instrumentos fundamentais no processo de estruturação do Sistema.

Na esfera estadual é importante ampliar a participação e o comprometimento sistemático das secretarias que integram a CAISAN-RS nas reuniões e ações sob sua incumbência. O mesmo também vale para se avançar na participação da sociedade civil no processo de proposição e controle social das políticas de SAN. Para tanto, é necessário realizar ações de convencimento sobre a importância do envolvimento efetivo das secretarias de Estado nas políticas de SAN, enfatizando que a articulação de programas e ações contribui para a potencialização dos recursos humanos, materiais e financeiros, além de aproximar a ação do Estado nos municípios e territórios onde as pessoas vivem.

A comunicação, a informação e a capacitação são ferramentas poderosas para favorecer a capacitação de gestores e lideranças da sociedade civil para que possam participar ativamente do processo de construção das políticas de SAN, inclusive, contribuindo para quebrar a setorialização e avançar rumo à cooperação entre os setores e os órgãos públicos na implementação dessas políticas. Essas ferramentas também podem contribuir para se avançar na construção e implementação de uma agenda comum entre a CAISAN-RS e o CONSEA-RS em torno da discussão das situações-problema e da articulação de ações coordenadas entre estes dois pilares estruturantes do SISAN. As propostas que seguem convergem nessa direção

Quadro 18 - Programas e projetos propostos em relação ao Desafio 8

Programas	Projetos	Escopo	Responsável	Possíveis parcerias
Gestão do SISAN	Criação de Fóruns Bipartites de SAN nas 9 regiões funcionais.	Articulação, via as unidades regionais da SDSTJDH, para a criação e implantação de Fóruns Bipartites de SAN nas 9 regiões funcionais do RS para implantação do SISAN nos municípios do RS.	SDSTJDH	Instituições de Ensino Superior
	Campanha pela adesão ao SISAN.	Realização de campanha de mobilização junto aos prefeitos para ampliar a adesão dos municípios ao SISAN.	SDSTJDH	Casa Civil, FAMURS
	Estruturação da CAISAN-RS e do CONSEA-RS.	Apoio ao CONSEA-RS e a CAISAN-RS para realização de assessoria aos municípios para adesão ao SISAN.	SDSTJDH	CCI, SPGG
	Grupos e câmaras técnicas de discussão de temas de SAN.	Apoio à CAISAN e CONSEA para criação de grupos e câmaras técnicas para discutir temas de interesse da SAN, a exemplo do que existe em nível nacional e em outros estados.	SDSTJDH	Secretarias integrantes da CAISAN, CONSEA
Formação continuada em SAN	Formação de atores sociais e governamentais que participam do SISAN-RS.	Elaboração e implementação de uma política de formação continuada, presencial e EAD, diferenciada de outras formações pois aprofunda a discussão de conteúdo, metodologia e estratégias, sendo específica para gestores públicos, conselheiros do CONSEA-RS e lideranças sociais para a atuação nas diferentes demandas	SDSTJDH	Secretarias integrantes da CAISAN, CONSEA

		relacionadas à SAN e ao SISAN.		
Comunicação e informação	Sistema de comunicação e informação para SAN.	Implementação de um sistema de comunicação com boletins e manutenção de página da CAISAN e do CONSEA	SDSTJDH	FESANS
		Ampla divulgação de ações de SAN e disponibilidade de documentos que precisem ser do conhecimento de interessados em SAN.	SDSTJDH	FESANS

Esses são alguns dos programas e ações que nasceram do diagnóstico da situação de SAN e das sugestões de diversas pessoas e instituições envolvidas com a promoção da SAN, como propostas a serem incorporadas no processo de discussão e elaboração do Plano Estadual de SAN e o Plano Plurianual 2020-2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, Jun. 2003.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília (DF), 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010*. Regulamenta a Lei no 11.346/2006 e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN 2016-2019*. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017.

_____. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Mapeamento da segurança alimentar e nutricional 2015*. Base de dados. Brasília (DF): MDS, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/monitoramento-da-san/mapasan>>. Acesso em: 18 ago 2018.

_____. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Mapeamento da insegurança alimentar e nutricional com foco na desnutrição a partir da análise do Cadastro Único e do SISVAN*. Brasília (DF): MDS, jun. 2016.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica - SIGORG WEB*. Banco de Dados. Brasília, DF, 2018.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema de Informação de Atenção Básica e da Mortalidade*. Brasília (DF): MS, 2015.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA)*. Brasília (DF): MS, 2016.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Base de dados*. Brasília (DF): MS, 2018.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional*. Base de dados. Brasília (DF): MS, 2013-2017.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN*. Brasília: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, 2011.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). *Portal da SAN*. Base de dados. Brasília (DF): MDS, 2018.

_____. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Políticas sociais: Acompanhamento e análise*. IPEA, Brasília, n. 17, v. 1, 2008.

_____. SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). *Sistema de Informações para o Município (SIM)*. Relatórios para Unidades da Federação - Rio Grande do Sul. Brasília (DF): SEAD, 2017.

BURITY, Valéria, et al. *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

CARVALHO FILHO JJ. A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar. *Estudos Avançados*, n. 24, v. 9, 1995.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A (CEASA/RS). *Relatório de atividades da gestão – 2015/2018*. Porto Alegre, janeiro de 2017. Disponível em: <www.ceasa.rs.gov.br/sis/files/files/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%202016%20CEASA-RS.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). *Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras*. Base de dados. Brasília (DF): CONAB, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília, DF: CONSEA, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Relatório final: carta política, manifesto, proposições e moções*. Relatório Final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA-RS, 2015.

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Relatório final da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional*. Porto Alegre: CONSEA-RS, 2015.

_____. *Análise dos Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Imprensa Nacional, 2014.

_____. *Carta Política da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional*. Porto Alegre: CONSEA-RS, 2015.

CONTI, Irio Luiz. *Organizações sociais e políticas públicas: inserção da FETRAF nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Relatório de Avaliação dos Projetos de Fortalecimento do SISAN no Brasil Executados por Universidades Públicas*. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO): Brasília, 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Banco de dados. São Paulo: DIEESE, 2008-2018. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/>>. Acesso em 18 ago 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Pobreza extrema em municípios do Rio Grande do Sul: evidências da multidimensionalidade*. Textos para Discussão FEE, n. 114, abr. 2013.

_____. *RS em números*. Coordenação de Tomás Amaral Torezani. Porto Alegre: FEE, 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Portal de dados abertos. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília (DF): MEC, 2018. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/dadosabertos/>>. Acesso em: 18 ago 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (GOVERNO RS). *Lei Estadual Nº 2.861, de 18 de Dezembro de 2007*. Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul - SISANS-RS. Publicada no DOE nº 240, de 19/12/2007. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.861>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. CÂMARA INTERSECRETARIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano de segurança alimentar e nutricional do Estado do Rio Grande do Sul – 2015*. Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CAISAN RS, 2014.

_____. SECRETARIA DA SAÚDE. *Plano Estadual de Saúde: 2016/2019*. Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão (Org.) Porto Alegre, 2017.

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: SPGG, mai/18. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO. *Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica 2016-2019*. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

- _____. *Censo Agropecuário 2017: Resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.
- _____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
- _____. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- _____. *Pesquisa Agrícola Municipal 2008-2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008-2017.
- _____. *Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017c.
- _____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b.
- _____. *Pesquisa Nacional de Saúde*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b.
- _____. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.
- _____. *Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a.
- _____. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua 2013-2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.
- _____. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios: Suplemento Segurança Alimentar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a.
- _____. *Pesquisa Pecuária Municipal 2007-2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007-2016.
- _____. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010-2015.
- _____. *Serviços de Saúde (2009)*. IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.
- _____. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. *Estudos & Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2013c.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). *Mapa de Feiras Orgânicas*. São Paulo: IDEC, 2018. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/>>. Acesso em 22 set. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Famílias assentadas no RS no período 1975-2016*. Brasília (DF): INCRA, 2018. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 22 set 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). *Censo Escolar 2017*. Brasília (DF): INEP, 2017.

LE BIHAN, Geneviève; DELPEUCH, Francis; MAIRE, Bernard. Alimentação, nutrição e políticas públicas. *Cadernos de Proposições para o Século XXI*, São Paulo, Instituto Pólis, n.4, 2003.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato. *A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira*. Brasília: ABRANDH, 2012.

LUIZ, Alfredo José Barreto. *Segurança alimentar e agricultura*. EMBRAPA Meio Ambiente, [s.l.], [s.d]. Disponível em: <http://webmail.cnpma.embrapa.br/down_hp/374.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor Presidente: governantes governados*. São Paulo: Edições Fundap, 1996.

MÜHLBACH, R. Programa de Extensão Rural Agroecológica (PROGERA). Segurança Alimentar e Nutricional. Botucatu: Instituto Giramundo Mutuando, 2009. (Cadernos Agroecológicos).

OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (OBSSAN). *Sistema de pesquisa de dados abertos: Dimensões e indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional no RS*. Porto Alegre: NESAN; PGDR; UFRGS, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

PIRES, S.S.; BRITO, A.S. *A discussão sobre produção e abastecimento enquanto estratégia de segurança alimentar*. [s.l.]: Disponível em: <<http://observatoriogeografico.americalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geog>>. Acesso em: 22 set. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: ATLASBRASIL, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 12 ago 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. *Plano Plurianual 2016-2019*. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/11104517-ppa-2016-2019-lei-14-755.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

RUBBO, J. P.; ZINI, L. B. Avaliação dos controles de agrotóxicos na água para consumo humano dos sistemas de abastecimento de água do Rio Grande do Sul em 2016. *Boletim da Saúde*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 17-27 jan./jun. 2017.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO (SDR). *Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica 2016-2019*. Porto Alegre: SDR, 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Agenda 2020*. Sistema de pesquisa de dados. Rio Grande do Sul: SEBRAE, 2018. Disponível em: <<https://agenda2020.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. In: LAGARDE, Marcela; VALCÁRCEL, Amelia. *Feminismo, género e igualdad*. Madrid: Pensamento Iberoamericano, EGRAF, 2011.

SILVA, Marcos José Pereira. Onze passos do planejamento estratégico participativo. In: Markus Brose (Org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 20 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p.161-176.